

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

O lazer traduzido nas festas e folguedos presentes na Revista Brasileira de Folclore (1961 – 1976): uma questão de educação das sensibilidades?

Belo Horizonte
2013

JENIFER LOURENÇO BORGES VIEIRA

O lazer traduzido nas festas e folguedos presentes na Revista Brasileira de Folclore (1961 – 1976): uma questão de educação das sensibilidades?

Dissertação apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Estudos do Lazer – Mestrado em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lazer.

Área de concentração: Lazer, Cultura e Educação.

Linha de pesquisa: Lazer, história e diversidade cultural.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer
Área Interdisciplinar

Dissertação *O lazer traduzido nas festas e folguedos presentes na Revista Brasileira de Folclore (1961-1976): uma questão de educação das sensibilidades?* de autoria da mostranda **Jenifer Lourenço Borges Viêira** defendida e aprovada em 25 de fevereiro de 2013, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e submetida à banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (Orientador)
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. José Clerton de Oliveira Martins
Centro de Ciências Humanas
Universidade de Fortaleza

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Para José Ricardo, companheiro, amigo, confidente, eterno enamorado...
Para Gabriel, que nasceu junto com essa dissertação e me fez compreender o
verdadeiro sentido de amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar este trabalho.

Ao meu orientador Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, pelo carinho, pelo estímulo, e, sobretudo, pela paciência e disponibilidade, orientado-me e compartilhando comigo seus conhecimentos.

Aos amigos do Centro de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer (CEMEF) da UFMG, com os quais compartilhei prazeres e deveres da vida acadêmica, principalmente Sarah, Gisele, Thais, Guilherme, que testemunharam de perto minhas alegrias e angústias durante a escrita desse trabalho.

Aos funcionários do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), especialmente à Doralice, por todo o tratamento especial e solícito que tive durante minha visita ao Rio de Janeiro.

À minha família por me auxiliar nos cuidados com meu bebê Gabriel durante a escrita dessa pesquisa, principalmente minha mãe Lêda, minha sogra Ana Cristina, meu sogro Adilson, minhas cunhadas Aída, Yasmine e Priscila, e minha irmã Jordane.

Ao meu marido e amor eterno José Ricardo por acreditar em mim e nos meus sonhos, pelo carinho e pela compreensão nos momentos de ansiedade e nas minhas ausências.

A Deus, pois aprendi que Ele é a razão de tudo.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo analisar os artigos da Revista Brasileira de Folclore (RBF) que, de forma específica ou indiretamente, fazem referência às manifestações folclóricas que podem ser entendidas como possibilidades de lazer. Para o alcance desta meta, foram estabelecidos dois objetivos específicos. O primeiro deles foi o de identificar quais eram as manifestações folclóricas presentes na revista que poderiam ser entendidas como possibilidades de lazer. E o segundo, foi averiguar qual era o objetivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) ao editar a RBF. Sendo a RBF um periódico de caráter nacional, vinculado ao Ministério da Educação Cultura (MEC), pode-se identificar a proposta, ou tentativa, de educação das sensibilidades de seus leitores, pensando nessas sensibilidades como algo que remete à política, à cultura e à educação. O recorte temporal escolhido para o estudo vai de 1961 até 1976, devido ao ciclo de vida da RBF ter este intervalo.

Palavras-chave:

Revista Brasileira de Folclore; Educação das sensibilidades; Lazer; Divertimento.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the articles of the Revista Brasileira de Folclore (RBF) that specifically or indirectly, make reference to folklore that can be construed as leisure possibilities. To achieve this goal, two specific objectives were established. The first was to identify which were present in the folklore magazine that could be construed as leisure possibilities. And the second was to ascertain what was the goal of the Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) to edit the RBF. Being a journal of the RBF national character, under the Ministry of Education (MEC), one can identify the proposal or bid, educational sensibilities of his readers, thinking of these sensitivities as something that refers to politics, and culture education. The time frame chosen for the study is from 1961 to 1976, due to the life cycle of the RBF have this range.

Keys words:

Revista Brasileira de Folclore; Education of sensibilities; Leisure; Amusement.

LISTA DE SIGLAS

CDFB – Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

CEMEF – Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG

CMF – Comissão Municipal de Folclore (Rio de Janeiro/RJ)

CNF – Comissão Nacional de Folclore

CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

CTI – Comando dos Trabalhadores Intelectuais

FUNARTE – Fundação Nacional de Arte

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MFB – Movimento Folclórico Brasileiro

RBF – Revista Brasileira de Folclore

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 – Capa da primeira edição da RBF, setembro/dezembro de 1961	28
FIGURA 2 – Ilustração da primeira batalha da cavalhada: a defesa do castelo	53
FIGURA 3 – Mapa ilustrando as cidades em que ocorreram as cavalhadas nos últimos vinte anos	56
FIGURA 4 – Ilustração do Jaraguá	60
FIGURA 5 – Letra e cifra de uma música cantada durante o folguedo	61
FIGURA 6 – Foto da cada da Tia Pê	68
FIGURA 7 – Planta baixa da casa da Tia Pê	69
FIGURA 8 – Versos de carimbó fornecidos por Tô Teixeira em 1958, datados de 1900 aproximadamente, segundo o informante	71
FIGURA 9 – Foto das cavalhadas de Alagoas. Por Marcel Gauterot	74

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Relação proporcional dos artigos pesquisados divididos em temáticas	41
---	----

QUADROS

QUADRO 1 – Caracterização do desenvolvimento da RBF (série total – 1961/1976)	29
QUADRO 2 – Classificação dos artigos da RBF de acordo com a temática principal de cada um deles	40
QUADRO 3 – Classificação dos artigos da RBF sobre as festas, os festejos e as danças populares de acordo com a época do ano em que são realizados	43

SUMÁRIO

1	Introdução	11
2	Lazer, cultura e folclore	17
2.1	Sobre a Revista Brasileira de Folclore	24
2.2	A RBF como fonte de pesquisa	27
2.3	O lazer (ou os lazeres) no período da RBF	33
2.4	Os artigos da RBF e as possibilidades de vivência de lazer	40
3	As festas, as danças populares e os festejos presentes nos artigos da RBF	43
3.1	A divisão das festas, dos festejos e das danças populares	49
3.2	O caráter descritivo e instrutivo dos artigos	51
3.2.1	“Cavalcada da Franca”, “A cavalcada de Alagoas” e “Lundu baiano, desafio coreográfico”, exemplos do caráter descritivo dos artigos da RBF	52
3.2.2	“O Jaraguá” e “A dança do cateretê”, exemplos do caráter instrutivo dos artigos da RBF	58
4	A relação dos artigos com o lazer	64
4.1	Lazer e divertimento	72
4.1.1	Lazer: sinônimo de diversão?	77
5	As sensibilidades na RBF: uma questão de educação	82
5.1	O uso do folclore para afirmação de uma identidade nacional	87
5.2	As festas, as danças populares e os festejos como elementos integrantes da identidade nacional	89
6	Considerações finais	92
7	Referências bibliográficas e fontes	95
8	Anexos	105

1 Introdução

Esse trabalho foi pensado a partir da nossa participação em um dos projetos de extensão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG denominado “Escola de Dança e Ritmos Sarandeiros”, no período de março a dezembro de 2005, e que acabou possibilitando uma aproximação com o que se tornaria os futuros temas dessa pesquisa. Esse projeto apresentava entre os seus objetivos:

... a análise da importância na utilização do folclore e da cultura popular na educação como forma de valorização da identidade cultural brasileira; e a possibilidade de questionamento sobre cultura popular e identidade, através do reconhecimento de nossa diversidade pela comunidade escolar. (CÔRTEZ, G. P.; GERKEN, M. A. S.; MAGALHÃES, A. F.; OLIVEIRA, M. C., 2004, p. 3)

Esses dois objetivos citados foram responsáveis, particularmente, por despertar nosso interesse pelo folclore. Através da participação nesse projeto de extensão, a Escola de Dança e Ritmo Sarandeiros, foi estabelecido um contato com o Grupo de Dança Sarandeiros¹ da Universidade Federal de Minas Gerais que tornou ainda maior o nosso interesse pelo folclore.

Durante a inserção no referido projeto de extensão em 2005, realizou-se uma pesquisa, intitulada “Escola de Dança e Ritmo Sarandeiros: Perfil dos Usuários do projeto em 2005” (CÔRTEZ e colaboradores, 2005), que foi apresentada no 8º Encontro de Extensão da UFMG, realizado no período de 3 a 8 de outubro de 2005 e que acabou representando nossa primeira aproximação com a pesquisa acadêmica.

Já durante o VI Seminário do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG (CEMEF), realizado no período de 18 a 21 de agosto de 2010, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, com o tema “História, Circularidade Cultural e Educação do Corpo”, o nosso interesse pela pesquisa histórica foi despertado, resultando em nossa entrada no grupo de pesquisa do CEMEF da UFMG,

¹ Grupo de Danças Folclóricas.

através de participação voluntária na organização do acervo, e que foi, então, o nosso primeiro vínculo com pesquisas históricas.

Estudando sobre pesquisas históricas, foram realizadas leituras sobre a utilização de periódicos como fonte e objeto de estudos e foi, então, que tomamos contato com a Revista Brasileira de Folclore (RBF) que se apresentou como um possível tema de pesquisa ou objeto de estudos. A união do folclore e da história em uma mesma pesquisa que a RBF oferecia, poderia proporcionar uma contribuição ao campo do lazer, se fosse feita uma análise dos artigos da revista sob o prisma desse campo de estudos. Dessa forma, o conteúdo do presente trabalho perpassa por estas três grandes áreas de conhecimento: o lazer, o folclore e a história.

O primeiro capítulo deste trabalho tem por finalidade a aproximação de três palavras-chave ou conceitos que definem a linha de pensamento na qual a conexão RBF e campo do lazer é feita: lazer, cultura e folclore. Através dessas palavras, e da conexão entre elas explicitada no texto, foi lançada a proposta de se abordar as manifestações folclóricas como possibilidades de vivências de lazer. Feito isso, apresenta-se ao leitor a própria RBF, no tópico intitulado “Sobre a Revista Brasileira de Folclore”, e o tratamento da revista como fonte de pesquisa no tópico seguinte. Nesse primeiro capítulo, procura-se tornar evidente que essa pesquisa busca a escrita de uma história, debruçando-se sobre a RBF, e mais precisamente sobre os artigos dessa revista, de algumas das manifestações folclóricas explicitadas nos artigos publicados que se mostram passíveis de serem consideradas possibilidades de lazer.

O objetivo geral desta pesquisa, então, foi analisar os artigos da RBF que, de forma específica ou indiretamente, fazem referência às manifestações folclóricas que podem ser entendidas como possibilidades de lazer. Para o alcance desta meta, foram estabelecidos dois objetivos específicos. O primeiro deles foi o de identificar quais eram as manifestações folclóricas presentes na revista que poderiam ser entendidas como possibilidades de lazer. E o segundo, foi averiguar qual era o objetivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) ao editar a revista.

Para analisar os artigos da RBF e discutir sobre as possibilidades de lazer contidas neles, seguindo os procedimentos metodológicos da pesquisa histórica, foram utilizadas fontes documentais obtidas no acervo das bibliotecas

da UFMG e no acervo digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Assim, foram utilizadas nessa pesquisa todas as edições da própria RBF, totalizando 41 edições, publicadas de 1961 a 1976, pela CDFB, órgão vinculado ao MEC, também fontes documentais que fazem parte da série Correspondências do acervo arquivístico do CNFCP, localizado na cidade do Rio de Janeiro, e os jornais encontrados no acervo digital da própria biblioteca Amadeu Amaral, no site do CNFCP.

As 41 edições da RBF somam um montante de 209 artigos. A partir desses, foram selecionados 38 artigos para análise nesse trabalho, dos quais 37 possuem temáticas relacionadas diretamente com o lazer, como as festas, os festejos e as danças populares (que mantêm relação direta com as festas e os festejos) e um, de autoria de Luís da Câmara Cascudo, intitulado “Da cultura popular”, que, embora apresente uma abordagem diferente dos demais artigos, também interessa a esse trabalho. Esse artigo em particular, presente no primeiro número da RBF, tem caráter introdutório, pois não foca uma temática específica como fazem os outros, mas aborda o folclore e a cultura popular de forma mais ampla, e foi escolhido para análise por exemplificar bem a possível tentativa de educação das sensibilidades nessa revista.

Como forma de lazer, a festa denota sentidos e significados diversos, tais como ordem, desordem, diversão, trabalho, segurança, conflito, devoção, convivência, efervescência, excesso, ambiguidade, gratuidade e espontaneidade. De acordo com ROSA (2002), a festa (celebração, fruição, diversão, evento, espetáculo, brincadeira, investimento, exaltação, trabalho filantrópico e econômico), uma das manifestações da cultura do povo, é tempo e espaço para expressão, rebeldia, devoção, manifestação, reivindicação etc. Assim, “uma festa popular é uma mistura, ao mesmo tempo espontânea e ordenada, de momentos de rezar, cantar, dançar, desfilar, ver, torcer. Enfim, de ‘festar’...” (BRANDÃO, 1989, p.13).

SILVA (2008) afirma que, no âmbito folclórico, a partir da IV Semana Nacional do Folclore, realizada em Maceió em 1952, as festas populares e folguedos “passam a ser a porta de entrada preferencial para a apreensão das transformações ocorridas ao sabor da interação entre os povos” (p. 106). Assim, parafraseando CUNHA (2002) na apresentação do livro “Carnavais e outras f(r)estas”, através das festas e festejos relatados aqui a partir dos artigos

da RBF, este presente trabalho pretende levar o leitor a observar uma “rica miríade de práticas, linguagens e costumes” e a desvendar as “disputas em torno de seus limites e legitimidade, ou da atribuição de significados, e sentir as tensões latentes sob as formas lúdicas” (CUNHA, 2002, p. 12) contidas nestas manifestações folclóricas e entendidas aqui como possibilidades de vivências de lazer.

O segundo capítulo deste trabalho tem por finalidade a análise dos artigos da RBF selecionados na pesquisa, considerando as festas, os festejos e as danças populares como possibilidades de lazer. Durante essa investigação das possibilidades de vivências de lazer entre os artigos da RBF, verificou-se a existência de uma aproximação entre os termos lazer e diversão. O terceiro capítulo evidencia essa aproximação e propõe a seguinte reflexão: seria o lazer, nos artigos da RBF analisados, sinônimo de diversão?

Com relação ao segundo objetivo específico, o de averiguar qual seria o objetivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) ao editar a revista, ele foi pensado devido à importância da publicação de um periódico de caráter nacional pelo governo brasileiro e que possuía em suas páginas exemplos de possibilidades de lazeres. Considerando a fala de um de seus editores, Édison Carneiro, no prefácio do livro de Acácio Ferreira, *O lazer Operário*, de 1958, referindo-se à importância do lazer na vida dos trabalhadores e à preocupação de folcloristas com o tema, pôde-se pensar em uma possível utilização do periódico em questão como meio para promover a divulgação de certas manifestações folclóricas a serem vivenciadas como expressões de lazer da população, sendo que essas manifestações são exemplos de cultura brasileira.

A partir desse segundo objetivo específico, foi levantada a hipótese de uso da cultura popular, por parte dos editores da RBF e dos autores dos artigos contidos nela, para a afirmação de uma identidade nacional ou da nacionalidade brasileira, através da proposta de educação das sensibilidades dos leitores da revista. É assim que o último capítulo deste trabalho tem por finalidade analisar e problematizar a proposta de educação das sensibilidades, identificada em alguns artigos da RBF, como uso da cultura popular para a afirmação de uma identidade nacional.

Tendo em mente a análise dos artigos da RBF, este estudo corrobora com BASTOS (2002) quando a autora afirma que o estudo de textos de periódicos possibilita ao pesquisador entrever os processos discursivos que atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros. A análise do conteúdo de periódicos é uma ferramenta poderosa para se estudar os processos ideológicos que fazem a mediação entre as relações de poder e de controle de uma sociedade. De acordo com SALGADO ANDRADE (2009), quando se trata de uma investigação sobre o discurso periódico:

Uma gama creciente de esferas de la vida social, tales como la política, medios de comunicación, publicidad, vida cotidiana, arte, ritos, costumbres, son algunos de los temas para cuyo estudio este enfoque resulta valioso y, en ocasiones, indispensable.

...

Los sistemas conceptuales que dan forma al discurso periodístico se alimentan con los materiales del mundo social y se rigen por todas las formas en las que opera esse mundo, ya sean educativas, éticas, intelectuales o políticas.(SALGADO ANDRADE, 2009, p. 13)

A importância da análise do conteúdo de um periódico como a RBF para uma pesquisa como esta se dá principalmente pelo fato de que a própria linguagem periódica, mais do que um simples reflexo da memória dos processos e da organização social, é parte desse processo social: “Constituye significaciones sociales y por ende prácticas sociales. Hacia donde enfoquemos la mirada o agucemos el oído, el lenguaje nos acecha, informa, condiciona, ordena, especifica, guía, orienta, recrimina...” (SALGADO ANDRADE, 2009, p.18). Sendo assim, tal conteúdo se converte em um claro indicador do modo de agir dos indivíduos e das sociedades em determinada época.

Ao propor uma análise da forma como a educação das sensibilidades se apresenta na RBF, é importante considerar que, como diz SALGADO ANDRADE (2009),

El discurso de la prensa representa un interesante punto de observación para conocer la imagen que de si mismos han fabricado los

grupos sociales, la forma como conciben su interrelación con otros y, en suma, la ideología que modela sus conciencias, bajo la forma de un acervo discursivo que ha logrado mantenerse vigente. (SALGADO ANDRADE, 2009, p. 19)

2 Lazer, cultura e folclore

Uma das concepções possíveis de lazer pode ser encontrada em textos como o de WERNECK (2003), no qual ele é tido como a representação de uma das dimensões da cultura². Nesse texto, a autora explica que a cultura constitui um campo privilegiado de produção humana conforme os processos de socialização, de aprendizagem, de tradições, de valores dos sujeitos, ou seja, em várias perspectivas, e o lazer representa apenas uma de suas dimensões. Dessa maneira, pode-se dizer que o lazer não é sinônimo de cultura, mas uma dimensão cultural que oferece elementos para, através de suas manifestações lúdicas, compreendermos um grupo social em um determinado período, suas formas de vida e relações sociais. WERNECK (2003) afirma ainda que o lazer é constituído a partir de quatro elementos inter-relacionados: as ações, o tempo, o espaço/lugar e os conteúdos culturais vivenciados. Esses elementos do lazer expressam um exercício coletivamente construído no qual os sujeitos se envolvem porque a isso se dispõem, independentemente dos motivos que os instigam: divertimento, descanso, convívio social, aprimoramento pessoal, quebra de rotina, relaxamento de tensões, fuga de problemas, aventura, conquista de desafios.

Constituído conforme as peculiaridades do contexto no qual se desenvolve, o lazer pode implicar produção de cultura – no sentido de construção e transformação de diversos conteúdos culturais usufruídos pelas pessoas, grupos e instituições. Essas ações são construídas em um tempo/espaço, dialogam e sofrem interferência das demais esferas da vida em sociedade e nos permitem ressignificar continuamente a cultura.

ALVES (2003) chama a atenção para a necessidade de se aprofundar os conhecimentos sobre a cultura ao associar com ela o lazer, evitando, assim, análises superficiais sobre o assunto. CORBIN (2001) afirma que “cultura” é um termo emaranhado, que reúne muitas atividades e atributos em um só feixe,

² Apesar dos termos utilizados pela autora, “representação de uma das dimensões da cultura”, serem bastante genéricos para definir lazer, é possível entendê-lo como um componente da cultura e não sinônimo dela. WERNECK (2003) explica que a cultura é composta por um emaranhado simbólico, constituído de elementos como, do ponto de vista antropológico, os processos de socialização, de aprendizagem, de tradições, de valores. Além disso, a cultura representa ainda, para a autora, “um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras e instruções – que orientam o comportamento humano” (p. 69). Dessa forma, o lazer seria um desses elementos constitutivos da cultura.

podendo na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. É necessário, portanto, em sua análise, “desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes” (p. 22). Quando este estudo se refere à cultura no âmbito do lazer, não está reduzindo-o a um único conteúdo, de uma perspectiva parcial, como pode ocorrer quando se utiliza a palavra cultura que, em geral, é associada a conteúdos artísticos, por exemplo.

WILLIAMS (2007) define três possibilidades amplas de uso para a palavra “cultura”, e uma delas é justamente “o substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística” (p.121). Nesse caso, cultura é música, literatura, pintura, escultura, teatro, cinema, dança. Mas não se deve operar com apenas essa concepção da palavra “cultura” quando ela está associada ao lazer. Outro conceito da palavra “cultura”, definido por WILLIAMS (2007), é a de o “substantivo independente, quer seja usado de modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral...” (p. 121). Dessa forma, todos são produtos e produtores de cultura. Logo, essa é uma concepção de cultura como produção humana e como dimensão simbólica, abordando os diversos conteúdos culturais que o lazer pode ensejar, motivados pelo interesse das pessoas no desenvolvimento das várias atividades e posturas e que interessa a essa pesquisa.

Assim, a cultura pode ser entendida como uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas e biológicas, ainda que já tenha sido tratada dessa forma³. O próprio WILLIAMS em sua obra “Marxismo e Literatura (1979)”, apresenta o conceito de cultura como uma construção ou problema histórico, que sofreu influências de outros conceitos, tais como “Sociedade” e “Economia”.

³ Roque Laraia, no livro “Cultura: um conceito antropológico” (2007) discute os aspectos biológicos e geográficos da cultura, as explicações da ciência para o processo de evolução biocultural do homem. Em outras palavras, explica como a cultura, a principal característica humana, desenvolveu-se simultaneamente com o equipamento fisiológico do homem.

SALLES (1982)⁴, citado em BRANDÃO (1982), afirma que os fenômenos folclóricos também são fenômenos da cultura passíveis de serem estudados individualmente⁵. Não são, porém, coisas mortas, mas uma realidade concreta, dinâmica, em constante readaptação às novas formas assumidas pela sociedade. Não estamos afirmando aqui que todas as manifestações culturais são, necessariamente, manifestações folclóricas, pois, para serem definidas como tal, é necessário verificar se apresentam características que possam constituí-las como fato folclórico, se elas atendem aos critérios delimitadores sugeridos pelos estudiosos do folclore.

CORBIN (2001) explica que, desde a origem do estudo do folclore, ele possuía um sentido de distância. Implicando superioridade, subordinação, vendo os costumes como remanescentes do passado. Para que o fato folclórico não se limitasse a ser considerado como “costumes do passado”, foram pensadas algumas características que pudessem identificá-lo.

Essas características a serem observadas nas manifestações culturais foram pensadas por estudiosos do folclore a partir da Carta do Folclore Brasileiro, saída do I Congresso Brasileiro de Folclore⁶ (1951), realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). De acordo com SILVA (2008), o texto da carta agrupava duas propostas convergentes:

... uma, apontada por Manuel Diegues Júnior e Renato Almeida, que defendia a ampliação dos domínios dos estudos do folclore, rompia com definições mais restritivas e aproximava-se da antropologia cultural; a outra, da Comissão Paulista, também defendia uma definição ampla para os Estudos do Folclore e seu relator foi Rossini Tavares Lima, importante folclorista paulista e autor de vários livros sobre o folclore brasileiro. (Silva, 2008, p.102)

⁴ Entrevista com Vicente Salles intitulada “questionamento teórico sobre o folclore”, citada no livro de BRANDÃO (1982).

⁵ Entendemos a cultura como algo amplo e relacional. Quando SALES (1982) afirma que os fenômenos folclóricos são passíveis de serem estudados “individualmente”, deduzimos que ele esteja se referindo ao folclore como uma dimensão da cultura, e por isso poderíamos focar nossos estudos nos fenômenos folclóricos propriamente ditos, sem que para isso seja necessário abarcar toda a cultura neste estudo.

⁶ I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro (1951), por proposta de José Calasans, ao Secretário Geral da Comissão Baiana, Antônio Vianna, e aceita por Renato Almeida. Importante pelo grande número de teses valiosas para a compreensão de nossa cultura. Nele se discutiu e foi aprovada a “Carta do Folclore Brasileiro”. (Fonte: <http://www.comissaonacionaldefolclore.org.br/historico.html>. Acessado em 31 de outubro de 2011).

Essa convergência das propostas no texto da Carta estabelecia o seguinte:

...reconhece o estudo do Folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar como folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.

Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.

São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônima ou não, e essencialmente popular. (Carta do Folclore Brasileiro, citada em BRANDÃO, 1982, p. 31)

É interessante refletir sobre esse “essencialmente popular” indicado na própria carta, principalmente sobre o que realmente seria ou indicaria esse termo para os estudiosos do tema na época em questão. BENJAMIN (2008) explica que o sentido de “povo” no conceito de folclore, originalmente, indicava os integrantes das camadas sociais mais baixas das sociedades camponesas tradicionais, não existindo assim um “folclore urbano”, que já se aceita atualmente. Assim, sob essa perspectiva, a cultura dos povos primitivos, como os nossos índios, por exemplo, também estava fora desses estudos.

Entendendo a noção de folclore como sendo algo construído historicamente, pois a sua compreensão varia de acordo com o tempo, pode-se afirmar que, para se entender o folclore, é preciso conhecer um pouco de sua trajetória histórica. CAVALCANTI (2002) explica que os estudos do folclore são parte de uma corrente de pensamento mundial, “cuja origem remonta à Europa da segunda metade do século XIX”. Ela afirma ainda que, ao mesmo tempo em que procuravam inovar, esses estudos faziam parte do legado de duas tradições intelectuais que se ocupavam anteriormente da pesquisa popular, a dos Antiquários e a do Romantismo. Pensando no sentido da palavra “povo”,

para os intelectuais românticos, ela significava puro, simples, estar enraizado nas tradições e no solo de sua região. Sendo assim, o indivíduo está dissolvido em sua comunidade. Como a trajetória dos estudos do folclore no Brasil manteve relações com os debates do contexto intelectual europeu, incorporando essa tradição romântica nos estudos brasileiros no intuito de conferir cientificidade a esses trabalhos, pode-se deduzir que o sentido da palavra “povo” se manteve intacto. Logo, o “essencialmente popular”, indicado na carta, estaria relacionado com essa concepção dos intelectuais românticos sobre a palavra “povo”.

Voltando à Carta do Folclore Brasileiro, ainda de acordo com SILVA (2008), naquele período houve uma tentativa de redefinição do fato folclórico que não mais precisaria ser necessariamente tradicional, desde que fossem “respeitadas as características de fato coletivo, anônimo ou não, e essencialmente popular”. Na releitura dessa Carta em 1995, durante o VIII Congresso Brasileiro de Folclore⁷, realizado na cidade de Salvador (BA) para a sua atualização, decidiu-se repensar o conceito de folclore, considerando que ele é:

... o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatos da identificação da manifestação folclórica: tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. (Comissão Nacional do Folclore, 1995, p. 1)

Diante da nova conceituação do termo, algumas das características que o definiam desaparecem ou foram relativizadas, de acordo com BENJAMIN (2008)⁸, tais como:

⁷ Proposta da comissão Baiana de Folclore, sob a presidência de Hildegardes Vianna. Homenagem ao centenário de Renato Almeida (1895 – 1981) e Releitura da Carta do Folclore Brasileiro (1951). (Fonte: <http://www.comissaonacionaldefolclore.org.br/historico.html> acessado em 31 de outubro de 2011)

⁸ Com relação à característica “antiguidade”, os estudiosos do folclore consideram a manifestação cultural como sendo folclórica a partir do momento que ela “cai” em domínio público, estipulando assim uma certa “idade” para essas manifestações. Os pesquisadores do fato folclórico no Brasil “tomaram como consenso”, que algo, para ser considerado fato folclórico, deveria estar na comunidade que o toma como expressão por, pelo menos, 50 anos.

O anonimato – o fato folclórico não teria autor conhecido. Essa característica, colocada em termos absolutos, tem sido progressivamente relativizada, pois deixava de fora o artesanato e a poesia dos repentistas, cujos autores são identificados no ato de sua criação.

Aceitação coletiva – o fato folclórico seria do gosto, do agrado coletivo, de prática generalizada. Esta característica tem sido usada na reinterpretação do anonimato. Para alguns folcloristas, a criação de um autor conhecido passa a ser folclórica quando há aceitação coletiva, quando passa a ser considerada patrimônio comum do grupo e ocorrem adições, variações e reinterpretações. É também a aceitação coletiva que torna possível considerar folclóricos os fatos originários da cultura de elite que tenham sido aceitos e reinterpretados pelo povo.

Transmissão oral – o aprendizado no folclore ocorreria, exclusivamente, por essa forma de transmissão. Tomada em termos absolutos, essa característica também exclui o artesanato e as técnicas populares, além da literatura de cordel e outras manifestações escritas. Renato Almeida considera que a transmissão oral deve ter um sentido simbólico por ela somente poder se realizar no que diz respeito à palavra, deixando de lado outros aspectos da cultura, em que o aprendizado se dá de outras formas. Estudos no âmbito da literatura popular vêm redimensionando o conceito de oralidade a partir da constatação da existência de matrizes escritas na produção oral, pois o que se presumia que houvesse sido transmitido oralmente teve, muitas vezes, uma fase de transmissão através da escrita. Por outro lado, têm sido documentados também a escrituração da produção oral e até mesmo o aproveitamento deste material escrito em novas produções orais.

Antiguidade – ser antigo foi condição do fato folclórico para folcloristas mais tradicionais. A sua significação era entendida ao pé da letra: velho, vetusto, que era conhecido há muitos anos. Como lembra Paulo Carvalho Neto, antiguidade chegou a ser sinônimo de ciência folclórica, negando-se o reconhecimento de novos fatos folclóricos - "*folclore nascente*", no dizer desse estudioso. Aceitar a condição da antiguidade é negar às pessoas do povo a capacidade criativa. Certamente, ninguém duvidará que um escritor erudito crie um conto ou um poema novo. Da mesma forma não se deveria negar tal possibilidade ao criador popular.

Tradicionalidade e dinamicidade – é talvez a característica básica dos fatos folclóricos, a linha divisória que se coloca entre o popular urbano, como as canções populares que tocam no rádio, e o folclórico. O entendimento do tradicional é também sujeito a discussões. Quando se coloca o que é tradicional em oposição ao que é novo, chega-se à negação

da dinamicidade. A dinâmica cultural, a evolução constante a que todos os fatos culturais estão sujeitos, não admite o entendimento do folclore como uma mera sobrevivência do passado. Há fatos novos no folclore que surgem com a criação contemporânea do povo e folclorização de fatos ou manifestações eruditas que estão merecendo a aceitação coletiva. Por outro lado, há fatos tradicionais que não são folclóricos – como certas tradições cívicas, religiosas etc. A tradicionalidade é entendida, hoje, como uma continuidade em que os fatos novos se inserem sem uma ruptura com o passado, mas que se constroem sobre esse passado – são, por exemplo, materiais novos com que se refazem peças de vestuário cuja matéria-prima tornou-se escassa ou inacessível; são gírias que se agregam a velhos contos; são lendas reinterpretadas; é o automóvel ou o avião substituindo o cavalo e a carruagem em narrativas tradicionais; é a fotografia substituindo a escultura do ex-voto etc.

Espontaneidade – os fatos e manifestações folclóricos nascem da comunidade, não são institucionalizados, não surgem de decretos e portarias, não se aprende nas escolas através de um exercício sistemático, mas com a convivência, de forma quase inconsciente e progressiva.

Funcionalidade – os fatos folclóricos integram sistemas culturais, exercendo funções e, portanto, não se constituem traços isolados. O fato folclórico deve ser entendido na configuração do social, do econômico, do político etc.

Regionalidade – a manifestação folclórica é localizada, é própria de uma comunidade, de uma localidade, de uma vila, de um povoado. Às vezes, o mesmo tipo de manifestação pode ser encontrado em localidades diferentes e distanciadas, mas a documentação e análise do fato vai mostrar que se trata de uma variante, isto é, manifestações que tiveram origem comum, mas que foram recriadas e/ou reinterpretadas em cada lugar e se diferenciaram (BENJAMIN, 2008, p. 2).

Pode-se afirmar que nem toda manifestação cultural é folclórica, mas que as manifestações folclóricas podem ser vistas como manifestações culturais e a sua fruição pode ser entendida como (possibilidade de) lazer. Porém, não existe uma manifestação ou prática específica e/ou predeterminada como conteúdo do lazer, ou seja, não são as práticas folclóricas ou culturais em si que definem o lazer. O que relaciona essa manifestação ou prática ao lazer, de acordo com MARCELLINO (1996), é a forma de engajamento / participação / envolvimento social de cada sujeito ou grupo social.

A partir dessa linha de pensamento, na qual as manifestações folclóricas podem ser entendidas como possibilidade de lazer passamos a analisar na RBF tais manifestações folclóricas.

2.1 Sobre a Revista Brasileira de Folclore (RBF)

No período compreendido entre os anos de 1947 e 1964, houve uma grande mobilização de intelectuais imbuídos do propósito de promover ações culturais e políticas voltadas para a proteção do folclore nacional. Tal mobilização ficou conhecida como Movimento Folclórico Brasileiro (MFB). Essa intensa movimentação em torno do folclore reuniu um significativo contingente de intelectuais brasileiros que viam o folclore não apenas como um objeto de estudo e pesquisa, mas, principalmente, como uma referência para a definição de nossa identidade nacional.

O MFB, com o objetivo de construir uma grande rede nacional de folcloristas com interesse na pesquisa e na criação e de favorecer um clima favorável ao estudo e proteção do folclore, promoveu ações e encontros que alcançaram grande repercussão pública. Toda essa estratégia culminou na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que tinha como objetivo a proteção e o estudo do folclore (VILHENA, 1997; OLIVEIRA, 2010). A CDFB foi instituída em 1958, a partir do Decreto nº 43.178, de 5 de fevereiro de 1958, assinado pelo então presidente da república, Juscelino Kubitschek. No seu artigo 3º, que apresenta as finalidades dessa campanha, está posto que ela deveria “esclarecer a opinião pública quanto à significação do folclore” (Decreto nº 43.178/1958).

Para agir de forma a fazer valer seus objetivos e finalidades, a CDFB realizou uma série de atos, tais como a criação de museus e de bibliotecas. De acordo com Cavalcanti (2002), data dessa época, por exemplo, o embrião do que viria a ser mais tarde o Museu de Folclore Edison Carneiro e a Biblioteca Amadeu Amaral, do atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Outro feito da CDFB, e que interessa particularmente a esta pesquisa, foi a edição e publicação da RBF.

A CDFB, sendo um órgão nacional destinado a "defender o patrimônio folclórico do Brasil e a proteger as artes populares" do avanço da industrialização e da modernização da sociedade que ameaçavam extinguir os "elementos culturais autênticos" de uma nação presentes em seu folclore (CAVALCANTI, 2002), entendeu que esse patrimônio cultural deveria ser intensamente divulgado e preservado.

Aqui, abrimos um parêntese para refletir sobre a expressão "elementos culturais autênticos". Para os estudiosos que desejavam defender o folclore dos "perigos da modernidade", receosos de que esses pudessem extingui-lo, esse folclore seria a representação dos elementos culturais autênticos de uma nação, no caso, da nação brasileira. Ou seja, a maneira de sentir, agir e pensar de um povo, sem a influência de círculos culturais tidos como eruditos. Porém, pode-se entender esses elementos culturais como fruto de uma "circularidade" da cultura, em que, de acordo com THOMPSON (1987), o erudito e o popular se cruzam, tornando-se assim um importante campo de vivências culturais, excluindo a questão da "autenticidade" na definição desses elementos. O próprio THOMPSON (1998) explica que uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, onde "há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos" (p. 17), o que torna inapropriado falar de um elemento cultural "autêntico" referente a qualquer lugar, como, por exemplo, a uma nação. Apesar de THOMPSON não se referir ao estudo do folclore propriamente dito e nem à realidade brasileira no período estudado em suas obras citadas, pode-se lançar mão de sua argumentação para a reflexão que interessa a este trabalho acerca da representação dos elementos culturais autênticos de um determinado lugar.

A RBF foi editada a partir de 1961 pela CDFB, na gestão de Édison Carneiro⁹. Além dele, que foi diretor executivo da CDFB entre 1961 e 1964, outros dois nomes aparecem como diretores executivos da entidade durante o

⁹ Édison Carneiro (1912-1972), jornalista, poeta, jurista e folclorista, professor da disciplina "Bibliografia de Folclore" do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e de Cultura Popular no Instituto Villa-Lobos. Foi professor-visitante nas Faculdades de Filosofia de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Paraná, e um dos responsáveis pela estruturação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro do MEC, participando como membro do seu Conselho Técnico de 1958 a 1961 e como diretor executivo no período de 1961 a 1964 (GASPAR, s. d).

período de edição da RBF: Renato Almeida¹⁰, entre 1964 e 1973, e Bráulio Nascimento¹¹, entre 1974 e 1976, e que são considerados os principais responsáveis pela edição da revista.

A RBF tinha como objetivo ser um grande espaço de divulgação de ideias sobre o folclore, divulgando textos, eventos, cursos, reuniões, publicações, aprovação de leis sobre o folclore, notícias sobre convênios nos estados, parcerias e a programação de seus eventos, entre tantas outras ações. Uma das estratégias de divulgação da RBF foi o envio de cartas aos representantes das comissões estaduais de folclore, como cita SILVA (2008) em sua tese:

A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro está muito empenhada em que seu periódico – Revista Brasileira de Folclore – chegue realmente às mãos das pessoas interessadas em todo o país. Enviamos gratuitamente o primeiro número a todos os folcloristas e amigos do folclore que conhecíamos, mas, a partir do segundo número, esperamos que todos os interessados a subscrevam (duzentos cruzeiros por ano). (Carta de Édison Carneiro para Regina Lacerda, em 3/8/1962, citada em SILVA, 2008, p. 167)

VILHENA (1997) afirma que a criação da RBF foi uma das mais importantes realizações da gestão de Édison Carneiro à frente da CDFB, através da qual ele pretendeu, como afirma no primeiro número da publicação, fornecer ao MFB uma revista de caráter nacional.

É interessante salientar que a RBF pode ser identificada como um periódico que possui

¹⁰ Renato Almeida (1895-1981), folclorista e musicólogo, ingressou como escriturário no Ministério das Relações Exteriores em 1927. Vinte anos depois, já ocupava a posição de chefe do seu Serviço de Informações. Esteve presente na diretoria do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) desde sua instituição, em 1946. Além de alto funcionário burocrático do Itamaraty, também foi, desde 1926, diretor do Lycée Français do Rio de Janeiro, e, como consequência, visitou oficialmente a França, a pedido do governo francês, e participou da fundação, em Londres, do International Folk Music Council (IFMC) e da reorganização do Centre International des Arts et Traditions Populaires (CIAP) em Paris, que foram duas instituições internacionais dedicadas ao folclore, apoiadas pela UNESCO. Assumiu a direção executiva da CDFB em 1964, após o golpe militar, e permaneceu até 1973 (VILHENA, 1997).

¹¹ Bráulio do Nascimento, nascido em 1924 no estado da Paraíba, é estudioso do folclore, especialista em romances e em contos populares, com trabalhos reconhecidos no Brasil e em diversos países do mundo, a exemplo do livro “Biografia Brasileira de Folclore” (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973).

... um universo de ideias que punha de manifesto, de forma muito particular, um momento da história do Brasil em que a cultura, compreendida pela via do folclore, serviu ao objetivo de constituir um sentido de unidade a partir da identificação com os elementos definidores da cultura nacional. (SOARES, 2010, p. 15)

Essa mesma autora ainda afirma que os folcloristas tiveram, na RBF,

... um lugar de sociabilidade fundamental para o desenvolvimento e defesa de suas ideias e ações, pois esse periódico serviu como espaço onde foi possível elaborar um projeto e uma visão de cultura nacional que tiveram como alvo tanto a construção de uma identidade nacional mediada pelo aspecto folclórico, quanto a veiculação do folclorista como intelectual e do folclore como disciplina autorizada para a realização dessa tarefa de construção identitária. (SOARES, 2010, p. 20)

2.2 A RBF como fonte de pesquisa

Entendendo que, de acordo com TABORDA de OLIVEIRA (2003), periódicos podem ser utilizados como fonte e objeto de estudo, a RBF representa uma dupla alternativa que pode ser tomada simultaneamente como fonte (núcleo informativo para a compreensão de discursos, relações e práticas) e como objeto analisado. Porém, não se realiza nesta pesquisa a análise do periódico como um todo, mas optou-se por analisar somente artigos¹² da RBF, tomando-a apenas como fonte de pesquisa.

¹² Para este estudo, iremos considerar como artigos os textos presentes na RBF que versaram sobre assunto especificamente folclórico, possuindo ou não ilustrações com fotos, desenhos ou textos musicais, que obedecerem às normas contidas na Ata da 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Folclore, de 9/10/1959, e que se voltem aos objetivos da investigação.

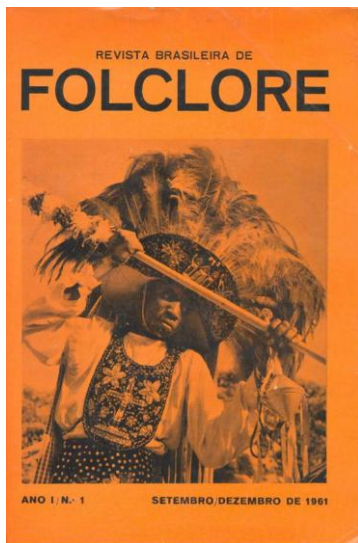


Figura 1 – Capa da primeira edição da RBF, setembro/dezembro de 1961. Fonte: Acervo digital do CNFCP, disponível em:

www.docvit.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_r\Trbs\RevBrFolclo\RevBrFolclo.DocPro&past a=&pesq acessado em 16/10/2012.

Publicada três vezes ao ano, de quatro em quatro meses¹³ – uma edição para janeiro/abril, uma para maio/agosto e outra para setembro/dezembro –, a revista incluía resenhas, noticiários e artigos de estudiosos do folclore brasileiro e estrangeiro. A série total da RBF possui 41 edições, de 1961 a 1976. A primeira data do último quadrimestre de 1961, e a última, do segundo quadrimestre de 1976. Durante os 15 anos em que esteve em circulação, sua publicação foi interrompida somente no ano de 1975. Segundo SOARES (2010), essa interrupção foi devida, provavelmente, ao

... desarranjo institucional causado com a reestruturação do campo da cultura no Brasil, que enquadraria a CDFB entre as instituições coordenadas pela Funarte, só voltando a circular em maio de 1976, para encerrar a série. (SOARES, 2010, p. 35)

Essa revista foi distribuída através de assinaturas anuais (como mostra o quadro 1 abaixo) e, a partir da edição de número 29, não se tem informações sobre os valores de assinatura na própria RBF como acontecia nas edições anteriores. A edição de número 35 exhibe, nas primeiras páginas, os seguintes dizeres: “este exemplar não pode ser vendido”, dando a entender que a RBF

¹³ Essa regra de revista quadrimestral não funcionou para os números 8, 9 e 10, que foram editados juntos, em um só volume, no ano de 1964. SOARES (2010) explica que essa interrupção está ligada ao afastamento de Edison Carneiro da direção da CDFB, devido a circunstâncias impostas pelo golpe militar.

passara a ser distribuída de forma gratuita¹⁴. Porém, na edição do número 38 aparecem, novamente, informações sobre os valores da assinatura anual.

No acervo da biblioteca Amadeu Amaral foram encontradas, entre as correspondências da Comissão Nacional de Folclore (CNF), algumas informações sobre a distribuição da RBF. Lá, está posto que sua distribuição esteve a cargo da Livraria São José, situada na capital carioca, que era responsável por disponibilizar a RBF para outras cidades do país, entre elas, Manaus, Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Vitória, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Além disso, a RBF era distribuída também para as instituições públicas, sobretudo educacionais, de forma gratuita.

Quadro 1 – Caracterização do desenvolvimento da RBF (série total – 1961/1976)

Número	Ano	Editores	Órgão Responsável	Responsável	Assinatura
1 a 4	1961/1962	CNF *	CDFB/MEC	Édison Carneiro	Cr\$ 200,00
5 a 7	1963	CNF	CDFB/MEC	Édison Carneiro	Cr\$ 300,00 – Nacional e US\$ 3,00 Exterior.
8-10**	1964	CNF	CDFB/MEC	Renato Almeida	?
11 a 13	1965	CNF	CDFB/MEC	Renato Almeida	Cr\$ 800,00 – Nacional e US\$ 3,00 Exterior. Preço do exemplar***: Cr\$300,00
14 a 16	1966	CNF	CDFB/MEC	Renato Almeida	Cr\$ 1.000,00 – Nacional e US\$ 3,00 Exterior. Preço do exemplar: Cr\$500,00
17 a 19	1967	CNF	CDFB/MEC	Renato Almeida	NCr\$ 2.000,00 – Nacional e US\$ 3,00 Exterior. Preço do exemplar: NCr\$1.000,00. Preço do exemplar atrasado****: Cr\$1.500,00
20 a 25	1968/1969	CNF	CDFB/MEC	Renato Almeida	NCr\$ 3,00 – Nacional e US\$ 3,00 Exterior. Preço do exemplar: NCr\$1,50. Preço do exemplar atrasado: NCr\$2,00
26 a 28	1970	CNF	CDFB/MEC	Renato Almeida	NCr\$ 5,00 – Nacional e US\$ 3,00 Exterior. Preço do exemplar: NCr\$1,50 Preço do exemplar atrasado: NCr\$2,00
29 a 37	1971/1973	CNF	CDFB/MEC	Renato Almeida	Não possui assinatura

¹⁴ É possível que seja somente um número especial, ou que esse exemplar, utilizado para a digitalização da RBF, por fazer parte da coleção particular de Édison Carneiro, esteja com essa mensagem carimbada.

38 a 40	1974	CNF	CDFB/MEC	Bráulio Nascimento	Cr\$ 120,00 – Nacional e US\$ 30 Exterior. Preço do exemplar: Cr\$20,00. Preço do exemplar atrasado: Cr\$5,00
41	1976	CNF	CDFB/MEC	Bráulio Nascimento	?

* Componentes do CNF: Presidente – Ministro da Educação e Cultura, Renato Almeida, Luís da Câmara Cascudo, Théo Brandão, Guilherme dos Santos Neves, Joaquim Ribeiro, Manuel Diegues Júnior, Oneyda Alvarenga, Rossini Tavares de Lima, José Loureiro Fernandes, Oswaldo R. Cabral e Édison Carneiro.

** Neste ano, a RBF teve apenas uma publicação. Os números 8, 9 e 10 foram condensados em um único exemplar, dentro do qual há uma carta do novo diretor executivo da campanha, Renato Almeida, se desculpendo por tal fato. Também houve alterações na composição do Conselho: sai Joaquim Ribeiro, entram Dante de Laytano e Aires da Mata Machado Filho.

*** A partir deste número, estipula-se o preço do exemplar separadamente.

**** A partir deste número, estipula-se o preço do exemplar atrasado separadamente.

O conteúdo da RBF é dividido em partes que comportam o editorial¹⁵, o índice ou sumário, os artigos, a bibliografia e os noticiários e documentários. Essas seções aparecem, nessa ordem, no interior da RBF. SOARES (2010), em sua pesquisa, diferencia, na composição das seções da RBF, elementos pré e pós-textual. É dessa forma que a autora identifica na RBF as seguintes seções: *o expediente, o índice e a quarta capa* (classificados como elementos pré-textuais); seguidos dos *artigos, noticiário, bibliografia, revistas e periódicos e documentários*, e, por último, as *páginas finais* (classificados como elementos pós-textuais), destinadas à divulgação de novas edições.

Os artigos publicados na RBF são textos que fazem referências às pesquisas realizadas em torno do folclore, sejam individuais e/ou coletivas e, alguns deles, exprimem uma interpretação mais evidente dos autores sobre os fatos noticiados. A princípio, pode-se pensar que não existiam normas para a escrita desses artigos quando se depara com correspondências como esta, do então diretor executivo da CDFB, Édison Carneiro a Vicente Mendonza:

¹⁵ Sobre a nomenclatura dessas seções, o editorial é assim nomeado nesta pesquisa por apresentar indicadores dos responsáveis pela edição e escrita dos artigos presentes na RBF, embora esse termo não seja aplicado pelos editores no índice ou nas páginas da revista.

Muito nos honraria o ilustre amigo se se dispusesse a escrever um artigo para a Revista Brasileira de Folclore, órgão desta Campanha, que aparece três vezes por ano (abril, agosto, dezembro).

Não há limitação de páginas e o tema fica à escolha do amigo, que poderá publicar o artigo simultânea ou posteriormente.

Na espera de uma resposta afirmativa, apresento-lhe antecipadamente nossos agradecimentos.

(Carta de Édison Carneiro a Vicente Mendonza, datada em 6/1/1964)

Porém, o texto do projeto de regulamentação para a RBF, proposto por Renato de Almeida, descrito na Ata da 11ª reunião ordinária de 9/10/1959, faz menção a possíveis normas de escrita desses artigos. Nessa ata está posto, por exemplo, que os artigos “deverão versar sobre assunto especificamente folclórico, de preferência brasileiro, sem caráter pessoal, admitidos naturalmente os de debate científico pertinente”. Sendo assim, pode-se deduzir que os artigos possuíam normatização própria.

Os artigos ocupam a maior parte da RBF, em uma média de cinco por exemplar, totalizando 209 ao longo de toda a série. Alguns desses artigos traziam ilustrações, fotografias e partituras musicais e, ao final de cada um deles, havia resumos nos idiomas francês e inglês. Apesar de SOARES (2010) afirmar em sua pesquisa que os artigos “não costumavam ser longos e aprofundados” (p. 36), verificou-se que em muitos casos eles são densos e oferecem vastas possibilidades de interpretação para o âmbito desse estudo, diferentemente da avaliação que fez essa pesquisadora. Essa constatação não faz com que um estudo se torne melhor ou pior do que o outro, mas apenas evidencia olhares diferentes sobre o mesmo objeto.

Sobre a seção *Bibliografias* da RBF, não se trata de referências bibliográficas dos artigos, mas de sugestões de leituras sobre o folclore. Essa seção se constitui de uma série de resenhas de obras tidas como referências para os estudos do folclore. Ela se manteve constante até o número 35 da RBF. A partir daí, apareceu uma vez junto com a seção *Revistas e Periódicos* e, nos números seguintes, deixou de existir.

A seção *Revistas e Periódicos* diz respeito aos lançamentos sobre escritas do folclore. Essa seção aparece no primeiro número publicado, porém,

nos números 2, 3 e 4, e, posteriormente, nos números 39, 40 e 41, já não está presente. Nos números 36, 37 e 38, ela aparece junto com o conteúdo da seção *Bibliografias*, com o título *Livros e Revistas*.

A seção *Noticiários* apresenta uma gama de informações e notícias relacionadas ao folclore e aos folcloristas no Brasil e no exterior. Nela foram noticiados e divulgados congressos, festivais, seminários, desfiles, exposições, conferências e reuniões da Comissão e do CNF, como também a criação de instituições, cursos e materiais específicos do campo, projetos e pesquisas em desenvolvimento, além da reprodução de documentos sobre a nascente legislação do folclore, de regulamentos dos concursos organizados pela CDFB e CNF, temários e resoluções dos congressos e reuniões, assim como as fotografias desses eventos.

A seção *Documentários* aparece a partir do número 17 e permanece até o número 34. Era composta por documentos, registros e bibliografia comentada sobre temas específicos do folclore.

Com relação ao editorial (ou expedientes), ao índice e à quarta capa, que SOARES (2010) considera como elementos pré-textuais, essa autora afirma ainda que:

As mudanças constantes nos expedientes refletem as transformações institucionais pelas quais a **RBF** e as agências que ela representava estavam sujeitas. A **RBF** omitia com frequência o registro de expedientes que pareciam já estar bem definidos, como é o caso da parte da Revista destinada a listar os componentes da direção, que atuava como um tipo de corpo editorial, formado por diretor, redator, redator chefe e secretário. O índice possibilita identificar a adição ou a supressão de seções e a quarta capa, a partir do número 4, trouxe registradas as funções relativas à CDFB em relação à sua intervenção no plano da cultura no Brasil, ao mesmo tempo em que buscava afirmar uma identidade visual. (SOARES, 2010, p. 40)

Assim, é possível verificar as transformações institucionais ocorridas na RBF e nas agências que ela representava, como a CDFB, através dos seus elementos pré-textuais. A partir disso, é possível analisar, por exemplo, a interferência (ou não) de órgãos governamentais, com relação à composição dos membros da CDFB, envolvidos na edição da RBF.

Como dito anteriormente acerca dos artigos da RBF, verificou-se que eles são muito densos e oferecem vasta possibilidade de interpretação, podendo ser considerados fontes ricas de informação sobre o tema do folclore. Por esse motivo, optamos por analisar somente 37 artigos da RBF relacionados às temáticas de festas, festejos e danças populares, além do primeiro artigo do primeiro número da RBF, de autoria de Luís da Câmara Cascudo, que, como já afirmamos, ilustra bem uma possível tentativa de educação das sensibilidades na história. Não pretendemos, portanto, fazer uma história do periódico como um todo, tomando-o como objeto de pesquisa, a exemplo de SOARES (2010), mas, adotamos esse recorte que acabamos de explicitar, deixando para estudos futuros as demais seções de tal periódico.

2.3 O lazer (ou os lazeres) no período da RBF

Pelo fato de a RBF ter sido publicada entre 1961 e 1976, procurou-se compreender o que de fato se entendia ou se pensava sobre o lazer nessa época (décadas de 1960 e 1970) para, só então, fazermos a relação dos artigos com as vivências de lazer.

A análise dos estudos sobre o lazer inicia-se com MARINHO (1979), em sua obra *Raízes etimológica, histórica e jurídica do lazer*, na qual, de acordo com o autor, é impossível falar de lazer sem associá-lo ao trabalho e à recreação. O autor afirma que “essa trilogia [lazer, trabalho e recreação] é indissociável e apresenta uma interdependência que precisa ser compreendida, estudada, analisada. A diminuição do Trabalho gera o Lazer e este impõe a Recreação” (p. 11). Esse pensamento reflete o que parte dos estudiosos, a exemplo de SUSSEKIND e colaboradores (1952), FERREIRA (1959), DE GRAZIA (1966), dentre outros, pensavam sobre o lazer e sobre a sua relação com a recreação naqueles anos.

Analisando essa trilogia proposta por MARINHO, verificamos que, no mundo contemporâneo, o lazer só começou a existir, como um problema a ser resolvido, quando a jornada de trabalho foi, pouco a pouco, diminuindo, e sua duração passou de 15 para 14, para 12 e, depois, para 10 horas diárias (GOELLNER, 2005; SANT’ANNA, 1992). Já a partir de 1830, trabalhadores

ingleses traduziam em uma canção suas inspirações concernentes ao direito de trabalhar, divertir, repousar e ganhar o suficiente para viver, reivindicando, assim, a fixação do dia de trabalho em oito horas e a implementação de um salário mínimo para a classe:

Eight hours to work,
Eight hours to play,
Eight hours to sleep,
Eight shillings a day.

(SUSSEKIND e colaboradores, 1952, p. 7)

Com o estabelecimento, no mundo moderno, da jornada de trabalho de oito horas, a instituição do repouso semanal remunerado, a criação da chamada “semana inglesa” (que diz respeito à meia jornada aos sábados) e a garantia das férias anuais¹⁶, o lazer surge como fenômeno mundial, constituindo problema social, e do mais relevante interesse do direito para o Estado (GOELLNER, 2005). Logo, um problema novo foi posto em foco, o de qual seria “o melhor modo de se preencher as horas de lazer do trabalhador, de forma a se conseguir melhormente a restauração do equilíbrio biológico e integrá-lo, cada vez mais, na comunidade de que é parte” (SUSSEKIND e colaboradores, 1952, p. 10). Os mesmos autores afirmam ainda que dois objetivos foram, então, fixados como possíveis de serem alcançados na solução desse problema: a educação e a recreação. Nesse momento, de acordo com GOELLNER (2005), o conceito de lazer se superpõe ao conceito de recreação (do inglês *recreation*¹⁷) tão difundido nos Estados Unidos e, a partir da década de 1960, a ideia de lazer foi absorvendo o conteúdo da recreação.

¹⁶ Não estamos ignorando aqui nem o tempo que tais conquistas trabalhistas demorariam a chegar ao Brasil nem a forma com que elas chegaram aqui. Apenas ilustrou-se como o lazer passa a ser visto como um “problema” social na esfera mundial, e, a partir daí, também no Brasil.

¹⁷ Nos Estados Unidos, o termo *recreation* evoca o aspecto lúdico do lazer e sua institucionalização sob forma de diversão, diferente do seu significado na tradição europeia, na qual ele se refere à recreação da força de trabalho (CORBIN, 2001).

ALMEIDA e GUTIERREZ (2011) explicam que o período denominado Nacional-Desenvolvimentismo, estendido por eles¹⁸ desde o Estado Novo (1937) até o início da Ditadura Militar (1964), foi marcado por significativas transformações sociais, exemplificadas pelas reformas trabalhistas e pela pujança industrial. Convém destacar nesse período, o surgimento da indústria automobilística, a inauguração da capital federal de Brasília (longe dos maiores centros urbanos de então), a construção de estradas por todo o país, a adoção de políticas trabalhistas, o êxodo do campo para as cidades, entre outros.

Assim, essa ênfase no desenvolvimento econômico e industrial do país, impulsionou transformações que possibilitaram um maior acesso ao lazer, uma vez que as artes e espetáculos se multiplicaram e o lazer do trabalhador foi valorizado por meio da construção de clubes-empresa. De acordo com GUTIERREZ (2005), o lazer encontrado na sociedade, nessa época, é típico do início da industrialização, caracterizando-se por manifestações populares e comunitárias. Mais tarde, quando a população urbana ultrapassa a rural, na década de 1960 (segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), o lazer passa a ser entendido também como mercadoria de consumo disponível no mercado.

Entre os anos de 1969 e 1979, é possível verificar um aumento significativo do número de pesquisas, debates e análises dos usos do tempo livre do trabalhador e o aparecimento de novos espaços e equipamentos para a prática do lazer, além da criação de setores institucionais destinados ao tratamento exclusivo dessas questões¹⁹.

Passou-se a falar mais sobre lazer em jornais e revistas, na televisão, em encontros de cunho político, médico, cultural, projetos arquitetônicos, entidades sindicais e de assistência ao trabalhador, sempre tendo em mente que o lazer era sinônimo de recreação, e essa recreação dos trabalhadores deveria ser orientada para a prática de atividades que promovessem o

¹⁸ O início do período Nacional-Desenvolvimentismo varia em outros estudos. O próprio Gustavo Luiz Gutierrez, em estudo anterior, define este período como sendo de 1946 a 1964. (GUTIERREZ, 2005)

¹⁹ Em São Paulo, por exemplo, os comerciários encontraram no Serviço Social do Comércio - SESC "uma das melhores colônias de férias do Estado de São Paulo (a Colônia de Férias Ruy Fonseca, em Bertiooga, São Paulo), entre outros espaços de lazer sistematicamente bem cuidados" (SANT'ANNA, 1992, p. 28).

“aumentamento do nível educacional e social do trabalhador” (SUSSEKIND e colaboradores, 1952, p. 17).

Em sua tese, XAVIER (2007) explica que, nesse período caracterizado como “tempo de desenvolvimento” (décadas de 1950 e 1960), a sociedade e o Estado provocaram um debate sobre a necessidade de modernização e desenvolvimento da nação:

Na teia dos discursos em prol do ajustamento dos indivíduos às demandas do novo tempo, a escolarização da população foi abordada, ao lado da industrialização, como fator dinâmico do desenvolvimento econômico e do progresso social. Industrialização e escolarização assumiram naquele tempo a condição de elementos intensificadores das mudanças culturais tidas como necessárias para que o desenvolvimento pudesse ocorrer. (XAVIER, 2007, p. 76)

Assim, além da preocupação com a formação da mão-de-obra qualificada para o trabalho industrial, nascia também a inquietação, por parte do Estado através de sua elite intelectual, com a difusão de uma nova mentalidade social entre os trabalhadores e com a forma como eles elevariam o seu nível educacional e social para melhor utilizar o seu tempo de não-trabalho. Surgia, então, a preocupação com a forma de ocupação do tempo livre desse trabalhador.

É interessante verificar que a preocupação com o preenchimento das horas de lazer (ou tempo livre) do trabalhador é encontrada também na obra de Edward Palmer Thompson, demonstrando que o “problema” da ocupação do tempo livre do trabalhador não é tão atual. Em seu livro *A formação da classe operária inglesa*, de 1987, o autor afirma que “as diversões dos pobres foram alvo de uma forte oposição religiosa e legal, e até mesmo as mais inócuas foram consideradas impróprias” (p. 293). Houve aí uma tentativa de imposição da disciplina social, verificando-se um controle do tempo do trabalhador:

Nas regiões industriais, podia-se observá-la na expansão da disciplina fabril, condicionada pela campainha e pelo relógio, do trabalho às horas de lazer, dos dias úteis ao *Sabbath*, e também nas tentativas de supressão do “domingo do sapateiro”, das feiras e dos feriados tradicionais. (THOMPSON, 1987, p. 293)

Apesar de o tempo de não-trabalho (ou tempo de lazer) desse trabalhador ser bastante reduzido, devido à grande extensão da jornada de trabalho, a burguesia, mesmo assim, sentia a necessidade de controlar o uso desse tempo dos trabalhadores, como revelou THOMPSON (1987). Além desse autor, CORBIN (2001) também mostra esse mesmo interesse de controle do tempo livre ou das horas de lazer dos trabalhadores em escala mundial:

Ao longo da segunda metade do século XIX, desenham-se traços comuns a todos os países. (...) Por toda parte a sua ação precedeu a investigação científica consagrada às modalidades de utilização do tempo livre. É que se tratava acima de tudo de vigiar, de controlar, de moralizar, de promover.

Em todos os países do Ocidente impõe-se no século XIX a distinção entre práticas de lazer consideradas enriquecedoras, que revelam da esfera do amadorismo, e distrações consideradas pouco respeitáveis, empobrecedoras ou demasiado ligadas ao profissionalismo. (...) O Reino Unido caracteriza-se por uma consciência premonitória da diversidade dos usos sociais do tempo e por um esforço intenso de organização e enquadramento do lazer popular. (CORBIN, 2001, p. 8)

Apesar dos dois historiadores citados anteriormente lidarem com realidades de outros países diferentes do Brasil, a Inglaterra e a França, respectivamente, e em épocas diferentes, pode-se utilizar tal análise para exemplificar o interesse da burguesia, em esfera mundial, como exemplo da maneira como o trabalhador usufruía do seu tempo de não-trabalho, as atividades que ele executava (ou não executava) nesse tempo.

Um dos primeiros trabalhos publicados no Brasil sobre as práticas de lazer do trabalhador é de autoria do Professor Acácio Ferreira: *O Lazer Operário*, de 1958. O prefácio dessa obra é escrito por Édison Carneiro, primeiro Diretor Executivo da CDFB e folclorista. Nesse prefácio, Carneiro afirma que:

O ensaio de Acácio Ferreira desbrava, como pioneiro, os caminhos para uma solução nacional do problema do lazer. Embora folcloristas,

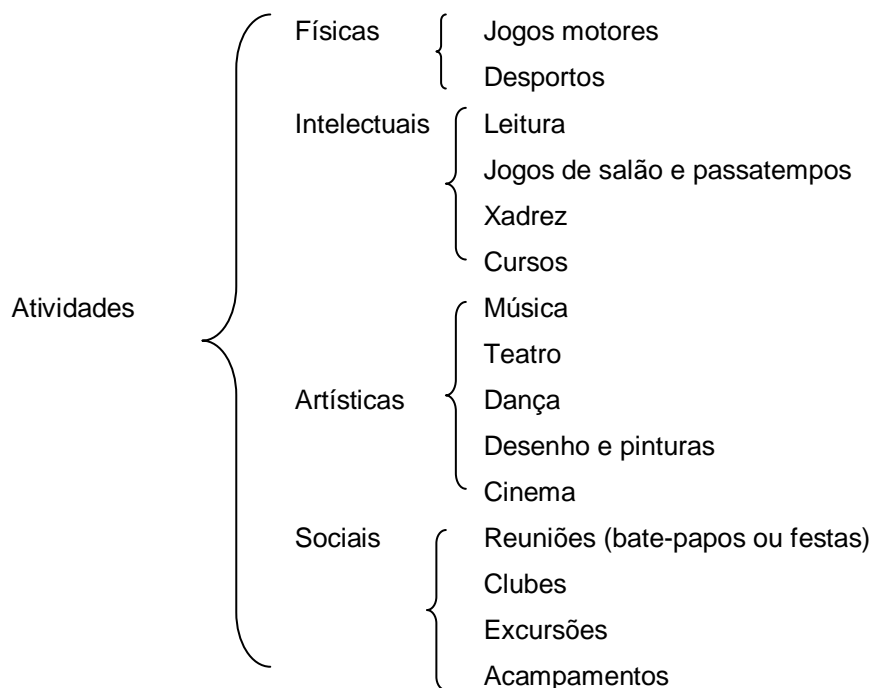
recreacionistas, assistentes sociais e professores de educação física, cada qual no seu domínio particular, não tenham trabalhado em outra direção, pela primeira vez temos o problema, não apenas exposto na teoria, mas reduzido às condições nacionais e, mais particularmente, como exemplo, às condições regionais da cidade de Salvador. (FERREIRA, 1958, p. 7)

Édison Carneiro afirma aí que os próprios folcloristas também estavam preocupados em proporcionar aos trabalhadores atividades em que eles fossem mais participantes do que espectadores, fazendo com que o preenchimento das horas de lazer tivesse um sentido duplamente construtivo “tanto em benefício do indivíduo, que de outra maneira a máquina transformaria em autômato, como da coletividade, através do alívio de boa parte das tensões sociais que afligem nosso tempo” (FERREIRA, 1958, p. 7).

No livro *Manual de recreação: orientação dos lazeres do trabalhador* (SUSSEKIND e colaboradores, 1952), são citadas algumas atividades recreativas a serem desenvolvidas pelos trabalhadores durante suas horas de lazer e, entre elas, encontram-se as artes populares. Como exemplos desse tipo de arte, os autores fazem referência à música, ao teatro, ao cinema, ao rádio e à televisão, considerando que “uma das finalidades da recreação é o enriquecimento da personalidade intelectual do indivíduo” (p. 35).

Apesar dessa tentativa de “exemplificação” da forma como o trabalhador deveria usufruir do seu tempo de lazer, ALMEIDA e GUTIERREZ (2005) afirmam que o lazer popular mantinha a tradição do lazer de rua, do circo e festas típicas católicas no período compreendido entre 1946 e 1964.

De um ponto de vista prático, para facilitar a organização de atividades que pudessem ser oferecidas ao trabalhador, GOELLNER (2005), tomando como base textos de Inezil Marinho, sugeriu a seguinte esquematização:



FONTE: GOELLNER (2005)

Apesar de neste estudo, até o presente momento, o lazer ter sido apresentado vinculado à realidade industrial do Brasil, optou-se por considerá-lo relacionado também ao divertimento, a exemplo de Melo (2011). Principalmente devido ao fato de que os artigos a serem estudados não trataram da realidade industrial do Brasil, e sim de sua realidade popular, de manifestações populares do povo brasileiro. Dessa forma, para facilitar a busca pelas possibilidades de vivência de lazer no interior da RBF, utiliza-se como exemplo delas, algumas atividades recreativas (relacionadas ao divertimento) presentes nesse esquema de GOELLNER (2005).

2.4 Os artigos da RBF e as possibilidades de vivência de lazer

Para caracterizar os artigos da RBF, eles foram classificados²⁰ de acordo com sua temática principal, como identificado no quadro 2:

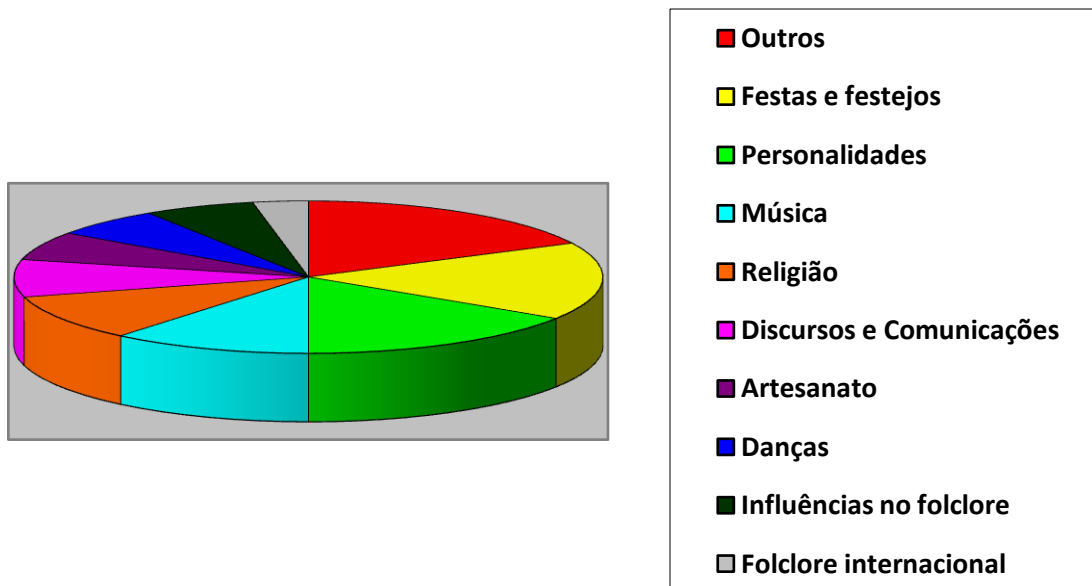
Quadro 2 – Classificação dos artigos da RBF de acordo com a temática principal de cada um deles.

Temática principal	Número de artigos
Literatura	37
Outras	29
Festas e festejos	27
Personalidades do folclore	26
Música	18
Religião	16
Discursos e comunicações	13
Artesanato	10
Danças populares	10
Influências no folclore	10
Folclore internacional	5
Culinária	4
Teatro	4
Total	209

²⁰ É importante salientar que, no estudo de SOARES (2010), a autora também faz uma classificação dos artigos de acordo com a temática principal abordada por eles. Sua classificação difere desta criada aqui em algumas temáticas, mas optamos por manter a nossa própria classificação para o estudo, devido à peculiaridade de nosso objeto de pesquisa. A autora, por exemplo, classifica as danças e as festas dentro de uma única temática denominada “Folguedos e Festas”, em que estão presentes os artigos que dizem respeito ao que ela chamou de “Autos populares”, danças dramáticas e festas em geral. Mas, entendemos que, por se tratarem de eventos com propriedades exclusivas e particulares, devemos utilizar, para este estudo, classificações individuais.

O gráfico 1 representa a proporção desses artigos divididos por temáticas com relação ao total de artigos levantados nas edições da RBF:

Gráfico 1 – Relação proporcional dos artigos pesquisados divididos em temáticas.



Dentre esses artigos, foram selecionados, como já mencionamos, aqueles que apresentam como temática principal as “festas e festejos” e as “danças populares”. Analisando a quantidade de artigos presentes na RBF com essas temáticas, verifica-se que existem 37 no total. Esse número representa 17,7% do total dos artigos, igualando-se apenas com a quantidade de artigos de temática “Literatura”, sendo que essas temáticas são as de maior incidência na RBF. Isso pode ser explicado pela afirmação de CARNEIRO (1962):

O interesse principal dos estudos de folclore, que era a poesia no período dominado por Silvio Romero, mudara, com Mário de Andrade e seus colaboradores, para a música. Com a Comissão Nacional a ênfase novamente se transferiu para os folguedos populares. (CARNEIRO, 1962, p. 56)

Essa predileção por parte do grupo de folcloristas pelos folguedos pode ser justificada através do argumento de SOARES (2010) que afirma que, para os folcloristas, tal manifestação

... era mais abrangente, por trazer em uma só manifestação poesia, música e dança, visto que os folguedos apresentavam sempre em sua composição, um texto a ser cantado, uma coreografia a ser executada e uma melodia advinda do uso de instrumentos musicais ou mesmo produzida pelo coro das vozes, constituindo-se, cada vez mais, em espetáculos dramatizados. (SOARES, 2010, p. 42)

Ciente de que todas as temáticas especificadas anteriormente e relacionadas aos artigos são de grande interesse para esta pesquisa devido à rica variedade de informações sobre as possibilidades de vivências de lazer, optamos, no entanto, por estudar duas temáticas. A primeira, “festas e festejos”, devido à sua relação direta com o lazer, explicitada em estudos anteriores, como CANCLINI (1983), ROSA (2002), CUNHA (2002), dentre outros, considerando ainda o fato de que a festa, estudada em seu processo histórico, em sua realidade cultural, ressalta novos contornos para o entendimento dos conteúdos culturais do lazer. Levamos em consideração também o fato de que, como afirmam ALMEIDA e GUTIERREZ (2005), as festas típicas faziam parte da tradição do lazer de rua mantida pela população pelo menos até meados da década de 1960. A segunda temática escolhida, “Danças populares”, deve-se ao fato delas ocorrerem nas próprias festas e festejos populares, de acordo com os artigos da RBF, que relatam, além das danças populares, os festejos que deram origem a elas. Todos os artigos selecionados com a temática “Danças populares” apresentam em seu contexto indicações de festas e festejos populares em que tais danças estariam presentes.

3 As festas, as danças populares e os festejos presentes nos artigos da RBF

Quando se estuda a festa, como afirma AMARAL (1998), pode acontecer de se deparar com vários de seus sentidos. As festas, os festejos e mesmo as danças populares podem se revelar como forma de expressão artística, modo de ação social, forma de organização popular, como expressão de uma identidade cultural e, até mesmo, como afirmação de valores particulares no contexto nacional.

Nos artigos da RBF²¹, encontram-se descrições de festas, de danças e de festejos realizados em várias épocas do ano, como explicitado no quadro 3:

Quadro 3 – Classificação dos artigos sobre as festas, os festejos e as danças populares da RBF de acordo com a época do ano em que são realizados.

Época do ano	Título do artigo	Autor
Janeiro/Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> - Festa dos cachorros - Festa da Mãe D'Água em Ponta de Areia, Itaparica, BA - Pequena história do Maculê-lê 	Mário Ypiranga Monteiro Deoscóredes Maximiliano dos Santos Plínio de Almeida
Carnaval/Semana Santa	<ul style="list-style-type: none"> - Do entrudo ao carnaval na Bahia - Os caboclinhos do recife - Ritual de Fogo no carnaval do Nordeste - O "Guarany", o folclore e o carnaval - O Jaraguá - Queima de Judas - A escola de samba no folclore 	Hildegardes Vianna Guerra Peixe Altimar Alencar Pimentel Hélio Damante An'Augusta Rodrigues J. Rissin Renato de Almeida
Ciclo Junino	<ul style="list-style-type: none"> - Alguns complexos culturais das festas joaninas - O Boi-de-Mamão do Litoral 	Rossini Tavares de Lima Fernando Corrêa de Azevedo

²¹ Optamos, por uma questão de fidedignidade às fontes de pesquisa, por manter a ortografia original dos artigos da RBF que utilizaremos para análise e que aparecerão nos trechos citados de agora em diante neste trabalho.

	paranaense - Boi-Bumbá e pássaros - Festas juninas e problemas da evangelização - “Dois de Julho” na Bahia: uma festa cívico-folclórica	Dulce Martins Lamas Arns. D. Paulo Evaristo Hildegardes Vianna
Agosto	- O congado no Oeste Mineiro	Waldemar de Almeida Barbosa
Ciclo natalino	- As Cavalhadas de Alagoas - A Festa do Divino em Lagoinha, SP - A Dança dos Velhos em Franca - O Boi-de-Mamão no litoral de Santa Catarina - As Pastoras do Natal - Cavalhada de Franca - A “Burrinha” Africana - O Auto da Lapinha - Folia do Divino em Natividade de Goiás	Théo Brandão Maria de Lourdes Borges Ribeiro Marina de Andrade Marconi Kleide Ferreira do Amaral Pereira Édison Carneiro Marina de Andrade Marconi Raimundo Souza Dantas Maurício Furtado Amália Hermano Teixeira
Durante o ano todo	- O culto de Nossa Senhora na tradição popular - A dança do Cateretê - Carimbó: trabalho e lazer do caboclo - Maneiro Pau: Uma dança dramática? - Manifestações coreográficas na religiosidade brasileira - Tontinha - Danças e folguedos na área canavieira fluminense - Vamos ao baile dançar e brincar... - A volta do cajuru na dança de São Gonçalo - A Dança de São Gonçalo em Ibiúna	Manuel Diegues Júnior Francisco Pereira da Silva Vicente Salles e Marena Isdebski Salles Altimar Pimentel Maria Amália Corrêa Giffoni Francisco Pereira da Silva An'Augusta Rodrigues An'Augusta Rodrigues Francisco Pereira da Silva Maria do Carmo Vendramini

Essa classificação foi pensada para facilitar a análise dos artigos com relação à vivência de lazer das pessoas envolvidas nas festas citadas, envolvendo sua periodicidade.

Para se classificar as danças populares de acordo com a época do ano em que são realizadas²², foram observadas as datas em que ocorrem os festejos com o qual estão relacionadas. Por exemplo, no artigo “O Congado no Oeste Mineiro” de Waldemar de Almeida Barbosa, o autor discorre sobre a origem das festas do congado, em que são realizadas as danças do congado:

As festas do Congado, chamadas em Ouro Preto de Reinado ou Reisado do Rosário, tiveram início na antiga capital de Minas. A Irmandade do Rosário de Ouro Preto, informa-nos o historiador Augusto de Lima Júnior, data de 1711; e em 1720, já existia uma ermida no mesmo local onde se vê hoje a imponente igreja de Nossa Senhora do Rosário.

...

Por ocasião da festa dos Reis Magos, em janeiro, e na da Senhora do Rosário, em outubro, havia grandes solenidades típicas, que acabaram se generalizando por todo o Brasil, com o nome de Reisados. (BARBOSA, 1965, p. 5)

Nesse trecho citado, o autor explica a origem dos reisados, dando a entender que eles aconteciam em duas épocas diferentes do ano: em janeiro, por ocasião da festa dos Reis Magos, e em outubro, por ocasião da festa da Senhora do Rosário. Mas essas duas festas apenas influenciaram na caracterização da Festa do Congado, não determinando sua data de acontecimento como sendo a mesma das anteriores. Apesar de afirmar que não possui elementos para distinguir o que é história do que é apenas lenda, o autor é categórico ao dizer que “nos primórdios do século XVIII, surgiram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e as festas do Reinado do Rosário, com rei, rainha, príncipes, princesas, juízes, juízas” (p.6).

O autor também informa que esse costume dos negros de criarem seus reis, juízes e juízas é um tipo de derivativo para “os sofrimentos da escravidão e um meio de conservar-lhes a própria saúde do corpo” (p.7), passando horas

²² Algumas dessas danças são realizadas durante todo o ano, em diferentes ocasiões, por estarem relacionadas a mais de um festejo. Para fins didáticos, essa classificação levou em consideração o festejo citado ou relacionado no artigo estudado.

a cantar e a bailar durante as festas de Nossa Senhora do Rosário. Dessa forma, os escravos teriam, nas danças e cantos realizados em virtude da festa, um tipo de divertimento, de descanso da labuta diária, em que se evocava o aspecto lúdico do prazer.

Nota-se que, por se tratar de uma festa, teoricamente originada ainda durante a escravidão, entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho dos escravos, não havia distinção marcada, tornando inapropriada²³, mas não impossível, a análise do tempo de lazer dessas pessoas. Durante tal festa, fica nítido que os envolvidos (escravos ou não) se divertiam, usufruindo então do seu momento de lazer.

É interessante salientar ainda em relação ao trecho citado que, de acordo com a forma que o autor explica a origem da festa, é possível entender a sequência dos eventos ocorridos nela e fica fácil analisar tais eventos como possibilidades de vivências do lazer.

Mais adiante no mesmo texto, o autor explica o período do ano em que é realizada a Festa do Rosário em que as pessoas dançam o congado:

Na maioria das cidades do Oeste-Mineiro, a festa do Rosário se realiza no dia 15 de agosto. A razão? Talvez tenha sido escolhida aquela data por ser dia de santo de guarda e dedicado a Nossa Senhora; e o dia santificado mais próximo do mês do Rosário, que é outubro. (BARBOSA, 1965, p. 12)

É interessante verificar que, em algumas festas, a religiosidade mostra-se presente. A própria festa do congado é um exemplo disso, pois ela é composta de uma união do culto católico com os costumes africanos, explicitando a conversão dos negros (de alguns deles) ao cristianismo e, durante essa Festa do Rosário, eles “davam vazão à sua alegria” (p. 9), configurando, assim, um momento de prazer. Durante sua incursão na história da festa, o autor explica que, apesar da festa ser originada em irmandades de negros, em todas essas irmandades admitia-se o branco como irmão. A

²³ Quando se diz que a análise desse tempo de lazer se torna inapropriada, faz-se referência ao entendimento de lazer como algo advindo da revolução industrial, em que os tempos (de lazer, de trabalho, de estudo etc.) eram muito bem demarcados. Considerando o lazer como sinônimo de divertimento, tal análise poderia ser realizada sem que se caia no anacronismo e sem maiores constrangimentos.

descrição feita no artigo dos integrantes da festa acompanha historicamente o povoamento do centro-oeste mineiro.

Na descrição da festa do Congado, BARBOSA diz também do público de “gente humilde” que vem à cidade só para a festa e do sentimento que tal público carrega com relação a ela, pois “acompanha com grande interesse o espetáculo” (p.12). Essas informações fazem pensar no envolvimento e no interesse dessas pessoas no evento, seja na participação efetiva ou como espectadores. As prováveis discussões sobre as possibilidades de lazer nos artigos serão aprofundadas mais adiante neste trabalho.

Outro exemplo da classificação das danças através da época em que ocorre o festejo pode ser visualizado no artigo “Pequena história do Macu-lê-lê” de Plínio de Almeida. No início do artigo, esse autor afirma que as festas de dois de fevereiro, na cidade de Santo Amaro da Purificação - BA, são tradições religiosas que se misturam com uma série enorme de atos profanos. Ele explica que:

Esses atos profanos são folgedos, quase todos, de legítima origem negra, e entre os quais de certo modo avulta a *Lavagem* com milhares de pessoas de várias classes, ou de todas as classes, aos boleios pelas ruas, empolgadas por uma mistura de ritmos musicais gritantes, comunicativos e enleantes.

...

Esses *folgedos de largo* são realmente profanos, mas há por parte de seus autores, um como que fervor místico, no intuito natural de criar, talvez um sincretismo religioso, já comum em muitas outras regiões da Bahia, o que em Santo Amaro se percebe através dos versos, nem sempre certos, cantando as virtudes dos oragos da cidade, tais como Nossa Senhora da Purificação, Senhor Santo Amaro, Nossa Senhora da Conceição e Bom Jesus do Bonfim. (ALMEIDA, 1966, p. 257)

E para conscientizar o leitor de que se trata o Macu-lê-lê, acrescenta:

Mas, de todos os *folgedos de largo* existentes, o mais rico em cores, de ritmos, de aspectos intrinsecamente locais e de atitudes, é o Macu-lê-lê, que é, na sua expressão, na sua representação, no seu primitivismo, um verdadeiro auto de origem africana, transplantado para a zona dos canaviais santamarenses. (ALMEIDA, 1966, p. 258)

Esse mesmo autor, ao dizer das pessoas “empolgadas por uma mistura de ritmos musicais gritantes, comunicativos e enleantes” durante o folguedo, mostra um momento que pode ser considerado de prazer e que é proporcionado pelo sentimento de lazer que essas pessoas têm ao participarem de tal folguedo.

A maioria absoluta (ou talvez a totalidade) das festas e festejos estudados aqui, assim como as danças populares, por estarem relacionadas aos eventos citados anteriormente, possuem uma relação estreita com rituais e/ou as cerimônias religiosas, principalmente por serem originadas dessas últimas. Com relação aos eventos que não são oriundos de rituais e/ou cerimônias religiosas, Émile Durkheim (1968), citado em AMARAL (1998), explica que:

toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar indivíduos, colocar em movimentos as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso.(...) Pode-se observar, também, tanto num caso como no outro, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que elevem o nível vital etc. enfatiza-se frequentemente que as festas populares conduzem ao excesso, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito. Existem igualmente cerimônias religiosas que determinam como necessidade de violar as regras ordinariamente mais respeitadas. Não é, certamente, que não seja possível diferenciar as duas formas de atividade pública. O simples divertimento, (...) não tem um objeto sério, enquanto que, no seu conjunto, uma cerimônia ritual tem sempre uma finalidade grave. Mas é preciso observar que talvez não exista divertimento onde a vida séria não tenha qualquer eco. No fundo a diferença está mais na proporção desigual segundo a qual esses dois elementos estão combinados. (DURKHEIM, 1968, citado em AMARAL, 1998, p. 25)

3.1 A divisão das festas, dos festejos e das danças populares

A divisão das festas, dos festejos e das danças populares de acordo com a época de sua realização é importante para se refletir sobre algumas datas significativas do calendário brasileiro e sobre o que de fato acontece em determinados lugares ao se festejar tais datas. De acordo com LEITE (2008), “essa forma de conhecimento, destacada por crenças, valores, normas, símbolos, datas, eventos, músicas, danças, roupas, leis, tradições e hábitos nativos, constitui uma aura que distingue povos e comunidades” (p. 54).

Um exemplo disso está no artigo “Festa da mãe d’Água em Ponta de Areia – Itaparica, BA” de Deoscóredes Maximiliano dos Santos. O artigo traz o relato de uma festa que tem como data festiva ou comemorativa norteadora o dia de Iemanjá (dois de fevereiro), “uma festividade que, ultrapassando os limites religiosos, se transformou em uma festa de caráter tradicional” (p. 66). O autor descreve desde a preparação do festejo (um mês ou quinze dias antes do dia dois de fevereiro) até a romaria, com a retirada e “levada²⁴” da bandeira (um dia após o festejo). Ao descrever o festejo, o autor menciona também as pessoas envolvidas nele, identificando a festa como espaço para a vivência do lazer:

A noite, aproveitando a presença dos músicos, os juizes alugaram uma sala na sede de uma sociedade do povoado, e realizaram um grande baile, que teve começo às vinte e duas horas com a presença de autoridades, os juizes das festas, os veranistas e várias pessoas das redondezas. O baile estava bastante animado. Todos brincavam com muita alegria e satisfação, dentro da ordem e respeito. (SANTOS, 1966, p. 69)

Iemanjá, também conhecida como a “Rainha do mar”, é um orixá africano, e faz parte da religião do candomblé e de outras religiões afro-brasileiras, como a umbanda, por exemplo. Inicialmente, o dia de Iemanjá era comemorado em conjunto com a igreja católica, pois o dia dois de fevereiro também é o dia dedicado a Nossa Senhora da Conceição. Porém, na década de 1960, houve uma reação da igreja católica que começou a considerar a

²⁴ No sentido de condução.

celebração um culto pagão. O artigo mostra a celebração ainda em conjunto com a igreja católica:

Terminada a missa e alguns batizados, ao som do toque de uma música correspondente à cerimônia, o pessoal aos poucos foi se retirando da capela, pois que já estava na hora do almoço. Saiu também o padre em companhia do senhor **Majébajó** e da primeira juíza, encaminhando-se para a casa da mesma, onde a mesa já se encontrava posta para êles, os músicos e algumas pessoas conhecidas. Terminando o almoço, o padre agradeceu a hospitalidade desejando prosperidade e união para todos os presentes. **Majébajó**, também, congratulando-se com os que ali estavam, rogou e implorou à Nossa Senhora por todos, agradecendo por estar gozando de boa saúde, vencendo mais uma grande tarefa na sua vida depois que assumiu a responsabilidade de zelar por aquela festa e pelo culto do **Axé** de seu pai **Alabá Babá Mariwô**, conhecido pelo terreiro **Ilê Abôula – Belavista**, esperando, confiando na mesma Nossa Senhora, estar em condições de poder ver realizados os festejos do próximo ano. (SANTOS, 1966, p. 68)

Nota-se a união da igreja católica com a religião do candomblé na comemoração do dia de Nossa Senhora da Conceição e também no dia de lemanjá, na festa da mãe d'Água, em meados da década de 1960.

O artigo contém uma nota que o autor intitula “Nôta sobre a pesquisa”, em que ele explica que tal pesquisa foi realizada para saciar a curiosidade de uma investigadora argentina que veio à Bahia, pesquisadora do Research Institute for the Study of Man de Nova York e do National Institute Mental Health de Washington, a respeito das seitas de origem ou influências africanas. Esse fato pode exemplificar o deslocamento humano, que vê nos atrativos históricos e culturais das festas, comemorações e folclore local “algo forte, poderoso, de grande atração e interesse cultural, motivando a vontade de conhecimento e justificando o deslocamento humano” (LEITE, 2008, p. 54).

Depois dessa divisão das festas, dos festejos e das danças populares de acordo com a época de sua realização, será analisado no item que se segue o caráter descritivo e instrutivo dos artigos.

3.2 O caráter descritivo e instrutivo dos artigos

Os artigos sobre as festas e festejos e sobre as danças populares analisados aqui, presentes na RBF, possuem caráter descritivo e, em função disso, possuem também um caráter instrutivo. Esse caráter instrutivo estaria de acordo com o objetivo da CDFB de defender o folclore brasileiro e proteger as artes populares dos “perigos da modernidade²⁵”, uma vez que, instruir as pessoas sobre a origem de festas e festejos, sobre o modo como se praticam determinadas danças, sobre a intencionalidade dessas festas e danças, dentre outros aspectos, poderia ser uma forma de estimular a proteção dessas manifestações, perpetuando sua prática.

Por serem artigos de orientação folclorista, corroboramos com a opinião de AMARAL (1998) quando ela afirma que tais estudos em geral são descritivos. A autora afirma ainda que:

Tais estudos servem como documentos por seu caráter minuciosamente descritivo dos eventos em si e no momento em que se realizam, poucas vezes apresentam a preocupação com o registro dos contextos sociais e econômicos em que ocorrem. Excessivamente preocupados em buscar o que se considera ser o “original”, o “tradicional”, as “sobrevivências culturais”, escapa aos observadores não apenas os processos transformativos, mas também as razões que os impulsionam. (AMARAL, 1998, p. 24)

Apesar dessa autora afirmar que alguns estudos folclóricos deixam de apresentar registros dos contextos sociais e econômicos em que estão inseridos, não se deve supor que o enfoque pelo qual as análises folclóricas se orientam deva ser considerado de menor valor e importância.

Com relação ao caráter descritivo dos artigos analisados, alguns deles trazem informações sobre os contextos sociais e econômicos das festas, os processos transformativos e as razões que impulsionam os participantes na realização desses eventos. Outros, apenas descrevem minuciosamente os

²⁵ De acordo com os intelectuais que compuseram a CDFB, a modernidade por si só não era considerada perigosa, porém, os avanços advindos dela poderiam ser responsáveis pela extinção do folclore nacional, uma vez que esse era considerado pelos leigos uma relíquia, uma representação do passado.

eventos em si, sejam eles as festas e festejos ou as danças populares propriamente ditas.

3.2.1 “Cavallhada de Franca”, “A cavallhada de Alagoas” e “Lundu baiano, desafio coreográfico”, exemplos do caráter descritivo dos artigos da RBF

No artigo “Cavallhada de Franca” da autoria de Marina de Andrade Marconi, a autora explica que as cavallhadas²⁶ são realizadas, ou “corridas”, como costuma-se dizer, geralmente por fazendeiros, seus familiares ou pessoas a eles ligadas por parentesco, relações de amizade ou de trabalho, pelo fato de ser um folguedo²⁷ relativamente dispendioso, inacessível às classes menos afortunadas. Para a autora, a cavallhada constituía, “indiscutivelmente”, o fato de maior relevância entre os festejos realizados por ocasião da Festa do Divino²⁸, não só pelo seu significado de tradição e espírito religioso, como também pelo rigor com que se presidia a própria cavallhada. A autora escreve também sobre o aspecto sócio-econômico do festejo, sobre as cidades em que ocorriam as cavallhadas, explicando os períodos em que elas ocorriam. Além disso, são feitas ainda descrições dos animais escolhidos para as apresentações, a vestimenta de seus participantes, as armas utilizadas no festejo, esclarecendo sobre os ensaios e sobre a duração da cavallhada, além de elucidar o programa do festejo. Eis um trecho dessa descrição:

Na Véspera: CERIMÔNIA DOS ENCAMISADOS

1º dia – Reconhecimento, Espia, Embaixada de mouros, Defesa do Castelo – de fio todo (todos os cavaleiros), Batalhinha de 4 fios (com os Contra-guias – 4 grupos), Quebra Garupa, Redôbro de par e Saída.

²⁶ As cavallhadas são uma representação simbólica da histórica luta entre os cristãos, liderados pelo imperador Carlos Magno, contra os mouros que ocuparam a Península Ibérica, de acordo com a crença católica. Ver CÔRTEZ, 2000.

²⁷ Folguedos são festas populares de espírito lúdico que se realizam anualmente, em datas determinadas, em diversas regiões do Brasil. Algumas têm origem religiosa, tanto católica como de cultos africanos; outras não, e são consideradas apenas folclóricas. Sendo assim, nem todo folguedo folclórico é de origem religiosa.

²⁸ Dentre as mais tradicionais festas católicas do país, estão as festividades em homenagem ao Divino Espírito Santo, presentes em quase todos os estados, o que confirma sua importância cultural. Para mais informações sobre a Festa do Divino, ver CÔRTEZ, 2000.

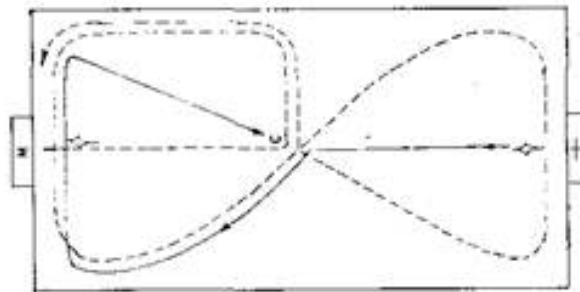
2º dia – Entrada, Embaixada dos Cristãos, Cruzeta, Batalhinha de 4 fios, Redôbro de Fio Todo, Roubo da Princesa, Embaixada, Saída e Defesa do Castelo.

3º dia – Entrada, Defesa do Castelo, Batalhinha de 4 fios, Carreira Grande, Redôbro de fio todo, Prisão dos mouros, Cabecinhas e Argolinhas.

(MARCONI, 1968, p. 47)

MARCONI também descreve com minúcia as batalhas, usando, inclusive, de figuras para ilustrar a sua descrição:

Figura 2 – Ilustração da primeira batalha da Cavalhada: a Defesa do Castelo. Fonte: MARCONI, 1968, p. 52



Nesse referido artigo, Marina de Andrade Marconi chega a explicar como funciona cada batalha, como, por exemplo, a Defesa do Castelo:

...“dois cavaleiros adversários partem pelo meio do campo, um em direção ao outro. Ao se defrontarem no centro do campo, cada um toma a própria esquerda, descrevendo uma grande curva. O cristão entra no campo adversário enquanto o mouro volta ao seu castelo para defendê-lo, tomando a frente dele, sempre galopando. O cristão vem atacá-lo, pelo lado de fora. Ao se cruzarem, ferem-se de lança pela primeira vez em frente ao castelo do mouro, sem interromper a corrida. Seguem até as laterais, viram e se dirigem ao ângulo oposto do campo, que cortam em sentido transversal. Ao se cruzarem no centro do campo, fazem continência e continuam até se defrontarem em frente ao castelo dos cristãos. Desta vez, o cristão defende passando rente ao seu castelo e o mouro ataca, por fora. Ferem-se novamente de lança. Continuam a carreira, indo cruzar-se outra vez no centro do campo, fazem nova continência e cada qual se dirige ao seu castelo para deixar as lanças”. (MARCONI, 1968, p. 52)

Essa descrição minuciosa do evento e, principalmente, das batalhas, nos remete à instrução do leitor, no sentido de apresentação de um modelo a ser seguido, de como reproduzir tal evento de forma a perpetuar sua prática. A princípio, pode-se pensar que os autores de tais artigos desejavam apenas divulgar esses eventos como memória de uma determinada prática e lugar. Porém, como era objetivo da CDFB perpetuar o folclore brasileiro, os artigos da RBF trazem meios para a reprodução dos eventos narrados.

É possível fazer um paralelo dos estudos sobre o folclore com a ação educativa do MFB através da CDFB. Em reportagem publicada no jornal *Do Comércio*, encontrada no acervo digital do CNFCP, datada de 31 de agosto de 1958, é possível visualizar essa tentativa de ação educativa através da CDFB. Ao dizer dos objetivos da Campanha, o texto dessa reportagem informa que ela, além de “defender o acervo da cultura popular”, também utilizava esse acervo e seus elementos “para a educação, para a arte e para a vida” (Do Comércio, *Premiado com a Medalha Silvio Romero o prof. Renato Almeida*, 31/8/1958).

Outro documento encontrado no acervo digital do CNFCP, e que faz relação dos estudos do folclore com ações educativas, é a instrução nº 29 da Secretaria Geral da Educação e Cultura, publicada pelo jornal *Diário Municipal*, na cidade do Rio de Janeiro, datada de 23 de agosto de 1958. Nela, está posto que é da competência da Comissão Municipal de Folclore²⁹ (CMF) “organizar palestras para alunos das Escolas Municipais no Museu Municipal de Folclore e favorecer ao Magistério todos os elementos que disponha para o aproveitamento do folclore na educação” (*Diário Municipal, Secretaria Geral de Educação e Cultura*, 23/8/1958).

Dentre outros vários documentos mobilizados no acervo digital do CNFCP, o texto encontrado no jornal *A Noite*, intitulado “O folclore e a educação”, datado de 4 de setembro de 1950, trata o folclore como “matéria-prima, embora por vezes um pouco abrupta” e explica que essa “seria a fonte temática das criações humanas no plano escolar” (*A Noite, O folclore e a educação*, 4/9/1950).

²⁹ As Comissões Municipais de Folclore eram órgãos vinculados à Comissão Nacional de Folclore que, por sua vez, estava vinculada à CDFB. No caso da comissão citada, mesmo sem identificação, é possível supor que se tratava da Comissão Municipal da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a informação está presente no *Diário Municipal do Rio de Janeiro*.

Pensando nos estudos e pesquisas sobre folclore presentes na RBF e tendo em mente, principalmente, o desejo da CDFB de perpetuação do folclore, pode-se entender a que se devia o caráter descritivo desses artigos. Tal caráter descritivo pode ser visto como um tipo de prescrição das manifestações folclóricas no intuito de sua perpetuação. Uma vez que os intelectuais envolvidos na CDFB conseguissem forjar novas sensibilidades nos leitores da RBF com relação ao folclore, a sobrevivência desse patrimônio estaria garantida e sua perpetuação amparada pelos artigos prescritivos de manifestações folclóricas presentes na própria RBF.

Outro exemplo do caráter descritivo dos artigos é exemplificado no artigo “As Cavalhadas de Alagoas”, em que Théo Brandão afirma que:

Folcloristas, escritores, viajantes que assistem em Maceió os nossos autos e folguedos ficam realmente admirados de encontrar durante uma certa época do ano – o período das Festas de Natal – tôda uma população dividida, não em partidos religiosos, políticos ou esportivos mas em duas côres. Os meninos, os adultos, os velho, pobres, ricos, remediados, operários, agricultores, comerciários, intelectuais, brancos, prêtos, caboclos, tôdas as classes, culturas, raças são de um partido – ou o azul ou o encarnado – e nos Pastoris como nas Cavalhadas “torcem” e defendem com seus aplausos e gritos suas côres prediletas. Êste fato, portanto, é importante, a nosso ver, para tornar êstes dois folguedos (Pastoris e Cavalhadas) não somente de uma continuada vivência mas para transformá-los realmente populares, folk, conquanto por suas origens e pelos executantes não sejam realmente populares. (BRANDÃO, 1962, p.23)

Assim como Marina de Andrade Marconi no artigo anterior que citamos, Théo Brandão descreve nesse seu artigo a vestimenta e adereços dos participantes, os animais e seus adereços e explicita as cidades em que foram “corridas” as cavalhadas:

A figura 3 ilustra as cidades em que ocorriam as cavalhadas no estado de Alagoas nos últimos vinte anos a partir da data do estudo, 1962. Através desse mapeamento, é possível evidenciar a promoção da manifestação folclórica por todo o estado, não havendo a monopolização de determinadas regiões na sua realização. A cavalhada era, então, uma prática amplamente divulgada por todo o estado.

Um exemplo do caráter descritivo dos textos com relação às danças populares pode ser visualizado no artigo “Lundu baiano, desafio coreográfico” de autoria de Marina de Andrade Marconi, que já mencionamos aqui. Ao descrever nesse artigo a forma de dançar, a autora se preocupa em passar para o leitor minúcias, tais como os dançarinos posicionam braços e pernas, qual o ritmo executado, dentre outros aspectos, inclusive com ilustrações, conforme pode-se observar no trecho abaixo:

De todos os dançarinos que vimos, EufRASINO é o único que estala os dedos imitando castanholas, entremeadas de palmas. Êle as executa em ritmo binário, duas semicolcheias e uma colcheia. Assim: estala os dedos da mão esquerda, depois os da direita, em seguida bate a mão direita na esquerda. A palma é batida nas colcheias e o ritmo é conforme a figura 1.



1

Os pés e os joelhos têm importante papel. Devem ser leves e bem flexíveis; os braços conservam-se soltos e caídos ao longo do corpo, quando não executam as castanholas. Estas também servem para convidar, passar ou ceder a vez a outro dançador. A dança é iniciada com um arrastar de pé para frente e para trás, no ritmo de quatro colcheias. A princípio lento, animando-se depois: (fig.2)



2

(MARCONI, 1963, p. 23/24)

A autora também descreve com minúcia os passos da dança, ilustrando-os:

1º

Levantando o pé direito e flexionando um pouco a perna, arrasta-se com um impulso do corpo o pé esquerdo no chão, fazendo com que deslize para trás, batendo o calcanhar. Pousa-se, então, o pé direito no chão, um pouco à frente do esquerdo e repete-se o movimento anterior. Assim, alternam-se continuamente os pés: quando um estiver no chão, levanta-se o outro imediatamente. Isto em dois movimentos curtos no tempo das duas primeiras colcheias (duas para cada pé). Primeira colcheia – apoiar o pé esquerdo no chão; Segunda colcheia – puxar o pé esquerdo um pouco para trás e bater o calcanhar; Terceira colcheia – apoiar o pé direito no chão; Quarta colcheia – puxar o pé esquerdo para trás, batendo o calcanhar. E assim por diante. Exemplos: (fig. 3)



3

2º

Com o pé esquerdo no chão, puxá-lo um pouco para trás, batendo o calcanhar. O pé direito faz o movimento pêndulo, batendo na frente o calcanhar e, atrás, a ponta do pé, obedecendo o mesmo ritmo. Quando o pé direito bate a ponta atrás, o esquerdo faz um movimento para frente, voltando ao lugar inicial, e bate o calcanhar no chão. Os pés fazem sempre um movimento contrário. O pé direito bate no chão no 1º e no 2º tempos, ficando no ar nas metades do tempo. Geralmente, fazem alguns passos com o pé esquerdo apoiado no chão; depois, revezam. Exemplos: (fig.4)



4

(MARCONI, 1963, p. 24/25)

3.2.2 “O jaraguá” e “A dança do cateretê”, outros exemplos do caráter instrutivo dos artigos da RBF

Pelo fato dos artigos apresentarem descrições minuciosas de festas e danças populares, é possível defini-los como detentores de um caráter instrutivo, justificado pela forma com que seus autores escrevem sobre esses

eventos. A RBF pode ser visualizada, nesse contexto, como um manual prescritivo do folclore.

Um exemplo disso pode ser visualizado no artigo “O Jaraguá” de An’Augusta Rodrigues. A autora explica como é classificado o Jaraguá dentre os folguedos:

De acordo com o costume regional de assim classificar todos os folguedos, o Jaraguá é um “reis”. Porque um deles faz parte da “cantoria”, por não exigir muita gente para integrá-lo, ou porque fosse originalmente um reisado talvez.

Nada melhor lhe define a categoria, na nomenclatura popular, do que a literal explicação de um seu “dono” ou “mestre”:

- *Jaraguá é “reis”, sim senhora...*

- *Você pode me explicar por quê?*

- *É porque a gente sai na rua, aquela folia, aquele reis, todo mundo alegre, brincando e cantando...*

(RODRIGUES, 1972, p. 45)

A autora diz da perpetuação do folguedo, que deveria ser “assistido, aprendido, explicado, recolhido, escrito, gravado e fotografado o bicho estranho, sua confecção, sua música dançada e cantada, seu comportamento, tradições locais e ambientes” (p. 47). Para tal, ela ensina o leitor como confeccionar o jaraguá e explica ainda quais são os instrumentos que devem acompanhá-lo durante a realização do folguedo.

Figura 4 – Ilustração do Jaraguá. Fonte: RODRIGUES, 1972, p. 49.



Além disso, a autora também disponibiliza cifras e letras das músicas que fazem parte desse evento:

Figura 5 – Letra e cifra de uma música cantada durante o folgado. Fonte: RODRIGUES, 1972, p. 53.



Êvem êvem êvem Jaraguá
 Bichishu bunitinhu
 Qui só sabi vadiá...

Êvem êvem êvem Jaraguá
 Corpu di genti
 Cabeça di animá...

♩ = 96 a 120

Ê-vem ê-vem ê-vem jaraguá bi-chi-nhu buni-ti-nhu qui só sabi vadi - á ê-vem ê-

vem ê-vem jara-guá ê-vem di-ção longi morá nessi lugá ê-vem ê-vem ê-vem jaraguá bichi-
 nhu buni-

ti-nhu qui só sabi na-no-rá ê-vem ê-vem ê-vem jara-guá bichi- buni-ti-nhu ê-vem jaraguá
 nhu al §

Outro exemplo do caráter instrutivo nos textos sobre danças pode ser visualizado no artigo “A Dança do Cateretê” de Francisco Pereira da Silva. Nota-se como o autor explica as partes que compõem a dança, sua realização, o posicionamento dos violeiros e as cifras e letras das músicas a serem tocadas e dançadas, instruindo o leitor para a realização dela:

Formam-se duas colunas começadas pelos violeiros, cada um dêles à testa de uma coluna. Em seguida, vêm os tiradores de palma: o mestre atrás do violeiro-mestre e o respectivo ajudante atrás do violeiro-ajudante. Os dançadores se dispõem aos pares sôltos em número variável, considerando-se bom um grupo de 10 a 16 pessoas. Assim dispostos e todos ainda parados, dão os violeiros, repique nas cordas do instrumento e cantam um “verso”, geralmente de saudação. (SILVA, 1969, p. 287)

Em todos esses exemplos aqui citados, escolhidos principalmente devido à forma com que seus autores descrevem as danças e festas estudadas, é possível visualizar o teor instrutivo dos artigos. Dessa forma, é possível considerar que os autores desses artigos integraram uma vanguarda esclarecida³⁰ com relação a essas práticas folclóricas, comprometendo-se a esclarecer o povo sobre sua cultura a fim de valorizá-la.

Pode-se fazer aqui um paralelo com a relação feita por Marilena Chauí entre cultura popular e alienação, em sua obra *Cultura e Democracia* de 1981. Nesse texto, a autora explica que pode haver um processo de reducionismo da cultura popular através da alienação da população. A autora critica essa alienação com relação à situação da cultura popular no imaginário social, em que sujeitos advindos de uma determinada esfera da sociedade conseguem incutir no imaginário de uma população uma noção de todo social que seria, na verdade, recortada ou delineada por eles. Dessa forma, o todo social pode se definir a partir de uma esfera da sociedade.

A tentativa ou o desejo de perpetuação de práticas consideradas tradicionais e, sobretudo, nacionais, implícitos nas páginas dos artigos sobre as festas e danças populares presentes na RBF, demonstram essa ideia do todo social a partir de uma esfera da sociedade. Com o propósito de evidenciar os costumes e tradições nacionais, tais textos se tornam um meio de educação para uma sensibilidade modificada da sociedade brasileira, considerando os costumes nativos da população brasileira como delineadores da identidade nacional.

³⁰ A expressão “vanguarda esclarecida” é utilizada aqui no intuito de oferecer aos autores desses artigos da RBF um status de detentores do conhecimento sobre a realização das práticas folclóricas analisadas.

ALMEIDA e GUTIERREZ (2011) justificam essa ideologia nacional no campo do lazer, tendo como referência as festas populares, as festas católicas e cultos folclóricos em geral, através do surgimento do nacional-popular. Eles explicam que, desde o fim do governo de Juscelino Kubitschek até o golpe militar, houve uma efervescência política e cultural muito grande. Durante esse período de efervescência cultural, a arte brasileira assumiu um papel político relevante, “de romper com estruturas, de apontar os equívocos da colonização e de visualizar um Brasil desvencilhado das amarras europeias” (p. 39). Em função disso, com o aumento dos discursos desenvolvimentistas e nacionalistas, houve uma valorização do popular e uma busca do povo brasileiro, resumindo, uma busca da identidade brasileira.

4. A relação dos artigos com o lazer

De todos os artigos apresentados na tabela 3, em apenas um deles a palavra “lazer” aparece. Nesse artigo, publicado na edição de número 25 da RBF, referente ao último quadrimestre de 1969 (setembro/dezembro), os autores fazem referência direta ao lazer dos trabalhadores, nesse caso em particular, dos caboclos. É interessante salientar que o lazer nesse texto não tem relação alguma com o mundo fabril, mas trata-se do uso do tempo de não-trabalho de pequenos agricultores, pescadores e pecuaristas, os caboclos paraenses.

Na introdução desse artigo, intitulado “Carimbó: trabalho e lazer do caboclo”, os autores Vicente Salles e Marena Isdebski Salles afirmam que:

A lúdica é certamente um dos aspectos menos conhecidos do folclore amazônico. Enquanto a bibliografia regional salienta parte de uma literatura oral (contos, mitos e lendas) muito rica, as poesias, as músicas e as danças aparecem escassamente documentadas.

Apenas o boi-bumbá faz exceção à regra. Entre os folguedos típicos da grande região norte, o bumbá tem merecido estudos mais aprofundados, embora ainda incompletos. (SALLES e SALLES, 1969, p. 257)

Os autores levantam a questão do alargamento das perspectivas de estudo do homem amazônico, salientando que

... a pesquisa científica, naquela área, concentrou-se intensamente no elemento humano isolado na vida tribal, equidistante da “civilização”, praticamente excluído – até mesmo no esforço de preservação de sua cultura e na política oficial de proteção – da sociedade global: o índio. (SALLES e SALLES, 1969, p. 257)

Diante dessa situação, os autores afirmam que alguns estudiosos se voltaram para a análise desse elemento humano apenas com relação a mudanças, “deculturação”³¹, integração etc. Atribuindo, assim, aos membros das tribos indígenas, a categoria de “néo-brasileiros”(sic), ou, devido à

³¹ Os autores desse artigo utilizam a palavra “deculturação” com o significado de perda de elementos da cultura indígena por parte desse elemento humano intitulado caboclo.

mestiçagem, a categoria de caboclos. No entanto, para os autores, o caboclo “não é apenas produto da destribalização dos nossos selvagens” (p. 258). Eles explicam que utilizam, no estudo, a expressão “caboclo paraense” como equivalente a homem do interior, “compreendendo então certo tipo de representação social embora não signifique certo tipo de representação de *status*. Um caboclo pode ocupar diferentes papéis nos diferentes extratos da sociedade local”(p. 258).

SALLES e SALLES (1969) informam que a literatura de ficção tem sido quase a única fonte de conhecimento da vida, das alegrias e vicissitudes do caboclo. Assim sendo, eles afirmam que os folcloristas podem contribuir para o alargamento dessa perspectiva de estudo que “deixou em segundo plano a vida, a experiência e as realizações do caboclo, dos mestiços e das populações realmente ‘populares’” (p. 258). E ambos os escritores, na condição de folcloristas, se propõem a realizar um estudo dessa natureza, focando na vida do caboclo.

Na condição de observadores participantes de folguedos populares, os autores concluem que

...no Pará, abrangendo as regiões pastoril e agrícola (Marajó e Bragantina) e mais a litorânea (zona do Salgado), onde há predominância das atividades pesqueiras, o carimbó enquanto dança e enquanto música é uma das formas mais puras e significativas do lazer popular. O divertimento que mais anima as populações dessa região. (SALLES e SALLES, 1969, p. 259, e grifos meus)

Nota-se aí a referência feita pelos autores ao carimbó como lazer popular e como divertimento da população. Dessa forma, o lazer e o divertimento são sinônimos para os autores. Considerando o carimbó uma expressão do lazer do caboclo, os autores fazem uma revisão bibliográfica sobre essa dança. É interessante salientar que, dentre os achados dos autores, encontra-se um registro na legislação paraense, a Lei nº 1.028, de 5 de maio de 1880, do “Código de Posturas de Belém”, da Coleção de Leis da Província do Grão-Pará. O capítulo XIX, sob o título “Das Bulhas e Vozeiras”, dispõe:

Artigo 107. É proibido, sob pena de 30.000 réis de multa.

Parágrafo 1º. Fazer bulhas, vozeiras e dar altos gritos sem necessidade.

Parágrafo 2º. Fazer batuques ou samba.

Parágrafo 3º. Tocar tambor, **corimbó** ou qualquer instrumento que perturbe o sossego durante a noite, etc. (Capítulo XIX da Lei nº 1.028 de 5 de maio de 1880, citado em SALLES e SALLES, 1969, p. 260)

Outro registro encontrado por eles, o “Código de Posturas da Câmara Municipal da Vigia” (Lei nº 1.162, de 12 de abril de 1883), apresentava na Parte I, sob o título 10, “Vozerias nas ruas, injúrias e obscenidades contra a moral pública”, o seguinte texto no artigo 48, parágrafo 2º, que proibia

“tocar tambor, **carimbó**, ou qualquer outro instrumento de percussão que perturbe o sossego público durante a noite. A contravenção será punida com a multa de 15\$000, ou 5 dias de prisão, em qualquer um dos casos.” (Artigo 48, parágrafo 2º da Lei nº 1.162 de 12 de abril de 1883, citado em SALLES e SALLES, 1969, p. 260)

Os autores mostraram, então, que Belém e Vigia, através dos seus códigos de posturas, já haviam documentado o “brinquedo”³². Além disso, informam que o carimbó (ou corimbó, como também era conhecido) era uma das “predileções dos escravos e da população mais humilde” (p.260) e “confundia-se com os batuques e com todas as bulhas perturbadoras do sossego público” (p.260). Percebe-se nesses dois trechos citados uma tentativa de regulação ou controle de uma manifestação do lazer popular, de forma regulamentada na lei.

Após a revisão bibliográfica, os autores explicam sobre a época em que é realizada a dança do carimbó:

Embora Nunes Pereira marque, no Marajó, uma época precisa para a dança do carimbó, os meses de junho, novembro e dezembro, em outras regiões a dança ocorre em qualquer período do ano. Geralmente, é dança

³² Quando nos referimos ao carimbó como “brinquedo”, estamos dizendo também do instrumento musical que leva o mesmo nome da dança, e que é “feito de um tronco, internamente excavado, de cerca de um metro de comprimento e de 0,30 de diâmetro” (SALLES e SALLES, 1969, p. 276).

do fim de semana, como na Vigia. No Maranhão, informou-nos o popular Casemiro Anastácio Avelar, o Carimbó também é considerado dança de “fim de festa”, por estar associado à festa do Divino, servindo-lhe de epílogo. No Pará, à exceção talvez da ilha de Marajó, onde às vezes em algumas localidades aparece associado à festa de São Benedito (8 de dezembro), não tem ligação especial a qualquer festividade religiosa. É dançado preferencialmente no período marcado pelo comêço do “verão” e primeiros meses do “inverno” (novembro-dezembro), durante o qual há muitas festividades religiosas (o ciclo junino, as réplicas sertanejas do Círio de Nazaré, o ciclo de dezembro-janeiro). Mas o próprio Carimbó marajoara não tem conotação estreita com a festa de São Benedito, embora Nunes Pereira e Gentil Puget a ela se refiram expressamente; é mais divertimento, puro lazer que sucede às duras fainas diárias. (SALLES e SALLES, 1969, p. 263, e grifos meus)

Nessa citação, é possível visualizar a ligação do carimbó com algumas festas populares. Nota-se que essa dança não possui uma ligação mais estreita com nenhuma outra festa em particular, ela é dançada em várias ocasiões e representa uma vivência de lazer do trabalhador caboclo. Outra vez aparece uma referência dos autores ao carimbó como divertimento, levando ao entendimento de que, quando eles dizem do lazer popular, estão compreendendo a dança como tal.

No artigo, os autores se dirigem à cidade de Vigia para estudarem a dança. Lá, no intuito de fazerem contato com os brincantes do carimbó, escolhem “Tia Pê – Francisca Lima do Espírito Santo”, velha patrocinadora da dança, para fazer a ponte entre eles:

Tipo caboclo, aparentando 60 anos de idade, Tia Pê nasceu e se criou na Vigia. Mora nos limites suburbanos da cidade, à margem da estrada, quase no meio rural. É festeira consumada e centraliza, em tórno de sua modesta casa, os principais folguedos da região – carimbó e outras danças, folias, festas religiosas e promesseiras. (SALLES e SALLES, 1969, p. 263)

Os autores explicam que o carimbó quase sempre

... é dançado sob a orientação de um conhecedor do brinquedo, encarregado de sua promoção periódica. Elemento associativo para o povo, ausentes outros meios de diversão, o batuque atrai a população simples, caboclos, negros e mestiços, para a dança que se prolonga durante muitas horas, noite a dentro, terminando quase sempre com o raiar do dia.(...) Na Vigia, êsse encarregado é Tia Pê, que conta com o auxílio de vizinhos e amigos. (SALLES e SALLES, 1969, p. 265)

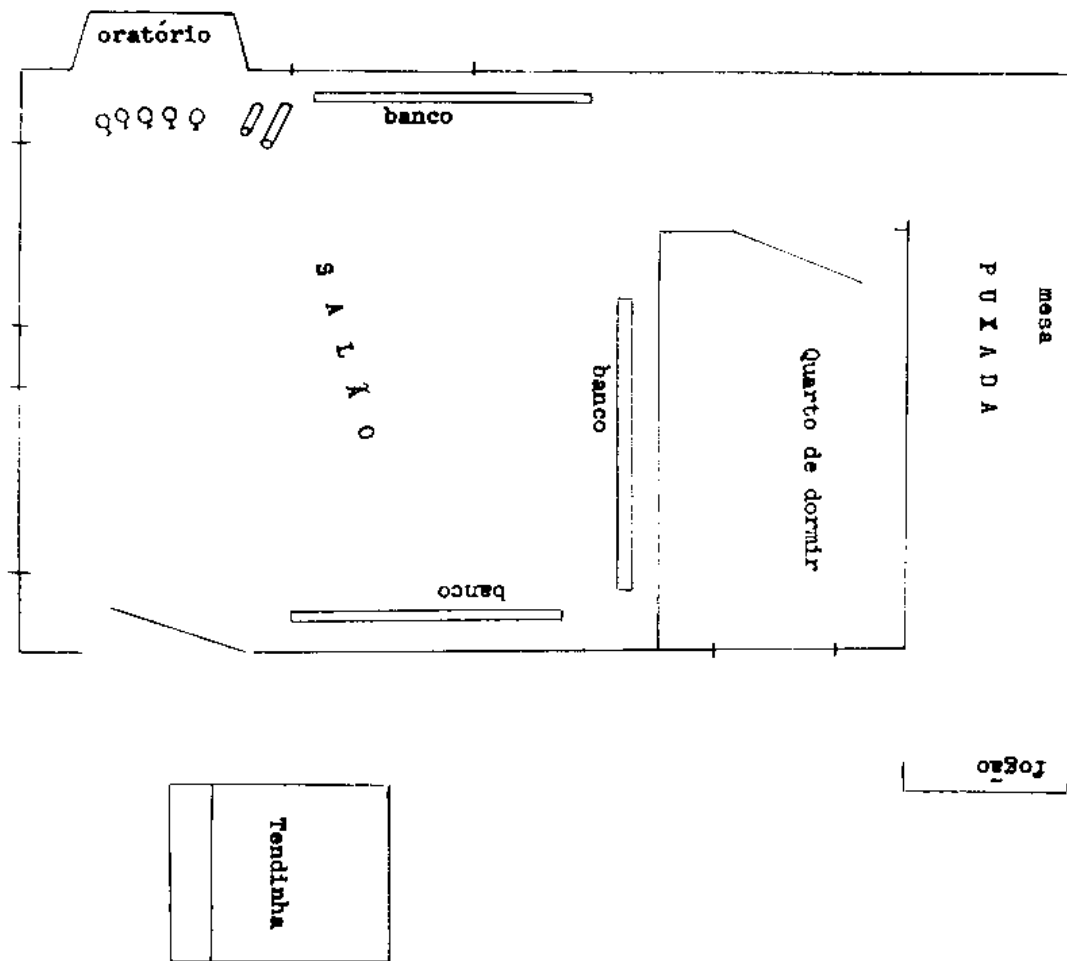
Aqui, os autores nos revelam que o povo, representante de uma “população simples, caboclos, negros e mestiços”, não possui outros meios de diversão além do carimbó, evidenciando que essa dança é, por excelência, um exemplo de vivência de lazer dessas pessoas.

Figura 6 – Foto da casa de Tia Pê. Fonte: SALLES e SALLES, 1969, p. 265.



A casa de Tia Pê.

Figura 7 – Planta baixa da casa de Tia Pê. Fonte: SALLES e SALLES, 1969, p. 264.



Planta baixa da casa de Tia Pê (Vigia/PA).

SALLES e SALLES, sobre a dança do carimbó, explicitam que:

A dança se realiza no interior do barraco, residência do promotor, às vezes de terra batida, outras assoalhadas ou com pista de cimento. A casa da Tia Pê é assoalhada e ela possui uma aparelhagem elétrica para transmissão do folgado, de sorte que o carimbó é ouvido até no centro da Vigia. (SALLES e SALLES, 1969, p. 266)

Com relação ao lazer, analisando o processo de interação social com base nesse elemento folclórico, o carimbó, os autores destacam certo tipo de representação coletiva sobre o fenômeno. Salientam que encontraram “uma série de ideias gerais, transmitidas oralmente, e que se traduzem numa fórmula

de ajustamento do lazer às atividades do grupo” (p. 267). Assim, eles afirmam que

Toda criatura humana necessita de uma periódica evasão do espírito. Sente necessidade de compensar as horas de trabalho com horas de lazer. A lúdica, para o povo, é talvez o momento supremo de lazer. Pagodes, arrasta-pés, furdunços, ali, como em tôda a parte, significam o melhor meio de fuga, o melhor derivativo das canseiras e monotonias da vida precária e difícil. Gente do trabalho, ora no campo, nas atividades pastoris; ora nos roçados, nas lides da agricultura; ora nos barcos de pesca, o caboclo paraense anônimamente se liga ao complexo da economia regional e contribui, mão-de-obra ativa, para a criação de riquezas. (SALLES e SALLES, 1969, p. 267)

Nesse trecho, verifica-se a necessidade dos momentos de lazer na vida do trabalhador caboclo, principalmente como forma de compensação. Os autores explicam que, raramente, o caboclo está parado, pois o trabalho é constante e as duras condições de vida exigem dele maior esforço e maior dedicação ao trabalho. Sendo assim,

o tempo de folgar é sagrado. E é nesse tempo que o caboclo se mete nos “pagodes” e nos “arrasta-pés”. Nem sempre é a cachaça a grande motivadora do lazer, como reclamavam os cronistas dos primeiros tempos coloniais. A necessidade de divertir-se cria as formas mais simples do relacionamento social, as brincadeiras, as danças, as devoções, tudo enfim que contribui para descarregar as tensões daquela vida difícil e áspera, ajudando-os a descontraírem-se. (SALLES e SALLES, 1969, p. 268. Grifos nossos)

O lazer é visto então como uma forma de restauração do equilíbrio biológico do trabalhador, uma pausa na labuta diária, em que o tempo de folgar se torna sagrado. Logo,

enquanto dança, enquanto folga, está sempre o caboclo lembrando o trabalho. A própria dança, quase sempre, marca verdadeiro “interstício” entre duas jornadas semanais de trabalho. Brincadeira de fim de semana, de sábado e de domingo, tal como ocorria nos tempos iniciais da colonização portuguesa. Obedecendo o preceito religioso, o senhor doava

aos escravos o domingo, “dia de folgar”, além dos dias santos de guarda.
(SALLES e SALLES, 1969, p. 268)

Os autores demonstram no trecho acima como o lazer e o trabalho estão bastante imbricados para o caboclo, pois, mesmo quando folga, ele está sempre lembrando o trabalho. Esse exemplo vai ao encontro do pensamento de MARINHO (1979) sobre a trilogia trabalho, lazer e recreação já referido nessa pesquisa. Um exemplo dessa ligação está nas letras de algumas músicas de carimbó, em que alguns de seus versos atestam a origem de cantos de trabalho, como exemplificado na figura 11:

Figura 8 – Versos de carimbó fornecidos por Tô Teixeira em 1958, datado de 1900 aproximadamente, segundo o informante. Fonte: SALLES e SALLES, 1969, p. 268.

All^o
um pouco batucado

The musical score consists of three staves of music in 2/4 time. The first staff begins with the tempo marking 'All^o um pouco batucado'. The lyrics are: 'Ma-mãe pi-sa o mi-lho, mi-nha filha tou vi-san-do en-quanto ma-mãe'. The second staff has two measures marked '1 vez' and '2 vez' above them, with lyrics: 'pi-sa eu vou pe-nei-ran-do. Ma-mãe pi-sa ran-do. Que-ro pas-sá! que-ro pas-'. The third staff also has two measures marked '1 vez' and '2 vez' above them, with lyrics: 'sá! No mei-o do rio que ela me man-dá! Ma-mãe pi-sa o -da!'. The piece ends with a double bar line and a repeat sign.

<p>Solo: — Mamãe pisa o milho — Minha filha estou pisando Enquanto mamãe pisa Eu vou peneirando.</p>	<p>Côro: Quero passá! quero passá! No meio do rio, que ela me mandá!</p>
--	--

De acordo com SALLES e SALLES (1969), tais versos ligam diretamente o carimbó ao trabalho, evidenciando, assim, a conexão entre trabalho e lazer. Uma forma de enxergar essa ligação seria, por exemplo, verificar a divisão dos tempos do trabalhador caboclo. Por não estar envolvido no mundo fabril, haveria certo descaso pelo tempo do relógio. De acordo com THOMPSON (1998), esse descaso só seria possível em uma comunidade de pequenos

agricultores e pescadores, “cuja estrutura de mercado e administração é mínima, e na qual as tarefas diárias (...) parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador” (p 271). Dessa forma, os tempos do trabalhador caboclo, tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, não teriam seu início e o seu fim claramente demarcados. E, como mostra a letra citada anteriormente, enquanto pisa-se e peneira-se o milho, as pessoas cantam e se divertem com o carimbó.

4.1 Lazer como divertimento

Analisando os outros artigos sobre as festas, os festejos e as danças populares, a palavra divertimento aparece nesses textos ao invés da palavra lazer. Porém, pelo contexto dos artigos, assim como no artigo de SALLES e SALLES (1969) sobre o carimbó, verifica-se que pode-se inferir o conceito de divertimento empregado nesses textos como lazer.

MELO (2011) explica que, no que se refere aos estudos históricos, seria mais “útil” adotarmos o termo “diversão” como “expressão do objeto ao qual nos debruçamos” (p.74), nesse caso, expressão do lazer estudado. Ele afirma que uma possibilidade de análise desse objeto de estudo, ou seja, da diversão na história, seria a própria análise das representações sobre diversão/lazer na produção de intelectuais ou no cotidiano da população,

fazendo uso de fontes diversas para tal (inclusive as próprias manifestações artísticas, que podem ser úteis para que se discuta uma determinada estrutura de sentimentos na qual o tema está inserido).
(MELO, 2011, p. 76)

Dessa forma, analisa-se aqui os artigos da RBF considerando as representações de diversão presentes nos textos e as relações estabelecidas com tal fenômeno.

No artigo “Festa dos Cachorros”, por exemplo, o autor Mário Ypiranga Monteiro explica que, para as pessoas envolvidas no festejo, esse se torna uma distração para as dificuldades da vida, configurando um momento de lazer:

“péla-se por um dançará, um arrasta-pé, um bródio em que se esqueça as dificuldades da existência. Famílias inteiras se instalam numa canoa de tolda e remam um dia, dois dias para dançar três ou quatro.” (MONTEIRO, 1961, p. 33)

Nesse trecho é possível visualizar a necessidade e a ânsia das pessoas pelo momento de diversão. E, a partir disso, é possível afirmar que os momentos de diversão se mostram de suma importância para a sociedade, “mesmo que com diferentes ênfases de acordo com as peculiaridades de cada momento, de cada experiência” (MELO, 2011, p. 67), pois, a exemplo desse caso, famílias inteiras se deslocam em busca de diversão.

Sobre as cavalhadas, por exemplo, Luís da Câmara Cascudo, citado em BRANDÃO (1962), afirma que elas são

Uma linda diversão, que fazia lembrar a galantaria do tempo da Cavalaria, consistia em levarem os cavaleiros limões de cera, cheios de flores, que beijavam como presente de sua dama, e depois os atiravam uns aos outros, enchendo de flores o campo de batalha. Êsses divertidos espetáculos encerram-se com corridas em filas, formando meandros, volteios e círculos, nos quais os atores se mostraram exímios cavaleiros e todos se dispersaram, depois das lutas, trocando entre si manifestações de amizade, como bons cristãos. (Câmara Cascudo citado em BRANDÃO, 1962, p. 10. Grifos nossos.)

CÂMARA CASCUDO, ao se referir às cavalhadas como “uma linda diversão”, configura também um momento de lazer. Além dele, BRANDÃO também se refere às cavalhadas como divertimento:

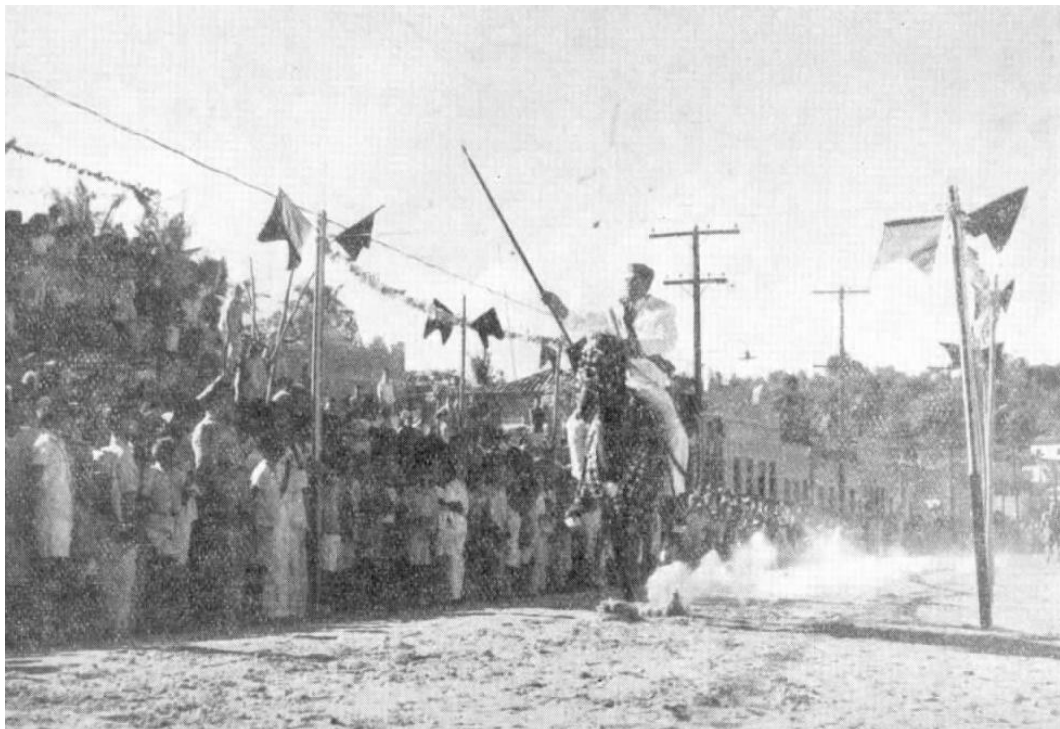
Apesar, assim, de praticada por uma determinada classe da sociedade, a Cavallhada, pelo menos entre nós, nas Alagoas (e a melhor prova é sua ampla incidência no Estado e sua persistência até agora), é um divertimento do povo, um folguedo que arrasta parra assisti-lo uma multidão pertencente a todas as classes sociais. E esta multidão não o assiste impassível, indiferente ou estranha ao torneio, mas se agita, “torce”, como nas partidas de futebol, toma parte na diversão, grita animando os cavaleiros, de sua côr ou partido, premia-os com fitas ou cortes de fazenda quando conseguem êles tornar-se vitoriosos ao tirar a argolinha, e chega ao

ponto de invadir a pista, aventurar-se a ser pisoteada pelos cavalos, no afã de melhor ver, aplaudir e animar os cavaleiros. Uma Cavalhada, como um Pastoril em dia de coroação de Rainha, em Alagoas e até mesmo em Maceió, é um verdadeiro delírio. (BRANDÃO, 1962, p. 22. Grifos nossos)

Dessa forma, é possível ter um melhor entendimento “não só do fenômeno, como mesmo o contexto em que se apresenta” (MELO, 2011, p. 67). Observado o contexto das cavalhadas, como em qualquer outro divertimento, vê-se, por exemplo, que seus espectadores também estão sujeitos às brigas e discussões:

Então, é um delírio, como numa vitória de Pastoril ou num campo de futebol, quando jogam os principais clubes da cidade. Há chapéus jogados para o ar, gritos, abraços entre os partidários, foguetes de estouro, música até dizer basta. Há casos estranhos e exacerbados de “torcida”. Numa das últimas Cavalhadas exibidas nas Festas de Natal de Maceió, um partidário do azul, quando um dos cavaleiros desta parcialidade perdia a lança ou quando um contrário a alcançava, jogava-se ao chão, aos emboléus, mãos na cabeça, como se estivesse atacado de uma grande dor. E como nos Pastoris, há discussões, e brigas. (BRANDÃO, 1962, p. 40)

Figura 9 – Foto das Cavalhadas de Alagoas, por Marcel Gauterot. Fonte: BRANDÃO, 1962, p. 20.



Na foto acima, é possível visualizar a quantidade de pessoas mobilizadas pelo folguedo. Elas ficam entusiasmadas com as batalhas e torcem pelos cavaleiros. Nesse momento, o entusiasmo dessas pessoas pode ser igual ou maior do que o entusiasmo daquelas que estão atuando na cavalhada como cavaleiros. Em outro artigo sobre as cavalhadas, a autora afirma como os próprios cavaleiros se mostram entusiasmados quando estão prestes a correr as cavalhadas:

...pode-se notar grande entusiasmo entre os corredores velhos ou môços. Os mais idosos chegam a comover-se até as lágrimas e os jovens dizem ficar “arrepiaados” quando falam no folguedo, pois cada um vive o seu papel. (MARCONI, 1968, p. 43)

Para as pessoas envolvidas indiretamente nos festejos, os espectadores, tais eventos representam indiscutivelmente um momento de lazer. Nesses momentos, apesar dessas pessoas não estarem participando efetivamente das atividades que envolvem o festejo, elas se satisfazem prazerosamente da mesma forma, ou até com uma intensidade maior do que aquelas que praticam as atividades do festejo. Em um dos artigos sobre o Boi-de-Mamão, “O Boi-de-Mamão no litoral paranaense” de Fernando Corrêa de Azevedo, é possível verificar a ansiedade e o interesse dessas pessoas, os espectadores, no momento do folguedo:

O Doutor, a quem cabe a parte cômica do auto, é sempre recebido com risadas e traz também um vestuário que provoca hilaridade. Deve o papel ser representado por um indivíduo que tenha desenvolvida veia humorística, pois êle é aguardado com ansiedade e interêsse, por causa da jocosidade que provocam suas atitudes e palavras. Usa máscara e voz de falsete. (AZEVEDO, 1963, p. 114)

Nesses casos, independente do papel do indivíduo nos folguedos, seja de espectador ou de ator, seu lazer é vivenciado nesses momentos. No artigo “A Festa do Divino em Lagoinha, SP” de Maria de Lourdes Borges Ribeiro, a autora mostra como os participantes se comportam durante a festa, “sem a mínima preocupação com coisa alguma, tranquilos e felizes” (p. 204):

As festas da roça, sejam ou não religiosas, acabam sempre em função, misto de danças e jogos de prendas e outras diversões musicais. E assim se faz em Lagoinha:

Primeiro um batepé, violas repicando e todos num bate-bate forte de estremecer a casa e as redondezas. Depois...damas e cavalheiros espalhados pela sala, à espera da dança. O violeiro mestre, que se chama Folgazão, dá os replicados que caracterizam o Lundu. Um burburinho percorre a assistência. “É o lundu... é o lundu...” um homem resolve começar. Sai num gingamento de pés arrastados, braços ligeiramente arqueados, erguidos, defronte a dama escolhida estala a sua castaneta e volta ao seu canto. A dama sai no mesmo gingar, fazendo o mesmo balanceio com os braços erguidos. O cavalheiro vem ao seu encontro, a viola continua repicado... quando o par se enfrenta, êle retorna ao lugar primitivo e é ela então que vai graciosamente fazer a escolha, retornando, depois, para onde estava, cabendo ao cavalheiro escolhido proceder como o primeiro. (RIBEIRO, 1964, p. 195)

E assim brincando e cantando e dançando vão até a madrugada, quando resolvem dormir. Porém o sono é curto, porque quando o dia começa a clarear, a Folia sai cantando a “Alvorada do Divino”, que todos ouvem com agrado e respeito. (RIBEIRO, 1964, p. 201)

São nove dias e nove noites de comemorações, quando as roças ficam desertas, porque todo mundo vem para a cidade e se arranja com amigos e compadres, se esparramando onde dá espaço. Deixam tudo e vão festar, sem a mínima preocupação por coisa alguma, tranqüilos e felizes como os lírios do campo. (RIBEIRO, 1964, p. 204)

É possível verificar, em algumas passagens do texto, o uso de termos como “divertir”, “diversão” e “divertimento” fazendo relação ao lazer no texto:

Para divertir grandes e pequenos saem as tradicionais figuras de gigantes. João Paulino, Maria Angu e Miota. Em 1958, os festeiros considerando que as figuras já eram bastante conhecidas, substituíram-nas por 2 cavalinhos, 2 palhaços e uma mulher carregando um fardo semelhante a uma criança, com um guarda-chuva aberto. E era de ver o susto da pequenada, a correria do pessoal, todos felizes sorrindo. (RIBEIRO, 1964, p. 205. Grifo nosso)

4.1.1 Lazer: sinônimo de diversão?

Considerando todos os artigos analisados aqui, grande parte deles apresenta os termos “diversão” ou “divertimento”, enfim, empregam o verbo “divertir” em seus textos relacionando essa noção com o lazer popular. Resumindo, em todos esses artigos, é possível tomar o termo “diversão” por “lazer”. A exemplo disso, observa-se a seguir como vários trechos dos artigos demonstram a variedade e o dinamismo das formas de diversão presentes nos artigos da RBF.

No artigo “Do entrudo ao carnaval na Bahia” de Hildegardes Vianna:

O Carnaval e o Entrudo continuavam a brigar sem vantagens de parte a parte. Os bailes carnavalescos continuavam também divertidíssimos, embora muitos não merecessem êste nome. A Sociedade União, por exemplo, anunciava e realizava como atração carnavalesca a última representação, no sábado do Carnaval, de bailes pastoris sob a direção de um certo Sr. Eduardo de Abreu Contreiras. Além do baile, quadrilhas em todos os intervalos dos referidos bailes e mais duas valsas, um dueto, uma ária ou comédia compunham o programa, terminando tudo com polca intitulada “Carnaval”. O administrador prevenia ainda ser a festa só para família, pelo que não teria ingresso **môças solteiras** (a expressão vinha bem grifada), ainda mesmo com bilhetes. Pedia aos freqüentadores o favor de se portarem com tôda decência e moralidade. (VIANNA, 1965, p. 287. Grifo nosso)

“A rapaziada nacional e estrangeira”, ambas se divertiam como podiam, porém o grosso da população não se tinha ainda decidido a tomar partido pelo Carnaval ou pelo Entrudo. (...) Na década de 70 o ambiente começou a melhorar para o Carnaval. Apareceu um Bando Anunciador dos festejos carnavalescos, espalhando proclamações em verso, convidando o povo para os bailes mascarados, convocando todos para a folia. (VIANNA, 1965, p. 288. Grifo nosso)

Nesses trechos, a diversão em pauta é o carnaval, em uma época em que o entrudo dava lugar aos bailes de carnaval. Apesar do entrudo ser considerado “nada mais que um censurável costume, infeliz herança de outros tempos” (p. 285), esse era um momento de diversão para algumas pessoas e,

para acabar com tal jogo, foi necessário criar outro meio de diversão que o substituísse. Adotou-se, então, o carnaval, no formato de bailes de rua, pois os “bailes carnavalescos não estavam ao alcance de todos nem de acordo com a moral de muitos” (p. 285). O carnaval tornou-se, nesse momento, a diversão da “rapaziada nacional e estrangeira” que, aos poucos, acabou conquistando o “grosso da população”.

No artigo “Festa da Mãe D’Água em Ponta da Areia, Itaparica – BA” de Deoscóredes Maximiliano dos Santos:

A noite, depois da janta, os músicos, à vontade, se divertem passeando pelos arredores, divertindo também os moradores com serenata até alta noite, quando resolvem descansar para no outro dia começarem seus compromissos. (SANTOS, 1966, p. 66. Grifo nosso)

Durante a festa da mãe d’água, os músicos do festejo proporcionam um momento de diversão para os moradores do lugarejo. Como o autor explica, eles fazem a serenata “até alta noite”, pois, depois da janta, pressupõe-se que as pessoas envolvidas como espectadoras da serenata já estejam dispensadas de seus afazeres diários, “liberadas” para se voltarem a esse momento de diversão.

No artigo “A Dança do cateretê” de Francisco Pereira da Silva:

O Cateretê é o divertimento que outrora mais animava as populações rurais do Município de Caçapava. Tôda criatura humana sente, imperiosa, a necessidade de uma periódica evasão de espírito. E o caipira destas bandas do interior paulista encontrava no “bate-pé” o melhor meio de fuga ou derivativo das canseiras e monotonia da vida roceira. (SILVA, 1969, p.283. Grifo nosso)

Nesse trecho estão presentes, tanto a necessidade do ser humano em ter o momento de “evasão do espírito”, que proporcione a ele a “fuga” das canseiras do dia-a-dia, quanto o tipo de diversão daquela população rural do município de Caçapava, o cateretê.

A diversidade e multiplicidade dos meios de diversão populares mostram-se presente nos artigos da RBF. Para exemplificar isso, o artigo

“Manifestações coreográficas na religiosidade brasileira”, de Maria Amália Corrêa Giffoni, mostra-se como um bom exemplo. A seguir, uma série de citações será evidenciada no intuito de explicitar a presença dessa multiplicidade de meios de diversão no artigo de GIFFONI (1971):

Depois da partida do Santo, começavam os divertimentos. “De noite havia quebra-potes, pau-de-sebo, dança-da-corda, dança-do-saco sem faltar o fumacento jôgo da planta”. Nestas manifestações, embora profanas, nada havia de condenável, todavia, a chegada e a partida da imagem davam oportunidade a outras diversões como o batuque, o samba, as rodas de capoeira, que se realizavam ao som de instrumentos musicais e palmas e onde a confusão e a licenciosidade eram grandes.

...

As danças de salão contribuíam para o sucesso e as “brincadeiras” atravessavam as noites. Os jovens divertiam-se ao som das valsas, polcas, chotis, mazurcas e “pás-de-quatre”, as danças da moda. Uma vez mais, vê-se a dança colaborando para embelezar as festas religiosas. (GIFFONI, 1971, p. 268. Grifos nossos)

No nordeste brasileiro, em dezembro, o povo se diverte com as lapinhas, reisados, guerreiro, pastoris, destacando-se o bumba-meu-boi, o mais popular e difundido folguedo dessa região. (GIFFONI, 1971, p. 270, Grifo nosso)

No Nordeste, no início do século, a festa de São João abrangia danças, cantos, adivinhas e as diversões pau-de-sebo, corrida-de-argolinhas, gato-no-pote, além da tradicional fogueira, dos fogos de artifício, e dos comes e bebes típicos da região. Enquanto danças modernas se realizavam nos salões, o povo se divertia nas praças e terreiros com as manifestações coreográficas que lhe eram familiares, e que abrangiam principalmente, o samba de roda e o côco. (GIFFONI, 1971, p. 274. Grifo nosso)

A gente mais simples diverte-se nas praças ou terreiro, ao ar livre, expandindo-se no samba-de-roda, batuque, jongo, danças de origem africana e de grande popularidade no Brasil. (GIFFONI, 1971, p. 275. Grifo nosso)

Conforme a região, a folia percorre os trajetos a pé, a cavalo ou em canoa, havendo por essa razão bandeiras do Divino de terra, de rio, e mistas, levando a última denominação quando as distâncias são vencidas parte em canoa e parte por terra. Após a chegada no “pouso”, local onde permanece temporariamente, realizam-se orações, puxadas pelo “mestre da folia”, compreendendo o “terço” e outras preces. Segue-se a função, incluindo danças e várias diversões. A tradição não permite divertimentos profanos na casa do “pouso”, onde está recolhida a “bandeira”. Tem-se notícia apenas do cururu, dança religiosa, as demais são realizadas em outra residência. (GIFFONI, 1971, p. 277. Grifos nossos)

Após um intervalo foram executadas outras manifestações coreográficas, como a cana-verde-valsada, a chimarrita, o quero-bem, o vilão-de-lenço, pequenas danças profanas e independentes da dança-de-santa-cruz, com as quais o povo se divertiu até altas horas. Realizaram-se, ainda, as brincadeiras dançantes corpo-mole, viuvinha e esconde-o-lenço, que deram nôvo encanto ao “largo”, enfeitado de festões de bandeirinhas coloridas. (GIFFONI, 1971, p. 286. Grifo nosso)

Essa extensa gama de citações demonstra como, nos artigos da RBF aqui citados, os autores se referem às manifestações folclóricas como sendo fontes de diversão e divertimento e como, nesses casos, tem-se a relação dessas manifestações com o lazer popular. Nesses textos, é possível reconhecer uma busca de compensação e de fuga por meio do divertimento, uma evasão para um mundo diferente daquele enfrentado todos os dias pelos trabalhadores.

SUE (1982) explica que certas atividades de diversão desempenham um papel social indispensável para a coletividade. Um exemplo disso seria a substituição de um setor mercantil sem adoção de um trabalho imposto, em que uma rede de ajuda mútua trabalha por gosto e exerce talentos próprios. Nas festas, nas danças e nos festejos descritos nos artigos estudados, esse papel social das atividades de diversão é notadamente exemplificado, pois a maioria dos envolvidos nos festejos contribui, de certa forma, na realização deles.

Amália Hermano Teixeira, no artigo “Folia do Divino em Natividade de Goiás”, explica que várias pessoas se envolvem na organização do festejo, desempenhando, assim, esse papel social indispensável para a coletividade:

“Para custear as despesas com a festa ao Espírito Santo, organiza-se a folia do Divino. Músicos e cantores, com a bandeira vermelha alçada, saem pedindo auxílio, distinguindo-se o ciclo urbano e o ciclo rural” (p.24). Vê-se, nas descrições feitas pela autora, como é grande o envolvimento da comunidade no festejo:

O arrieiro conduz uma canastra (caixa de couro), onde leva o dinheiro arrecadado das esmolas e a roupa do alferes. Do outro lado, uma bruaca com os mantimentos (arroz, feijão, toucinho, carne seca, farinha de mandioca, café, rapadura) e os trens de cozinha, para o caso de pouso forçado e ausência de morador no trajeto da folia. Sua função consiste em arrear e desarrear a montaria do alferes, arrumar sua rede, amornar água para o banho nos pousos, e levar até ele o chinelo na hora de dormir. No meio das cargas, guardando as roupas de vestir, vão as macas de mais ou menos um metro de comprimento por um de largura, de pano de tear, desses de fazer coberta, bem grosso, alvejado; as macas bem feitinhas, com bambolins nas cabeceiras, têm um compartimento maior para as roupas, outro menor para documentos e coisas miúdas; nas águas, são cobertas por couro curtido de veado ou de bezerro, seguro por umas correinhas amarradas na garupa do cavalo. (TEIXEIRA, 1974, p. 26/27)

Analisando a diversão e/ou divertimento exemplificados aqui nos folguedos e festas estudadas, pode-se afirmar que tais representações de lazer se mostram como expressão da variedade e do dinamismo de uma sociedade, evidenciando a diversidade da população e sua multiplicidade de opções de lazer. Logo, a diversão e/ou divertimento analisados nesse presente estudo se tornam uma exemplificação do lazer nas páginas da RBF uma vez que, analisados de forma leve, mas ao mesmo tempo consistente, oferecem um panorama sobre como o lazer se torna o prazer usufruído no tempo livre ou tempo de não-trabalho das pessoas, tornando-se a expressão do dinamismo e da variedade do povo brasileiro.

5. As sensibilidades da RBF: uma questão de educação

BRANDÃO (1982) afirma que onde há folclore há cultura, onde há cultura há processos sociais de produção e distribuição da cultura, onde há processos sociais que colocam em circulação pessoas, grupos, bens, serviços e símbolos há relações de controle e poder. Dessa forma, as práticas de lazer estudadas aqui representam uma forma de divulgação de ideias sobre o folclore, podendo significar uma estratégia de educação das sensibilidades de uma população com relação ao folclore.

Ao estudar a CDFB, foi verificado que ela teve como finalidade o desejo de esclarecimento da população sobre o folclore e a defesa desse patrimônio brasileiro do avanço da industrialização e da modernização da sociedade. Dessa forma, a RBF traz componentes para se pensar sobre o incentivo ao desenvolvimento de uma nova sensibilidade entre seus leitores com relação ao folclore.

A maneira como uma sociedade entende ou enxerga um determinado fenômeno diz muito sobre a preservação ou a extinção desse fenômeno. A RBF apresentava informações sobre fatos folclóricos brasileiros de duas formas diferentes. Uma delas seria enternecida, carecida de proteção, já que a CDFB tentava preservar certo patrimônio folclórico brasileiro. A outra forma seria caracterizada pela expressão autêntica do ser brasileiro, o brasílico. BRANDÃO (1982) afirma que o fato folclórico é absorvido pela comunidade de praticantes e assistentes populares justamente porque é aceito por ela e incorporado ao seu repertório de maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular.

Seria interessante para a CDFB educar a sensibilidade de seus leitores, pois essa sensibilidade modificada poderia “estimular respostas emotivas particulares, não por isso menos racionais” (TABORDA de OLIVEIRA, 2012, p. 11) que levariam seus leitores a compreender o folclore de forma diferente, cumprindo, assim, uma de suas finalidades. Nesse sentido, se discursa sobre uma sensibilidade dialogicamente individual e social, a exemplo de MORENO e SEGANTINI (2012). “Gostos, toques, olhares, cores, ruídos, dor, medo, raiva e prazer configuram um índice das possibilidades de definição de sensibilidades na história” (TABORDA de OLIVEIRA, 2012, p.8).

O discurso de Luís da Câmara Cascudo em artigo de sua autoria, presente no primeiro número da RBF, intitulado “Da Cultura Popular”, diz muito sobre a sua visão acerca do folclore e exemplifica esse desejo de estimular diferentes sensibilidades nos leitores.

Primeiramente, o autor explica que está falando sobre o folclore, mesmo quando diz sobre a cultura popular, pois pressupõe que se trata de um mesmo saber; além de afirmar que esse último não pode e/ou não deve ser entendido e analisado separadamente de saberes considerados científicos, denominados aqui como “Cultura Letrada”:

A Cultura Popular é ancila humilde sob o manto protetor da Etnografia, Antropologia Cultural, e, ultimamente, da Sociologia, da Psicologia Social, e mesmo constitui o pedestre e democrático Folclore. (CASCUDO, 1961, p. 6)

Ao dizer que a cultura popular é uma espécie de serva de outras ciências como a etnografia, a antropologia cultural, a sociologia e a psicologia social, Cascudo informa que ela serve apenas de acompanhamento, como se precisasse ser sempre resguardada por tais ciências. Para defender a importância da cultura popular como um saber que está deixando de ser marginalizado, principalmente pelas esferas do mundo da cultura letrada, Cascudo lança mão da mitologia grega para fazer uma metáfora entre os saberes da cultura popular e os saberes da cultura letrada, utilizando o mito grego de Castor e Pólux, irmãos gêmeos que partilham a mesma mãe, porém pais diferentes, sendo Pólux filho de Leda e Zeus, imortal, e Castor filha de Leda e Tíndaro, mortal. Com a morte de Castor, Pólux, desolado, pede a seu pai que o irmão possa partilhar de sua imortalidade e são, então, transformados na constelação de gêmeos. Cascudo referencia a cultura popular como sendo Castor e a cultura letrada como sendo Pólux. Apesar de suas diferenças, o autor afirma que essas duas culturas são irmãs, filhas da mesma mãe, que seria a mentalidade humana:

A instrução e a educação refreiam a intromissão às vezes indébita do espírito tradicional na solução ou apreciação de valores examinados. Os gêmeos divinos coexistem na mentalidade humana, disputando o domínio

soberano da decisão psicológica. Castor humano e Pólux imortal irmanizam-se na mesma constelação rutilante do conhecimento. Êsses discursos são a Cultura Popular e a Cultura Letrada, ministrada sob os auspícios das normas oficiais, hierárquicas, rituais. (CASCUDO, 1961, p. 5)

Dessa forma, para Câmara Cascudo, a cultura popular se coloca em pé de igualdade com a cultura letrada como saber a ser estudado e/ou consultado. De acordo com esse autor, para a solução de determinados “valores estudados”, há a necessidade da consulta ao “espírito tradicional” juntamente com a “instrução e a educação”, ou seja, a cultura popular se faz tão relevante quanto a cultura letrada. Ao dizer sobre a importância do estudo de saberes da cultura popular, Cascudo explica que,

Cada ano, lenta e seguramente, os Dioscuros³³ se confundem numa profunda interdependência. Já não é mais possível o estudo de um sem o outro, e mesmo o Popular alcança os valimentos da curiosidade no plano da explicação originária, sobre o Culto, posterior, heterogêneo, mutável. As pesquisas arqueológicas, lingüísticas, etnológicas, revelam a surpreendente antiguidade de elementos que Castor defende e usa e Pólux ignora ou desdenha. Essas investigações estão nobilitando o Popular, que nunca concedeu doutoramentos aos seus estudiosos fiéis. (CASCUDO, 1961, p. 6)

Assim, além de serem considerados de importância pariforme, tais saberes estão se tornando tão correlatos a ponto de não ser mais praticável o estudo de um sem se relacionar com o outro. A cultura popular possui seu cerne na oralidade, na sabedoria oral da memória coletiva, e Cascudo nos mostra que as primeiras manifestações literárias tiveram origem na própria cultura popular:

Naturalmente todo formulário comunicador era verbal. Real e metaforicamente, *in principio erat Verbum, et Verbum erat apud Deum*. A ciência era a Palavra: *with words we govern men*, dizia lord Beaconsfield. As primeiras manifestações literárias, alheias a *littera* inexistentes, seriam os Provérbios, *pro verbum*, pela palavra, reparos rápidos e simples de fatos naturais com sentido alegórico de aplicação moral – *Todo rio seca; Quem corre cansa; A chuva molha; O sol é para todos; A noite tudo esconde* –,

³³ Forma como eram conhecidos os gêmeos coletivamente, que significa “filhos de Zeus”.

pequeninas anotações cuja universalidade comprova a velhice venerada.
(CASCUDO, 1961, p. 6)

Após os provérbios, vieram as fábulas, “*fabula, fari, falar* e esse conceito, na exposição verbal característica, permaneceu nos gregos que diziam MITOS ao que chamamos de FÁBULAS...” (CASCUDO, 1961, p. 8).

Possuindo o significado de “estória localizada, individualizada e objeto de crença dos mitos”, apareceram as lendas: “A Lenda, nome latino e convencional do Mito, inferia formas gráficas de *legenda*, para ler, o que se pode ler” (CASCUDO, 1961, p. 8).

Apesar da demonstração de manifestações literárias provindas da cultura popular, o autor enfatiza a importância insólita da oralidade na consagração da cultura popular, reconhecendo essa como sabedoria:

A transmissão oral consagra a Cultura Popular porque a lembrança guarda realmente as “permanentes” da sabedoria tradicional. Algumas toneladas de notícias, cantos, anedotas, casos, passam como simples ressonância pelo espírito do povo sem vestígios duradouros. No *Fedro*, de Platão, conta Sócrates que o deus egípcio Toth encarece ao rei Thamus o uso da escrita e o soberano recusa porque a fixação do acontecimento dispensará no povo o exercício da memória. A sabedoria vive mais ardente na consciência e não nos registros que a sepultam para uma consulta, que é uma breve ressurreição. (CASCUDO, 1961, p. 10)

Nesse trecho, é elucidada a importância da oralidade através de uma narrativa de origem simbólica do filósofo ateniense Sócrates sobre o deus egípcio Toth e o rei Thamus. Mais adiante, depois de defender a importância da cultura popular como sabedoria, Cascudo discorre sobre os perigos que a modernização traz para ela, justificando assim a sua proteção:

Compreende-se que uma influência teimosa e polifórmica exerça pressão diária na cultura popular, desde que as comunicações modernas determinaram um incessante contato. Navios, aviões, rádios, permutam os produtos do mundo ao mundo. A cultura popular fica sendo o último índice de resistência e de conservação do *nacional ante o universal* que lhe é, entretanto, participante e perturbador. (CASCUDO, 1961, p. 14)

Ao citar a cultura popular como último índice de resistência e de conservação do nacional, Cascudo se coloca como um conservador no que diz respeito ao folclore. Porém, apesar de demonstrar sua preocupação com o avanço da modernidade sobre a cultura popular, fato que justifica a luta da CDFB para a preservação desse patrimônio, ele não se coloca contra a modernidade em si, pois acredita que a modernidade se faz importante e útil para o desenvolvimento da sociedade brasileira, porém, teme que seus avanços venham a dizimar o folclore nacional.

Após essa explanação sobre a relação entre a modernidade e a cultura popular, Cascudo volta a afirmar a importância da cultura popular como sabedoria indispensável e sua relação com as outras ciências:

A colaboração do Folclore afirma desta forma um auxílio indispensável e precioso à Etnografia, Sociologia, registrando temas que percorrem o mundo no tempo e no espaço.

...

Essa Cultura Popular, ao lado da Arqueologia, fornece à curiosidade moderna as espantosas sobrevivências. Não materialmente apenas um objeto, mas um gesto, um ato com a significação simbólica milenar. (CASCUDO, 1961, p. 14)

Assim, a cultura popular se constituiria em um saber de “significação simbólica milenar”, que auxiliaria, indispensavelmente, outras ciências como a etnografia e a sociologia. E, voltando à metáfora grega, ainda diz sobre a hostilidade das outras ciências para com a cultura popular (ou folclore):

Era de notar a hostilidade de Pólux contra o preamar de Castor. Está visivelmente atenuada e presentemente as pesquisas populares constituem bases sociológicas e antropológicas quando, até poucos anos, indicavam unicamente curiosidade pelo exotismo e pelo rudimentarismo intelectual. (CASCUDO, 1961, p. 14)

Nesse trecho, o autor demonstra a preocupação dos estudiosos da cultura letrada com a crescente e abundante importância dada ao saber da cultura popular, uma vez que esse saber passa da categoria de “curiosidades”

para a representação de “bases sociológicas e antropológicas” das pesquisas populares.

Esmiuçando o discurso de Cascudo nesse artigo, é notável como o autor demonstra sua devoção ao folclore, tentando levar o leitor para o seu lado de militância. Ele apresenta vários motivos que justificam a importância do folclore, de forma tal, que o leitor é tentado a também defender esse patrimônio ao seu lado.

Pensando na sensibilidade desse leitor com relação ao folclore, artigos como esse de Cascudo retratam que os editores da RBF e os autores dos seus artigos estavam preocupados em educar o leitor para aceitar, glorificar e defender o folclore de qualquer ameaça de extinção advinda do que se considerava modernidade, de forma a, pouco a pouco, atingir a sociedade, modificando a opinião pública com relação aos fatos folclóricos.

SOARES (2010) afirma que a RBF serviu como espaço de “elaboração de identidades”, pois

... teve especial importância a interpretação acerca da realidade cultural do Brasil a partir de uma perspectiva particular, que entendia as manifestações folclóricas espacialmente situadas como patrimônios nacionais (SOARES, 2010, p. 132)

Pode-se dizer que os editores da RBF fariam uso do folclore para a afirmação de uma identidade nacional, optando por abordar em seus artigos manifestações folclóricas espacialmente localizadas em diversas regiões, “articulando as realidades regionais e nacional de modo que as primeiras, em sua variedade, pudessem compor o perfil da segunda, a partir de uma perspectiva homogeneizadora” (SOARES, 2010, p. 185).

5.1 O uso do folclore para a afirmação de uma identidade nacional

De acordo com LESSA (2008), em seu texto *Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira*, para a construção do nacional, principalmente na formação da identidade, é necessária a percepção do povo. Esse autor

ilustra o descobrimento do povo brasileiro na literatura regional, através da qual há um esforço por tipificar e ilustrar o que ele chama de “uma variedade de tipos populares e regionais do Brasil” (p. 250). Não é raro encontrar na literatura elucidações sobre o folclore atestando que ele funciona como instrumento de compreensão de povos que permite a construção de identidades (CAVALCANTI e VILHENA, 1990). A presidente da Comissão Baiana de Folclore, Doralice Fernandes Alforado, afirma que o folclore é “portador de identidade nacional e regional” (p. 2). Assim, seria possível também fazer a operação inversa, em que a identidade nacional e regional seria definida através do seu folclore. FILHO (2002) atesta que “é na intimidade desse povo (...) que melhor se pode estudar a nossa índole, o nosso caráter nacional” (p. 21).

Para CHAÚÍ (1987), os adjetivos “Nacional” e “Popular” podem indicar maneiras de representar a sociedade sob o signo da unidade nacional. Isto é, “Nação e Povo são suportes de imagens unificadoras tanto no plano do discurso político e ideológico quanto no plano das experiências e práticas sociais” (p. 104). Esses dois termos, nação e povo, apresentam como referência, quando relacionados um como o outro, um todo uno, indivisível, e essa unidade e indivisibilidade possuem suportes empíricos, dentre os quais pode se considerar o território e as leis, por exemplo; e suportes simbólicos, como o sentimento nacional e a soberania nacional.

Quando se remete ao folclore como sendo “maneiras de sentir, pensar a agir de um povo”, se considera também que ele seja “representativo da identidade social” de uma determinada comunidade. (Comissão Nacional do Folclore, Carta do folclore brasileiro, Capítulo 1 – Conceito, 1995). O folclore pode ser, então, utilizado como forma para se afirmar uma identidade nacional.

CHAÚÍ (1987) garante que é possível falar em “sentimento nacional” e em “consciência nacional” como fundadores de uma “identidade nacional” (p. 106). Para se utilizar o folclore na afirmação dessa identidade nacional se faz necessária a sensibilização das pessoas, para que possa brotar nelas este sentimento de pertencimento ao que se está chamando de nacional.

Quando Luís da Câmara Cascudo mostra o seu lado militante em relação ao folclore no artigo “Da cultura popular”, ele tenta sensibilizar o leitor de que a cultura popular, ou o folclore, é um saber importante na constituição

da mentalidade humana, assim como a cultura letrada. Para além de um saber, o leitor é induzido a considerar o folclore a asserção da alma popular, do sentimento popular, da imaginação, da simplicidade e da pureza. Logo, o uso do registro documental do folclore nacional torna-se uma ferramenta importante para a afirmação da nacionalidade.

5.2 As festas, os festejos e as danças populares como elementos integrantes da identidade nacional

Nos artigos analisados, foi possível verificar a preocupação dos seus autores em explicar a partir das características dos fenômenos estudados o seu significado dentro da sua realidade regional. Um exemplo disso está no texto de Rossini Tavares de Lima, no artigo “Alguns complexos culturais das festas joaninas”, em que o autor afirma que a partir da análise dessas festas “nos encontramos em condições de discorrer sôbre as principais características e seu sentido dentro da cultura espontânea do povo paulista” (p. 17).

Através das características das manifestações folclóricas descritas nos artigos, os autores tentam delinear, aos poucos, uma identidade cultural brasileira. Identificamos, por exemplo, algumas frases de autores explicitando formas de agir ou de pensar da população, durante o estudo dessas manifestações folclóricas, que demonstram propriedades de elementos identificados como nacionais. Guerra Peixe, em seu artigo “Os caboclinhos de Recife”, afirma que

é preciso presenciar o carnaval de Recife para observar como – dentre as diferentes agremiações da cidade – os Caboclinhos roubam as atenções da população, seja em virtude da indumentária colorida e estranha aos costumes ocidentais (indumentária que tanto impressiona aos próprios brasileiros), seja pela singularidade da sua dança e da sua música, ambas ágilmente executadas. É que tudo nos Caboclinhos parece oferecer ao espectador um duplo sentimento de alegria e de tristeza. De alegria, pela sobrevivência de uma tradição popular estupendamente brasileira... (GUERRA PEIXE, 1966, p. 135)

Nesse trecho, o autor expressa o seu entendimento sobre o sentimento de alegria que a manifestação estudada provoca em seus espectadores como sendo a “sobrevivência de uma tradição popular estupendamente brasileira”. É assim que ele sustenta o argumento do uso da cultura popular para a afirmação da nacionalidade brasileira.

No artigo “Festa dos cachorros” de Mário Ypiranga Monteiro, o autor explica que a partir desse estudo, foi possível identificar nessa festa propriedades “notadamente religiosas” e, ao mesmo tempo, propriedades “profano-religiosas”, características essas que ajudam a definir as festas desse tipo (as festas de santos) como, de acordo com o autor, “tradicionais e populares em várias regiões do Brasil” (p.29). O autor explica ainda que, sem essa mistura do sagrado com o profano, tais festas “perderiam todo interesse e freqüência, portanto a popularidade” (p. 29). Assim, do jeito que se apresenta, “a tradição, forrada do necessário implemento recreativo, populariza-se mais depressa. É até comum ouvir-se de pessoas experimentadas êste juízo fácil: ‘festa de santo sem dança não tem graça’” (p.29).Essa ênfase dada pelo autor ao tradicional e ao popular com relação às festas dos santos estimula um sentido de identidade no leitor do artigo, provocando uma sensibilidade diferenciada com relação ao pertencimento deste tipo de festa a uma cultura nacional. Tal procedimento pode ser verificado também em outros artigos da RBF que descrevem as festas de santos.

No artigo “Festa do Divino em Lagoinha, SP” de Maria de Lourdes Borges Ribeiro, a autora exemplifica o misto de sagrado e profano na festa do Divino Espírito Santo na cidade de Lagoinha, SP:

Depois da Ladainha seguem-se outras orações, uma especial ao Divino e quando o Capelão se levanta está finda a parte religiosa e se dá comêço à **FUNÇÃO** – As festas de roça, sejam ou não religiosas, acabam sempre em **função**, misto de danças e jogos de prendas e outras diversões musicais. (RIBEIRO, 1964, p. 195)

Além disso, também exemplifica o caráter tradicional brasileiro das danças e jogos executados durante o festejo:

Depois todos vão para o terreiro, onde se desenrola um painel de danças e jogos de prendas tradicionais do Brasil: **Catira, Cana-Verde, Corriola, Viuvinha, Vilão de Saco, Vilão de Agulha, Canos, Ramalhão, Sinhá Rita** e outras. (RIBEIRO, 1964, p. 196)

SOARES (2010), em sua explanação sobre o folclore e a construção de identidades na RBF, lembra que, em linhas gerais,

O povo foi concebido pelo sentido de representação do que é comunitário, de onde provem a equívoca idéia de sua homogeneidade e anonimato. O povo se encontrava preferencialmente no ambiente rural, onde a corrupção das cidades e da industrialização demoraria a atingir a população. O conceito de povo remetia-se à oralidade, pois se refere, prioritariamente, às camadas da população que não expressavam sua cultura através da escrita. O povo era ainda visto como tradutor fidedigno de tradição nacional porque depositário do que era considerado autêntico, noção que nesse contexto foi transformada inevitavelmente em austeridade idealizada. (SOARES, 2010, p. 77)

De acordo com essa visão em que o povo era visto como “tradutor fidedigno de tradição nacional”, fica fácil visualizar na RBF a utilização das festas e folguedos populares na afirmação da identidade nacional brasileira.

Levando em consideração que muitos estudiosos do folclore, herdeiros da tradição romântica, consideravam o povo como sendo “sensível, simples, iletrado, comunitário, instintivo, emotivo, irracional, puro, natural, enraizado na tradição” (CHAUÍ, 1987, p. 19), é possível afirmar que esse povo nasce também por motivos políticos, ou seja, “é a afirmação da identidade nacional contra o invasor estrangeiro” (p. 19). Dessa forma, todas as manifestações folclóricas presentes nos artigos da RBF podem ser consideradas afirmações da “alma popular, do sentimento popular, da imaginação, simplicidade e pureza populares” (p.17) que carregam consigo a confirmação dessa identidade nacional.

6. Considerações finais

Durante a análise das manifestações folclóricas presentes nos artigos da RBF, verificamos que essas podem ser consideradas possibilidades de vivência de lazer. O lazer, tido como sinônimo de diversão ou divertimento é exemplificado na RBF a partir dessas manifestações folclóricas.

MARCASSA (2002) acredita que, para se investigar o lazer na história,

é preciso viajar pelo período das grandes revoluções, auge da apologia à razão, à liberdade e à ciência, pela era da modernidade. Nela encontramos os sentidos e os significados da separação entre tempo de trabalho e tempo livre (divisão crucial para a configuração do lazer), desde que desvelados os interesses e os motivos que levaram à formação de novas e diferentes classes sociais, os princípios e as leis gerais que orientaram a definição da jornada de trabalho, o assalariamento, a acumulação e outros, de modo que só é possível apreender o lazer em sua totalidade se conhecermos a organização e o processo de constituição das sociedades burguesas, industriais, urbanas e capitalistas. (MARCASSA, 2002, p. 186)

Apesar de a autora afirmar que, o lazer estaria então intimamente ligado às grandes revoluções e que pesquisar o lazer na história antes desse período seria impraticável, uma vez que as relações sociais, sendo predominantemente rurais e patriarcais, faziam com que se tornasse “inviável perceber o tempo livre como uma dimensão da vida social definida e separada das demais atividades cotidianas, o que impede, portanto, a própria compreensão do lazer” (p. 186), atestamos a existência de possibilidades de análises sobre o fenômeno desvinculando-o do período industrial.

O estudo das manifestações folclóricas tidas como possibilidades de vivências de lazer, e presentes nos artigos estudados da RBF, possibilitou um entendimento diferenciado sobre o lazer, quando esse é equiparado à diversão ou ao divertimento. O lazer, dessa forma, desvincula-se do mundo fabril, do mundo industrial, podendo ser estudado independentemente. Contudo, sua relação com o trabalho permanece, fazendo com que seja considerado por muitos uma primordialidade humana.

Apesar da palavra “lazer” aparecer nos artigos estudados da RBF apenas em um dos 38 artigos analisados, os demais artigos também fazem alusão ao lazer das pessoas envolvidas nas festas, folguedos e danças populares exemplificados. Nesses artigos, o lazer é representado através das próprias manifestações folclóricas que configuram um momento de diversão, essencial na vida do indivíduo, sendo, portanto, considerado uma necessidade humana.

Levando em consideração a mobilização de intelectuais a respeito do folclore desde o MFB e os objetivos da CDFB descritos no decreto de sua instituição, é possível considerar a edição e publicação de uma revista de cunho nacional sobre o folclore como uma tentativa de proteção, preservação e perpetuação de manifestações folclóricas.

O fato dos artigos possuírem um caráter descritivo com relação às práticas e manifestações folclóricas pode ser justificado pela tentativa de divulgação delas como memória. Porém, agregando o caráter instrutivo a essa descrição minuciosa dessas práticas que é feita nos artigos, é possível considerar a publicação de tais textos como uma tentativa de modificação ou de educação das sensibilidades dos leitores da RBF com relação ao folclore nacional. Assim, o principal objetivo da CDFB, de proteção, preservação e perpetuação do folclore nacional, seria atingido e se ampliaria ao transformar a visão da população, leitores da RBF, com relação ao folclore.

Como dito anteriormente, os artigos da RBF são muito densos e oferecem vasta possibilidade de interpretação, podendo ser considerados fontes ricas de informação sobre o tema do folclore e do lazer. Dessa forma, deixamos aqui sugestões para o desenvolvimento de novas pesquisas, como a análise dos outros artigos, assim como das outras seções da RBF sob o prisma do lazer, envolvendo, principalmente, a relação entre o lazer, o folclore e a educação.

A análise da própria RBF, das fontes documentais que fazem parte da série Correspondências do acervo arquivístico do CNFCP e, principalmente, dos jornais encontrados no acervo digital da própria biblioteca Amadeu Amaral nos apontam para questionamentos sobre até que ponto a CDFB estava disposta a investir na relação entre folclore e educação para atingir seus objetivos de perpetuação do folclore nacional. Além da edição da RBF, existem

fontes, especialmente na série Correspondências do acervo arquivístico do CNFCP, que mostram a investida da CDFB na educação, como, por exemplo, a criação de cursos de formação sobre o tema em estabelecimentos de ensino superior.

Quanto a questões relacionadas ao lazer, ainda merecem investigações suas outras formas de manifestação, presentes no interior da RBF, e como as pessoas envolvidas nesses outros tipos de vivências enxergam o fenômeno e usufruem dele no seu tempo de não trabalho. É importante essa problematização quando pretendemos estudar o lazer na história, para que possamos, talvez, entender um pouco mais sobre o assunto, confirmando teorias sobre o tema ou desafiando-as.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES:

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L. **O lazer no Brasil: do nacional-desenvolvimentista à globalização**. Conexões, v. 3, n. 1, 2005.

ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L. **O lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à globalização**. Phorte Editora, 2011.

ALVES, V. F. N. **Uma leitura antropológica sobre a educação física e o lazer**. In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. (org.) Lazer, recreação e educação física. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 83-114.

AMARAL, R. de C. de M. P. **Festa à Brasileira. Significados do festejar, no país que “não é sério”**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 1998.

BASTOS, M. H. C. **As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a revista do ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992)**. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. (org.) Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p. 47-76.

BENJAMIM, R. **Conceito de Folclore**. (2008). Disponível em [HTTP://www.unicamp.br/folclore/Material/extra_conceito.pdf](http://www.unicamp.br/folclore/Material/extra_conceito.pdf) acessado em 08 de agosto de 2011.

BRANDÃO, C. R. **O que é folclore?** São Paulo: Brasiliense. 6 edição. 1982.

BRANDÃO, C. R. **A cultura na rua**. Campinas: Papius, 1989.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. Trad. de C. N. P. Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, E. **Evolução dos estudos folclóricos no Brasil**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 2, nº 3, mai./ago. 1962.

CAVALCANTI, M. L. V. de C. **Entendendo o folclore**. Rio de Janeiro, 2002. Texto produzido especialmente para o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Disponível em http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Maria_Laura/CNFPCP_Entendendo_Folclore_Maria_Laura_Cavalcanti.pdf acessado em 21 de outubro de 2011.

CACALCANTI, M.L.V; VILHENA, L. R. **Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore**. Estudos Históricos, vol.3 n.5, 1990. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Ed. Dazibao, 1990.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Ed. Moderna, 2ª edição, 1981.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. 1995. **Carta do Folclore Brasileiro**. Salvador: CNF. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf> acessado em 05 de março de 2011.

CORBIN, A. **História dos tempos livres**. Editorial Teorema, 2001.

CÔRTEZ, G. P. **Dança, Brasil: festas e danças populares**. Belo Horizonte: Editora leitura, 2000.

CÔRTEZ, G. P. e colaboradores. **Escola de Dança e Ritmo Sarandeiros: Perfil dos usuários do projeto em 2005**. In: 8 Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005, Belo Horizonte. Anais do 8º Encontro de extensão da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CÔRTEZ, G. P.; GERKEN, M. A. S.; MAGALHÃES, A. F.; OLIVEIRA, M. C. **Projeto Escola de Dança e Ritmos Sarandeiros: Interface de saberes**. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

CUNHA, M. C. P. **Carnavais e outras f(r)estas – Ensaios de história social da cultura.** UNICAMP, 2002.

DE GRAZIA, S. **Tiempo, trabajo y ocio.** Madrid: Editorial Tecnos, 1966.

FERREIRA, A. **O lazer operário.** Livraria Progresso Editora, 1958.

FILHO, M. M. **Festas e Tradições populares no Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2002.

GASPAR, Lúcia. **Edison Carneiro.** Pesquisa Escolar On-Line, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em 06 de outubro de 2011.

GOELLNER, S. V. (org.) **Inezil Penna Marinho, coletânea de textos.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico.** 21^o edição. Zahar: Rio de Janeiro, 2007.

LEITE, E. **Lazer, turismo e folclore e tradições populares no Brasil.** Raízes, 2008.

LESSA, C. **Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira.** Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 22, n. 62, p. 237-256, jan/abr 2008.

MARCASSA, L. **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, 2002.

MARCONI, M. de A. **Cavahada de franca.** Revista Brasileira de Folclore, ano VIII, nº 20, Janeiro/Abril de 1968, p. 43-62.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARINHO, I. P. **Raízes etimológica, histórica e jurídica do lazer**. Brasília, 1979.

MELO, V. A. de. **O lazer (ou diversão) e os estudos históricos**. In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. da. (org). Estudos do lazer: um panorama. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, p. 65-80.

MORENO, A.; SEGANTINI, V. C. **Conhecer a história pelos cinco sentidos: a cidade com Alfredo Camarate e Machado de Assis**. In: TABORDA de OLIVEIRA (org.) Sentidos e sensibilidades: sua educação na história. Curitiba, editora UFPR, 2012

MUNNÉ, F. **Psicosociologia del tiempo libre. Um enfoque crítico**. México: Trillas, 1980.

OLIVEIRA, A. J. de. **Danças populares brasileiras entre a tradição e a tradução: um olhar sobre o grupo Urucungos, Puítas e Quijêngues**. Dissertação (Mestrado em Artes), Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

OLIVEIRA, V. D. E. de. **Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro: estratégias e redes de resistência na construção da memória da cultura popular brasileira**. XIV Encontro Nacional da Anpuh: Memória e Patrimônio. UniRio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de Julho de 2010.

ROSA, M. C. **Festa**. In: GOMES, C. L. (org.) Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica. 2004 p. 88-92.

ROSA, M. C. **Festar na cultura**. In: ROSA, M. C. (org.) Festa, Lazer e Cultura. Campinas, SP: Papyrus, 2002, p. 11-41.

ROSA, M. C. **Corpo e cultura**. In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. (org.) Lazer, recreação e educação física. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 115-144.

SALGADO ANDRADE, E. **¿Qué dicen los periódicos?: Reflexiones y propuestas para el análisis de la prensa escrita**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social, 2009.

SANT'ANNA, D. B. de. **O prazer justificado. História e lazer (São Paulo, 1969/1979)**. Editora Marco Zero. São Paulo, 1992.

SANTOS, D. M. dos. **Festa da Mãe d'Água em Ponta de Areia – Itaparica, BA**. Revista Brasileira de Folclore, ano VI, nº 14, Janeiro/Abril de 1966, p. 65-74.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense. 16 edição. 2006, p. 110.

SILVA, M. M. **A escrita do folclore em Goiás: Uma história de intelectuais e instituições (1940 – 1980)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2008.

SOARES, A. L. **Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961-1976)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

SUE, R. **El ocio**. México: Fondo de Cultura Econômica. 1982.

SUSSEKIND, A.; MARINHO, I. P.; GÓES, O. **Manual de Recreação (orientação dos lazeres do Trabalhador)**. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1952.

TABORDA de OLIVEIRA, M. A. **Sentidos, sensibilidades e sua educação na história.** In: TABORDA de OLIVEIRA, M. A.(org.) Sentidos e sensibilidades: sua educação na história. Curitiba, editora UFPR, 2012.

TABORDA de OLIVEIRA, M. A. **Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

TEIXEIRA, S. **O lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos como dispositivos educacionais (1968-1984).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2008.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária.** Tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1987.

THOMPSON, E. **Costumes em comum.** Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILHENA, L. R. da P. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964).** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas: FUNARTE, 1997.

WERNECK, C. L. G. **Lazer, história e pesquisa: reflexões sobre os significados de recreação e de lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926 – 1964).** In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. Coletânea IV Seminário “O lazer em debate”. Belo Horizonte: UMFG/ DEF/ CELAR. 2003.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura.** Traduzido por Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, R. **Palavras-chaves: um vocabulário de cultura e sociedade.** Traduzido por Sandra Guardini Vasconcelos, São Paulo: Boitempo, 2007.

XAVIER, M.C. **A tradição (re)visitada. A experiência do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais – CRPEMG (1956-1966).** Tese (Doutorada em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

Fontes

ALMEIDA, P. **Pequena história do Macu-le-lê.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 6, nº 16, set./dez. 1966.

ALMEIDA, R. de. **A escola de samba no folclore.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 14, nº 38, jan./abr. 1974.

AZEVEDO, F. C. **O Boi-de-Mamão no litoral paranaense.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 4, nº 8-10, jan./dez. 1964.

BARBOSA, W. A. **O Congado no Oeste Mineiro.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 5, nº 11, jan./dez. 1965.

BRANDÃO, T. **As Cavalhadas de Alagoas.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 2, nº 3, mai./ago. 1962.

CARNEIRO, E. **As pastoras do natal.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 6, nº 16, set./dez. 1966.

CASCUDO, L. C. **Da Cultura Popular.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.1, nº 1, set./dez. 1961.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Acervo Arquivístico.** Série Correspondências. Comissão Nacional de Folclore. Assuntos Gerais. Expedidas e Recebidas. Biblioteca Amadeu Amaral; CNFCP/Iphan/MinC.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Acervo Digital**. Série Jornais. Comissão Nacional de Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral; CNFCP/Iphan/MinC.

DAMANTE, H. **O “Guarany”, o folclore e o carnaval**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 11, nº 30, mai./ago. 1971.

DANTAS, R. S. **A “Burrinha” Africana**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 10, nº 28, set./dez. 1970.

EVARISTO, Arns. D. P. **Festas juninas e problemas da evangelização**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 11, nº 30, mai./ago. 1971.

GIFFONI, M. A. C. **Manifestações coreográficas na religiosidade brasileira**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 11, nº 31, set./dez. 1971.

JÚNIOR, M. D. **O culto de Nossa Senhora na tradição popular**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 8, nº 20, jan./abr. 1968.

LAMAS, D. M. **Boi-Bumbá e pássaros**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 8, nº 20, jan./abr. 1968.

LIMA, R. T. **Alguns complexos culturais das festas joaninas**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 1, nº 1, set./dez. 1971.

MARCONI, M. A. **A dança dos velhos em Franca**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 4, nº 8-10, jan./dez. 1964.

MARCONI, M. A. **Cavalcada da Franca**. Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 8, nº 20, jan./abr. 1968.

MARCONI, M. A. **Lundu baiano, desafio coreográfico.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 3, nº 5, jan./abr. 1963.

MONTEIRO, M. Y. **Festa dos cachorros.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 1, nº 1, set./dez. 1961.

PEIXE, G. **Os caboclinhos de Recife.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 6, nº 15, mai./ago. 1966.

PEREIRA, K. F. A. **O Boi-de-Mamão do litoral de Santa Catarina.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 4, nº 8-10, jan./dez. 1964.

PIMENTEL, A. A. **Maneiro Pau: uma dança dramática?** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 10, nº 26, jan./abr. 1970.

PIMENTEL, A. A. **Ritual de fogo no carnaval do nordeste.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 9, nº 23, jan./abr. 1969.

RIBEIRO, M. L. B. **A festa do Divino em Lagoinha, SP.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 4, nº 8-10, jan./dez. 1964.

RODRIGUES, A. **Danças e folguedos na área canavieira fluminense.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 12, nº 34, set./dez. 1972.

RODRIGUES, A. **O Jaraguá.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 12, nº 32, jan./abr. 1972.

RODRIGUES, A. **Vamos ao baile dançar e brincar...** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 13, nº 36, mai./ago. 1973.

SALLES, V.; SALLES, M. I. **Carimbó: trabalho e lazer do caboclo.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 9, nº 25, set./dez. 1969.

SANTOS, D. M. **Festa da mãe d'Água em Ponta de Areia – Itaparica, BA.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 6, nº 14, jan./abr. 1966.

SILVA, F. P. **A dança do Cateretê.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 9, nº 25, set./dez. 1969.

SILVA, F. P. **A volta do cajuru na dança de São Gonçalo.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 6, nº 14, jan./abr. 1966.

SILVA, F. P. **Tontinha.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 12, nº 32, jan./abr. 1972.

TEIXEIRA, A. H. **Folia do Divino em Natividade de Goiás.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 14, nº 39, mai./ago. 1974.

VENDRAMINI, M. C. **A dança de São Gonçalo em Ibiúna.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 15, nº 41, mai./ago. 1976.

VIANNA, H. **Do Entrudo ao Carnaval na Bahia.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 5, nº 13, set./dez. 1965.

VIANNA, H. **“Dois de Julho” na Bahia: uma festa cívico-folclórica.** Revista Brasileira de Folclore. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 14, nº 40, set./dez. 1974

8. ANEXOS

Quadro contendo o levantamento dos artigos de todas as edições da Revista Brasileira de Folclore (1961-1976).

Título do artigo	Autor	Nº da Revista	Mês/Ano
Da Cultura Popular	Luis da Câmara Cascudo	01	Setembro/Dezembro 1961
Alguns complexos culturais das festas joaninas	Rossini Tavares de Lima	01	Setembro/Dezembro 1961
Festa dos cachorros	Mario Ypiranga Monteiro	01	Setembro/Dezembro 1961
Presença do romanceiro peninsular na tradição oral do Brasil	Guilherme Santos Neves	01	Setembro/Dezembro 1961
O homicídio mágico no folclore brasileiro	Joaquim Ribeiro	01	Setembro/Dezembro 1961
Conselho Nacional de Folclore	Conselho Nacional de Folclore	01	Setembro/Dezembro 1961
Regimento do Conselho Nacional de Folclore	Conselho Nacional de Folclore	01	Setembro/Dezembro 1961
João Ribeiro, mestre do folclore	Renato de Almeida	02	Janeiro/Abril 1962
A lenda das Amazonas	Jorge Dias	02	Janeiro/Abril 1962
Folclore musical de Parati	Dulce Martins Lamas	02	Janeiro/Abril 1962
Os astros do folclore capixaba	Fausto Teixeira	02	Janeiro/Abril 1962
As cavalhadas de Alagoas	Théo Brandão	03	Maio/Agosto 1962
Evolução dos estudos de folclore no Brasil	Édison Carneiro	03	Maio/Agosto 1962
Cancioneiro Sergipano / Sistemática sintética	Paulo de Carvalho Neto	03	Maio/Agosto 1962
O folclore no ensino primário	Maria de Lourdes Borges Ribeiro	03	Maio/Agosto 1962
A sala de milagres de Iguape	Oswald de Andrade Filho	04	Setembro/Dezembro 1962
Música Indígena	Helsa Caméu	04	Setembro/Dezembro 1962
Evolução dos estudos do folclore no Brasil / Adendo e retificação	Édison Carneiro	04	Setembro/Dezembro 1962
Formação do folclore brasileiro / Origens e características culturais	Manuel Diegues Júnior	04	Setembro/Dezembro 1962
O estudo estrutural dos contos populares	Alan Dundes	04	Setembro/Dezembro 1962
Ameno Resedá, inventor do carnaval carioca	Jota Efegê	05	Janeiro/Abril 1963
Lundu baiano, desafio coreográfico	Marina de Andrade Marconi	05	Janeiro/Abril 1963
Alimentos preparados à base de mandioca	Mario Ypiranga Monteiro	05	Janeiro/Abril 1963
O folclore na Venezuela	Luis Felipe Ramón y Rivera	05	Janeiro/Abril 1963
O Boi-de-Mamão no litoral	Fernando Corrêa de	06	Maio/Agosto 1963

paranaense	Azevedo		
As bruxas da ilha de Santa Catarina	Franklin Cascaes	06	Maio/Agosto 1963
Rendas do Ceará	Valdelice Carneiro Girão	06	Maio/Agosto 1963
Sentido e noção do exato	Albert Marinus	06	Maio/Agosto 1963
A mulher vestida de homem	Hildegardes Vianna	06	Maio/Agosto 1963
Folclore da Alimentação	Luís da Câmara Cascudo	07	Setembro/Dezembro 1963
João Salomé Queiroga, folclorista	Alexandre Eulálio	07	Setembro/Dezembro 1963
João das Mercês	Aires da Mata Machado	07	Setembro/Dezembro 1963
V Congresso Brasileiro de Folclore	Conselho Nacional de Folclore	07	Setembro/Dezembro 1963
Folclore e História	Joaquim Ribeiro	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
A festa do Divino em Lagoinha, SP	Maria de Lourdes Borges Ribeiro	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
Panorama dos estudos folclóricos nos Estados Unidos	R. S. Boggs	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
“Nepomuceno”	Dulce Martins Lamas	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
Estudo sobre a viola	Rossini Tavares de Lima	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
A dança dos velhos em Franca	Marina de Andrade Marconi	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
Uma antepassada da “Donzela Guerreira”	Cecília Meireles	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
Processos de variação do romance	Bráulio do Nascimento	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
O Boi-de-Mamão do litoral de Santa Catarina	Kleide Ferreira do Amaral Pereira	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
Três “peças” de João Redondo	Altimar de Alencar Pimentel	08-10	Janeiro/Dezembro 1964
O congado no oeste mineiro	Waldemar de Almeida Barbosa	11	Janeiro/Abril 1965
A música folclórica na atual legislação litúrgica da igreja	P. José Geraldo de Souza	11	Janeiro/Abril 1965
As metas do folclore	Stith Thomyson	11	Janeiro/Abril 1965
Trabalho de Campo de Alunos de um curso de folclore, Lorena, SP	Conselho Nacional de Folclore	11	Janeiro/Abril 1965
Decreto Nº 56.747 – Institui o Dia Nacional do Folclore	Conselho Nacional de Folclore	12	Maio/Agosto 1965
Música brasileira	Mário de Andrade	12	Maio/Agosto 1965
Representações populares	Édison Carneiro	12	Maio/Agosto 1965
Os lambe-sujo	Paulo de Carvalho Neto	12	Maio/Agosto 1965
Um precursor do folclore: Almeida Garrett	Manuel Diégues Júnior	12	Maio/Agosto 1965
Centenário de Simões Lopes neto	Dante de Laytano	12	Maio/Agosto 1965
Um romance da barca nova e suas variantes no Brasil	Guilherme Santos Neves	12	Maio/Agosto 1965
Mensagem aos jovens folcloristas do Brasil	Renato de Almeida	13	Setembro/Dezembro 1965
Introdução aos “Folktales of Brazil”	Luís da Câmara Cascudo	13	Setembro/Dezembro 1965
Cornélio Pires, seu meio, seu tempo	Hélio Damante	13	Setembro/Dezembro 1965

Museu de artes e técnicas populares	Rossini Tavares de Lima	13	Setembro/Dezembro 1965
Meteorologia popular dos capixabas	Fausto Teixeira	13	Setembro/Dezembro 1965
Do entrudo ao carnaval na Bahia	Hildegardes Vianna	13	Setembro/Dezembro 1965
Um conto popular brasileiro	Théo Brandão	14	Janeiro/ Abril 1966
"A guerra dos canudos"	José Calasans	14	Janeiro/ Abril 1966
Festa da Mãe D'Água em Ponta da Areia, Itaparica, BA	Deoscóredes Maximiliano dos Santos	14	Janeiro/ Abril 1966
A volta do cajuru na dança de São Gonçalo	Francisco Pereira da Silva	14	Janeiro/ Abril 1966
A libra de carne no ciclo de Malasarte	Luís da Câmara Cascudo	15	Maio/Agosto 1966
Os caboclinhos do Recife	Guerra Peixe	15	Maio/Agosto 1966
As sequencias temáticas no romanceiro tradicional	Bráulio do Nascimento	15	Maio/Agosto 1966
Pequena história do Macu-lê-lê	Plínio de Almeida	16	Setembro/Dezembro 1966
As pastoras do natal	Édison Carneiro	16	Setembro/Dezembro 1966
Folclore da maconha	Mário Ypiranga	16	Setembro/Dezembro 1966
Recomenda das Almas	Kilza Fetti	16	Setembro/Dezembro 1966
Música de barbeiros	Marieta Alves	17	Janeiro/Abril 1967
A formação da tradição folclórica nos Estados Unidos	Richard M. Dorson	17	Janeiro/Abril 1967
"Jardineira", morte e música de muitos autores	Jota Efege	17	Janeiro/Abril 1967
Zoltán Kodály	Vicente Salles	17	Janeiro/Abril 1967
Mensagem do Ministro da Educação e Cultura aos Membros do Conselho Nacional de Folclore	Ministro da Educação e Cultura	18	Maio/Agosto 1967
Amazônia: Introdução à litofábula	Abguar Bastos	18	Maio/Agosto 1967
A ergologia folclórica em Sergipe	Paulo de Carvalho Neto	18	Maio/Agosto 1967
Réplicas populares	Yêda Pessoa de Castro	18	Maio/Agosto 1967
A cerâmica Cárpat-Danubiana e suas similitudes com a Marajoara	Ângela Comnene	18	Maio/Agosto 1967
Homenagem a Albert Marinus	Vicente Salles	18	Maio/Agosto 1967
O folclorista Rodrigues de Carvalho	José Américo de Almeida	19	Setembro/Dezembro 1967
Avaliação das atividades da Comissão Nacional de Folclore	Vários	19	Setembro/Dezembro 1967
Centenário de dois folcloristas	Rossini Tavares de Lima e Laura Della Mônica	19	Setembro/Dezembro 1967
Balada de Santo Henrique	Anônimo Finlandês	20	Janeiro/Abril 1968
Pop-arte e arte folclórica	Oswald de Andrade Filho	20	Janeiro/Abril 1968
O culto de Nossa Senhora na tradição popular	Manuel Diégues Júnior	20	Janeiro/Abril 1968
Boi-Bumbá e Pássaros	Dulce Martins Lamas	20	Janeiro/Abril 1968
Cavahada de Franca	Marina de Andrade Marconi	20	Janeiro/Abril 1968
Mi Modal e Mi Tonal. Notas	P. José Geraldo de Souza	20	Janeiro/Abril 1968

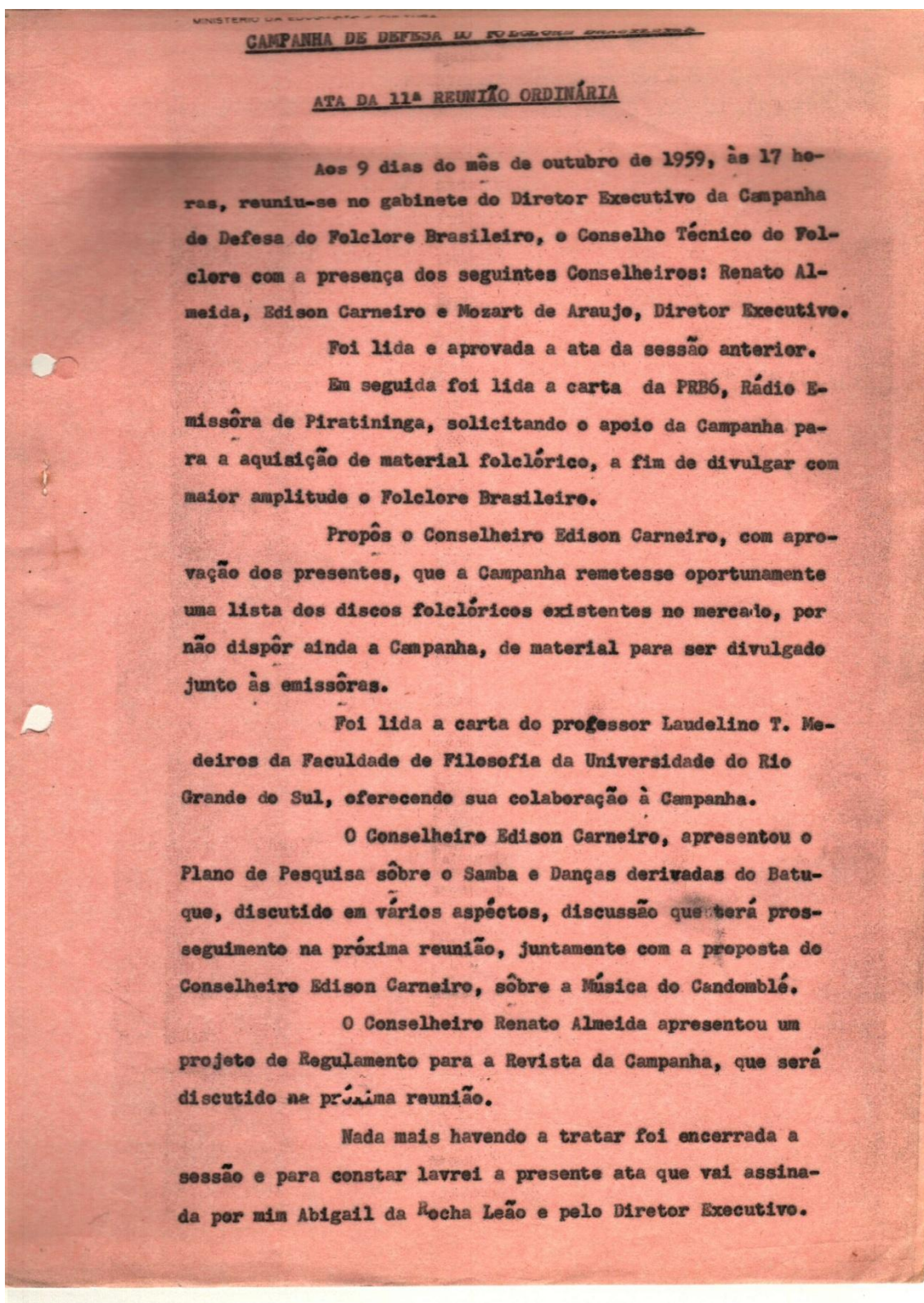
sobre as séries sonoras de Mi			
A divindade brasileira das águas	Édison Carneiro	21	Maio/Agosto 1968
Contribuições Afro-Negras ao léxico popular	Adelino Brandão	21	Maio/Agosto 1968
Influência da cultura angolense no Vale do Paraíba	Maria de Lourdes Borges Ribeiro	21	Maio/Agosto 1968
Influências africanas no folclore brasileiro	Théo Brandão	21	Maio/Agosto 1968
O folclore negro no Brasil	Renato de Almeida	21	Maio/Agosto 1968
Redação	Luís da Câmara Cascudo	22	Setembro/Dezembro 1968
Folclore e teatro	Wilson Rodrigues de Moraes	22	Setembro/Dezembro 1968
Folclore musical de Angola – Povo Quioco	Maria de Lourdes Borges Ribeiro	22	Setembro/Dezembro 1968
Mestre Cascudo na Intimidade	Veríssimo de Mele	22	Setembro/Dezembro 1968
Rezas-de-Defunto	César Guerra-Peixe	22	Setembro/Dezembro 1968
Traços da cultura portuguesa em Goiás	Regina Lacerda	22	Setembro/Dezembro 1968
A empregada doméstica e o folclore	Léa Vinocur Freitag	23	Janeiro/Abril 1969
Mouros e cristãos no México	Frances Gillmar (Universidade de Arizona)	23	Janeiro/Abril 1969
Ramón Menéndez-Pidal	Bráulio do Nascimento	23	Janeiro/Abril 1969
Ritual de fogo no carnaval do Nordeste	Altimar Alencar Pimentel	23	Janeiro/Abril 1969
Kannon: Cânticos de um Culto Japonês em S. Paulo, Brasil	Alfredo João Rabaçal	23	Janeiro/Abril 1969
Fórmulas de escolhas das crianças capixabas	Fausto Teixeira	24	Maio/Agosto 1969
Influências da literatura de cordel na literatura brasileira	Mark J. Curran	24	Maio/Agosto 1969
Melo Moraes Filho e os temas folclóricos	Manuel Diégues Júnior	24	Maio/Agosto 1969
Nota sobre o catolicismo folclórico em Garulhos	Rossini Tavares de Lima	24	Maio/Agosto 1969
Fórmulas de Escolhas das crianças capixabas	Fausto Teixeira	24	Maio/Agosto 1969
Folclore Musical na Baixada Santista	Comissão Nacional de Folclore	24	Maio/Agosto 1969
A dança do Cateretê	Francisco Pereira da Silva	25	Setembro/Dezembro 1969
Carimbó: trabalho e lazer do caboclo	Vicente Salles e Marena Isdebski Salles	25	Setembro/Dezembro 1969
Confirmação de casamento no ritual ubandista	Maria de Lourdes Borges Ribeiro e colaboradores	25	Setembro/Dezembro 1969
Esboço bibliográfico da cozinha nacional	Jamile Japur	25	Setembro/Dezembro 1969
Música folclórica e música popular	Oneyda Alvarenga	25	Setembro/Dezembro 1969
Dez anos	Comissão Nacional de Folclore	26	Janeiro/Abril 1970
A música tradicional na África Ocidental: gêneros, estilos e influências	Eno Belinga (Universidade Federal dos Camarões)	26	Janeiro/Abril 1970

Antônio Silvino no romanceiro de cordel	Mário Souto Maior	26	Janeiro/Abril 1970
Maneiro Pau: Uma dança dramática?	Altimar Pimentel	26	Janeiro/Abril 1970
Zabumba, orquestra nordestina	Guerra Peixe	26	Janeiro/Abril 1970
Reunião sobre as tradições musicais da África	Comissão Nacional de Folclore	26	Janeiro/Abril 1970
Artes plásticas folclóricas	Renato de Almeida	27	Maio/Agosto 1970
Em busca das afinidades humanas e das afinidades de uma região comum	Raffaele Corso	27	Maio/Agosto 1970
Folclore do dia-a-dia em relatório de estudantes	Rossini Tavares de Lima	27	Maio/Agosto 1970
Literatura oral na região de Campos e São João da Barra, RJ	An`Augusta Rodrigues	27	Maio/Agosto 1970
Romance de D. Silvana	Alexina de Magalhães Pinto	27	Maio/Agosto 1970
A "Burrinha" Africana	Raimundo Souza Dantas	28	Setembro/Dezembro 1970
Ceramistas populares de Pernambuco	Renato Miguez	28	Setembro/Dezembro 1970
Diferentes conceitos de LOS TASTOANES, um drama tradicional de Jalisco	Frances Gillmor (Universidade de Arizona)	28	Setembro/Dezembro 1970
Folclore e turismo cultural	Renato de Almeida	28	Setembro/Dezembro 1970
Regiões culturais para o estudo do folclore brasileiro	Manuel Diégues Júnior	28	Setembro/Dezembro 1970
Vida e obra de Alexina	Saul Martins	28	Setembro/Dezembro 1970
Regiões culturais para o estudo do Folclore Brasileiro	Manuel Diégues Júnior	28	Setembro/Dezembro 1970
Papagaio-Pipa-Arraia	Edigar Alencar	29	Janeiro/Abril 1971
O berimbau da Bahia	Luiz Almeida da Anunciação	29	Janeiro/Abril 1971
Pesquisas no folclore mágico-religioso e outras, em Sergipe	Felipe Bezerra	29	Janeiro/Abril 1971
Influências Árabes na cultura popular e folclore do Brasil	Adelino Brandão	29	Janeiro/Abril 1971
José Veríssimo e o folclore	Vicente Salles	29	Janeiro/Abril 1971
Festas juninas e problemas da evangelização	Arns. D. Paulo Evaristo	30	Maio/Agosto 1971
O rouxinol do Imperador	Oswald de Andrade Filho	30	Maio/Agosto 1971
Carlos Magno na poesia popular nordestina	Sebastião Nunes Batista	30	Maio/Agosto 1971
O "Guarany", o folclore e o carnaval	Hélio Damante	30	Maio/Agosto 1971
Roteiro místico e folclórico da semana santa	Mário Souto Maior	30	Maio/Agosto 1971
A glosa, veículo de comunicação popular	Veríssimo de Melo	30	Maio/Agosto 1971
Tabus Alimentares	Fausto Teixeira	30	Maio/Agosto 1971
Ordem de serviço 4/71	Renato de Almeida	31	Setembro/Dezembro 1971
Vamos trançar nossos papagaios?	Wilson Amananjás	31	Setembro/Dezembro 1971
Manifestações coreográficas	Maria Amália Corrêa	31	Setembro/Dezembro

na religiosidade brasileira	Giffoni		1971
Augusto Meyer e seu amado Rio Grande na prosa dos pagos	Dante de Laytano	31	Setembro/Dezembro 1971
Meu mundo caipira de Cornélio Pires	Rossini Tavares de Lima	31	Setembro/Dezembro 1971
História da coca	Esther Pedreira	31	Setembro/Dezembro 1971
A "página editorial" do poeta popular	Mark J. Curran	32	Janeiro/Abril 1972
Um velho caderno Sul-mineiro	Waldemar Iglésias Fernandes	32	Janeiro/Abril 1972
O Jaraguá	An`Augusta Rodrigues	32	Janeiro/Abril 1972
Tontinha	Francisco Pedreira da Silva	32	Janeiro/Abril 1972
Oswald de Andrade Filho, pintor e folclorista	Renato de Almeida	33	Maio/Agosto 1972
Formas religiosas mediúnicas como fator de integração	Felte Bezerra	33	Maio/Agosto 1972
Auto da Lapinha	Maurício Furtado	33	Maio/Agosto 1972
Queima de Judas	J. Rissin	33	Maio/Agosto 1972
Uma experiência amazônica em preservação cultural	Camillo M. Vianna	33	Maio/Agosto 1972
Homenagem a Édison Carneiro	Comissão Nacional de Folclore	34	Setembro/Dezembro 1972
O Piauí na poesia popular	Félix Aires	34	Setembro/Dezembro 1972
Agosto, mês do júízo final	Julieta de Andrade	34	Setembro/Dezembro 1972
Nomes próprios poucos comuns	Mário Souto Maior	34	Setembro/Dezembro 1972
Romanceiro folclórico do Brasil de Rossini Tavares de Lima	Bráulio do Nascimento	34	Setembro/Dezembro 1972
A presença demoníaca na poesia popular do nordeste	Mário Pontes	34	Setembro/Dezembro 1972
Danças e folguetos na área canavieira fluminense	An`Augusta Rodrigues	34	Setembro/Dezembro 1972
Folclore baiano	Renato de Almeida	35	Janeiro/Abril 1973
Breve esboço sobre a vida e a obra de Manuel Querino	Reginaldo Guimarães	35	Janeiro/Abril 1973
Vulcão do inferno	Edson Moysés	35	Janeiro/Abril 1973
Revivescência de cultos pagãos nos antigos cultos aos santos nacionais portugueses	Kleide Ferreira do Amaral Pereira	35	Janeiro/Abril 1973
O legado de Édison Carneiro	Raymundo de Souza Dantas	35	Janeiro/Abril 1973
Nascimento e vida do Samba	Hildegardes Vianna	35	Janeiro/Abril 1973
Mário Neme e o folclore	Hélio Damantes	36	Maio/Agosto 1973
Literatura de cordel	Rubens Falcão	36	Maio/Agosto 1973
Vamos ao baile dançar e brincar...	An`Augusta Rodrigues	36	Maio/Agosto 1973
A morte na fala do povo	Mário Souto Maior	36	Maio/Agosto 1973
Os namoros de uma socióloga	Rossini Tavares de Lima	36	Maio/Agosto 1973
Folclore e turismo	Renato de Almeida	36	Maio/Agosto 1973
Turismo, folclore e religião	Maria de Lourdes Borges Ribeiro	36	Maio/Agosto 1973
Direito de autor e folclore	Editorial	37	Setembro/Dezembro 1973

Cantigas de dois de julho	José Calasans	37	Setembro/Dezembro 1973
A música africana	Maria de Lourdes Borges Ribeiro	37	Setembro/Dezembro 1973
Como defender o folclore	Silvio Júlio	37	Setembro/Dezembro 1973
Literatura oral e folclore entre os primitivos	Felte Bezerra	37	Setembro/Dezembro 1973
Estudo do meio no museu do folclore	Cacilda Amaral Melo	37	Setembro/Dezembro 1973
Notas sobre o papagaio carioca	Aristides Arthur Soffiati Netto	38	Janeiro/Abril 1974
A escola de samba no folclore	Renato de Almeida	38	Janeiro/Abril 1974
A criação poética do romanceiro oral moderno: novos métodos de estudos	Diego Catalán	38	Janeiro/Abril 1974
Feira de São Cristóvão: o nordeste na Guanabara	Raul Giovanni da Motta Lody	38	Janeiro/Abril 1974
Anotações e nordestinidade	Nataniel Dantas	39	Maio/Agosto 1974
Folia do Divino em Natividade de Goiás	Amália Hermano Teixeira	39	Maio/Agosto 1974
Folclore infantil teuto-capixaba	Guilherme Santos Neves	39	Maio/Agosto 1974
Aspectos formadores do folclore do Rio Grande do Sul (1ª parte)	Dante de Laytano	39	Maio/Agosto 1974
Aspectos formadores do folclore do Rio Grande do Sul (2ª parte)	Dante de Laytano	40	Setembro/Dezembro 1974
João Redondo	Altimar Pimentel	40	Setembro/Dezembro 1974
Flamengol	Zila Mamede	40	Setembro/Dezembro 1974
Um mito africano sobre Iansã e sua variante brasileira	Júlio Santana Braga	40	Setembro/Dezembro 1974
“Dois de Julho” na Bahia: uma festa cívico-folclórica	Hildegardes Vianna	40	Setembro/Dezembro 1974
Cultura e comunidade	Manuel Diégues Júnior	41	Maio/Agosto 1976
Variações sobre o tangolomango	Guilherme Santos Neves	41	Maio/Agosto 1976
Verdades terapêuticas da medicina popular	Maria Thereza L. de Arruda	41	Maio/Agosto 1976
A dança de São Gonçalo em Ibiúna	Maria do Carmo Vendramini	41	Maio/Agosto 1976

Cópia da Ata da 11ª Reunião Ordinária do CDFB, contendo um documento anexo que versa sobre a normatização da RBF.



A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro publicará quadrimestralmente uma Revista, intitulada Revista Brasileira de Folclore, que aparecerá nos meses de janeiro, maio e setembro.

2. A Revista será dirigida por um dos membros do Conselho, a cuja aprovação submeterá o plano gráfico da publicação e, para cada número, a matéria a ser publicada.
3. Os nomes dos colaboradores serão aprovados pelo Conselho e os artigos podem ser solicitados com assunto determinado ou à escolha do autor. Os artigos deverão versar sobre assunto especificamente folclórico, de preferência brasileiro, sem carácter pessoal, admitidos naturalmente os de debate científico pertinente. Em qualquer caso o Conselho reserva-se o direito de não publicar qualquer artigo, mesmo solicitado, caso em que pagará a importância devida, mas liberará o direito autoral. Os artigos poderão ser ilustrados com fotos, desenhos ou textos musicais.
4. Excepcionalmente o Conselho poderá convidar a colaborar na Revista folclorista estrangeiro de reputação internacional.
5. Poderá a Revista publicar, como colaboração ou documentário, trabalhos de reconhecido valor folclórico, aprovados pelo Conselho.
6. A Revista conterá, além dos artigos de colaboração, uma parte, denominada Arquivo, para o documentário da Campanha (resoluções, trabalhos, atas, relatórios, pareceres, votos, etc.); uma outra - Vária, com o noticiário das atividades folclóricas nacionais e internacionais; e Bibliografia, com o registo de livros aparecidos e uma síntese de seu conteúdo (review) mas sem comentários críticos.
7. A Revista não publicará matéria que importe em alusões e assuntos políticos ou religiosos, salvo quando enfocados em plano científico ou histórico alusivos ao folclore.
8. Os artigos ineditoriais serão redigidos pelo Diretor da Revista ou por qualquer dos membros do Conselho, sempre aprovados pelo Conselho, cuja opinião expressam.

9. Não poderá aparecer, em cada número da Revista, mais de um artigo firmado por membro do Conselho.
10. O pagamento dos artigos será feito à razão de dois mil cruzeiros, por trabalho nunca inferior a dez páginas dactilografadas, papel ofício, espaço dois. As notas bibliográficas serão pagas à razão de 500 cruzeiros, devendo não exceder, normalmente, a uma folha de papel ofício, espaço dois. O pagamento dos artigos solicitados a felcleristas estrangeiros será estabelecido pelo Conselho para cada caso concreto.
11. O Diretor da Revista organizará os serviços de redação e revisão e os superintenderá, dentro do plano que fôr estabelecido pelo Conselho.
12. A Revista não se responsabiliza pelas opiniões de seus colaboradores.

Cópia da proposta do Conselheiro Renato Almeida

Confere com o original

Vera M. A. Meireles